

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA**

**LÍNGUAS DE FRONTEIRAS E POLÍTICA DE LÍNGUAS:
UMA HISTÓRIA DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS**

TESE DE DOUTORADO

Eliana Rosa Sturza

Campinas, SP, Brasil

2006

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL – Unicamp

CRB 8/6934

St97L Sturza, Eliana Rosa.
Línguas de fronteira e política de línguas : uma história das idéias lingüísticas / Eliana Rosa Sturza. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.

Orientador : Eduardo Roberto Junqueira Guimarães.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Política de línguas. 2. Idéias lingüísticas - História. 3. Enunciação. 4. Fronteiras - Línguas. I. Guimarães, Eduardo, 1948-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Título em inglês: The borderlaine languages and politics of languages: the history of the linguistics ideas.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Politics of languages; Linguistics ideas – History; Enunciation; Borderlaine languages.

Área de concentração: Lingüística.

Titulação: Doutor em Lingüística.

Banca examinadora: Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães (orientador), Profa. Dra. Amanda Eloína Scherer, Profa. Dra. Bethânia Sampaio Mariani, Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini e Profa. Dra. Suzy Maria Lagazzi Rodrigues.

Data da defesa: 21/02/2006.

**LÍNGUAS DE FRONTEIRAS E POLÍTICA DE LÍNGUAS:
UMA HISTÓRIA DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS**

por

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística da
Universidade de Campinas (UNICAMP, SP),
como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Lingüística

Orientador: Prof. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Campinas, SP, Brasil

2006

**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem
Programa de Pós-Graduação em Lingüística**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Tese de Doutorado

**LÍNGUAS DE FRONTEIRA E POLÍTICA DE LÍNGUAS:
UMA HISTÓRIA DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICA**

elaborada por
Eliana Rosa Sturza

como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Lingüística

COMISSÃO EXAMINADORA

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães, Dr. (UNICAMP)
(Presidente/Orientador)

Suzy Lagazzi, Dr. (UNICAMP)

Amanda Eloína Scherer, Dr. (UFMS)

Bethânia Mariani, Dr. (UFF)

Lauro Baldini, Dr. (UNIVAS)

Campinas, 21 de fevereiro de 2006.

Para o João Alberto,
sentido pleno do amor.

AGRADECIMENTOS

Durante o caminho percorrido para a realização desta tese, muitos foram aqueles que, em diferentes momentos, nas situações mais duras e nas mais felizes, nos gestos de apoio e incentivo, fizeram-se presentes.

Agradeço, de um modo muito especial:

Aos meus pais e irmãos, pelo amor reafirmado nas atitudes simples, de apoio à organização da minha vida, abrigando a mim e ao João.

A minha família de coração: tia Beti, Vera, Marta, Susana e Fernando, que me incorporou como filha e irmã. Pelo modo de amar, de acreditar, de apoiar e de fazer presente na minha vida.

As minhas tias-mães, que me acompanham e me acolhem desde que escolhi este caminho de estudar, trabalhar e construir.

À Vó Hildes, minha mãe campineira, pelo afeto e amizade.

À Eliane, pelo carinho e cuidados dedicados ao João nas minhas ausências.

As minhas amigas e colegas, especialmente à Luciana e a Maria Eulália, por compartilharem idéias, planos, em todas as fases vividas durante o desenvolvimento da tese, sempre com carinho, confiança e amizade.

As companheiras do curso de Letras: Ceres, Nina, Márcia e Veroca pelo apoio e incentivo.

À Amanda e ao Pedro pelo convite e a oportunidade de participar do projeto que me possibilitou realizar esta tese.

À Josefina, pela preciosa ajuda nas pesquisas bibliográficas na Biblioteca da Faculdade Humanidades, Ciências e Educação, da Universidad de la República, Montevideú.

Aos professores Graciela Barrios, Adolfo Elizaincín, Magdalena Coll e Luis Ernesto Behares, da Universidad de la República, pelas informações e esclarecimentos e o amável modo de receber.

Ao Euclides Somensi, sempre disponível para dar o suporte técnico.

Ao Gilvan, por uma histórica única, significada no João Alberto.

Ao meu orientador, Prof. Eduardo Guimarães, pela gentileza de me aceitar como orientanda, respeitando as minhas contingências. E, do mesmo modo atencioso, sempre disponível para esclarecer as dúvidas, apontar outros modos de olhar o objeto de pesquisa e incentivar a persistência no trabalho. Muito obrigada.

RESUMO

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Lingüística
Universidade Estadual de Campinas

LÍNGUAS DE FRONTEIRAS E POLÍTICA DE LÍNGUAS: UMA HISTÓRIA DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS

Autora: Eliana Rosa Sturza

Orientador: Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Data e local da defesa: Campinas, 21 de fevereiro de 2006.

A obra *Dialecto Fronterizo en el Norte del Uruguay* (1965), de José Pedro Rona, funda um discurso sobre as línguas praticadas na fronteira do Brasil com o Uruguai. A história das idéias lingüísticas sobre as línguas de fronteira se constitui nos discursos acadêmicos sobre o cruzamento das línguas portuguesa e espanhola nas zonas de fronteira. O espaço de enunciação fronteiriço se define como um espaço no qual se enunciam dizeres sobre as línguas. Esses dizeres têm sentidos políticos que determinam uma distribuição para as línguas, atribuindo-lhes uma hierarquia. Mas, no conjunto das línguas de fronteira, incluem-se práticas lingüísticas que resultam do cruzamento entre as línguas dominantes na fronteira, o português e o espanhol. Desse modo, as designações, tomadas neste trabalho como categoria de análise, significam politicamente, porque uma vez nomeadas, as práticas do cruzamento entram também no quadro das línguas de fronteira. Nessa fronteira é a língua portuguesa e os dialetos de base portuguesa que determinam uma política de línguas.

ABSTRACT

The work *Dialecto Fronterizo en el Norte del Uruguay* (1965), written by José Pedro Rona, generates a discourse concerning the languages spoken on the border between Brazil and Uruguay. The history of the linguistic ideas with regard to the borderline languages is constituted in the academic discourses related to the interplay between the Portuguese and the Spanish languages within the borderland. The borderline space of enunciation is defined as a space where utterances are enunciated about the languages. Those utterances present political meaning and determine an allocation to the languages while, at the same time, they confer hierarchy to them. Yet, considering the languages of the borderline as a whole, linguistic practices which result from the interplay between the dominant borderline languages - Portuguese and Spanish - are included. Thus, the descriptions taken into account in this work as categories of analysis, display a political meaning, that is to say, once they are denominated, the practices of that interplay also become part of the framework of the borderline languages. In such a geographic border, the Portuguese language and the dialects of Portuguese influence, are the ones which determine a politics of languages.

RESUMEN

La obra *Dialecto Fronterizo en el Norte del Uruguay* (1965), de José Pedro Rona, dio origen a un discurso sobre las lenguas habladas en la frontera de Brasil con Uruguay. La historia de las ideas lingüísticas sobre las lenguas de frontera se constituye en los discursos académicos sobre el contacto entre las lenguas portuguesa y castellana en las zonas de frontera. El espacio de enunciación fronterizo está definido como un espacio en donde se enuncia lo que se dice sobre las lenguas. Todo ello adquiere sentidos políticos que determinan la distribución de las lenguas, y les atribuye un carácter jerárquico. Pero en la totalidad de las lenguas de frontera se incluyen otras prácticas lingüísticas resultantes del contacto entre las lenguas dominantes en la frontera, el castellano y el portugués. De esa manera, las designaciones – tomadas en este estudio como categorías de análisis – adquieren significados que juegan un papel político: al nombrárselas, tales prácticas pasan a enmarcarse en el ámbito de las lenguas de frontera. En dicha frontera es la lengua portuguesa y los dialectos de base portuguesa que determinan una política de lenguas.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| FIGURA 1 – Zona de Fronteira – Cidades Gêmeas | 30 |
| FIGURA 2 – Plano do Rio da Prata – 1784 | 34 |
| FIGURA 3 – Zona de Fronteira – Arco Sul: interações fronteiriças | 36 |
| FIGURA 4 – Grados de Penetración de los Portuguesismos en el Uruguay | 55 |
| FIGURA 5 – Situación y Variedad del Dialecto Fronterizo | 138 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 19 |
| CAPÍTULO 1 - AS FRONTEIRAS E AS LÍNGUAS | 25 |
| 1.1 A Fronteira: definição e configuração | 25 |
| 1.2 As línguas da fronteira | 33 |
| 1.3 A língua portuguesa no Uruguai: presença e extensão | 41 |
| 1.4 As práticas lingüísticas na fronteira Brasil-Uruguai | 53 |
| CAPÍTULO 2 – UM ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO FRONTEIRIÇO | 65 |
| 2.1 Dois espaços de enunciação: na língua e sobre a língua | 65 |
| 2.2 Um espaço de cruzamento das línguas | 72 |
| 2.3 A língua portuguesa: um “problema fronterizo” | 76 |
| 2.4 Nacionalismo lingüístico e política de línguas | 83 |
| CAPÍTULO 3 - O PORTUGUÊS NO URUGUAI E UMA HISTÓRIA DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS | 89 |
| 3.1 Uma prática de saberes lingüísticos | 89 |
| 3.2 “Lingüística Fronteriza”: um novo espaço de produção | 96 |
| 3.3 O <i>Dialecto Fronterizo</i> : formação e distribuição | 105 |
| 3.3.1 O português: de “problema fronterizo” a objeto de pesquisa | 108 |
| 3.4 O <i>Dialecto Fronterizo</i> e a fundação de uma discursividade | 112 |
| 3.5 Rona: uma produção de saberes lingüísticos | 115 |
| CAPÍTULO 4 – O DIALECTO FRONTERIZO: O ACONTECIMENTO E AS DESIGNAÇÕES | 121 |
| 4.1 Um Acontecimento e uma História das Idéias Lingüísticas | 121 |
| 4.2 A designação das línguas de fronteira | 127 |
| 4.3 Dois lugares do dizer: o verbal e o mapa | 132 |
| 4.3.1 No mapa: um dialeto e duas designações | 132 |
| 4.3.2 Designando um outro português | 139 |

| | |
|--|-----|
| 4.4 Sentidos políticos e distribuição das línguas da fronteira | 151 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 159 |
| BIBLIOGRAFIA | 163 |

INTRODUÇÃO

A perspectiva de olhar a Fronteira através das línguas permite-nos vários pontos de partida. Entre eles, o modo como as línguas se relacionam, cruzam-se e significam.

Neste trabalho, a Fronteira assume sentidos contraditórios, que se definem não só pelos limites geográficos como também pelo conteúdo social. Nesse sentido, é sempre espaço de transgressão e contenção – transgressão pelos movimentos migratórios de ocupação social e política; contenção pelos mecanismos de limitação, de vigília e de controle.

Na base de todo o conceito de Fronteira, está a sua natureza constituída, antes de tudo, pela latência do contato – contato de territórios, contato de pessoas, contato de línguas.

Como espaço de contato de línguas, vou analisar, neste trabalho, do ponto de vista da História das Idéias Lingüísticas, as práticas lingüísticas nas fronteiras do Brasil com o Uruguai, espaço de duas línguas nacionais dominantes, compartilhado por práticas resultantes de seu cruzamento.

Considero, então, que as línguas da fronteira, ao se enunciarem, significam uma política que as organiza e as distribui. Reconhecida como um espaço de contato intenso das línguas portuguesa e espanhola na América, localizada no Sul do Brasil com o Norte do Uruguai, essa região tornou-se foco de pesquisa lingüística, ao longo dos últimos cinquenta anos, com destacada participação de lingüistas uruguaios vinculados ao Departamento de Lingüística da Universidad de la República.

O percurso desses estudos lingüísticos inicia-se com a formulação de uma problemática política para o Estado Uruguaio, concebida nos discursos nacionalistas, no final do século XIX, e referendada por uma elite política e

cultural. Essa questão de interesse nacional estava diretamente associada à presença e à hegemonia da língua portuguesa na zona fronteira com o Brasil.

Representando uma ameaça em potencial à soberania uruguaia, a presença massiva da língua portuguesa no norte uruguaio foi tratada, nesse período, como o principal “problema fronterizo”. O nacionalismo político impulsionou o surgimento de diversos projetos de “orientalização” da região, buscando fazê-la mais uruguaia; portanto, menos brasileira. As propostas eram variadas, como estímulo à colonização hispânica da região, alternativas de desenvolvimento econômico, urbanização das zonas mais limítrofes e um plano nacional de educação.

O projeto que obteve resultados concretos e que efetivamente se implementou foi o da fundação de escolas ao longo da faixa de fronteira com o Brasil. A alfabetização das comunidades fronteiriças tinha por objetivo a obrigatoriedade do ensino do idioma nacional, ou seja, do espanhol. Desse modo, o acesso à educação resultou em uma bem-sucedida ação político-lingüística de contenção da língua portuguesa nas comunidades fronteiriças. Colocou-se em prática uma política de apagamento das marcas luso-brasileiras da região, deslocando o português, língua materna de uma maioria, para o lugar de língua minoritária na região.

Embora o português no Uruguai já tivesse sofrido o impacto da obrigatoriedade do ensino de espanhol tanto nas escolas urbanas como nas rurais, onde o contingente de brasileiros era maior, a sua presença e a sua extensão faziam do “problema fronterizo” um problema de línguas.

No Capítulo 1, apresento como esse impacto intensificou o processo de cruzamento das línguas. Esse fenômeno lingüístico leva à formalização de um objeto de pesquisa lingüística, tornando-se uma questão constante das investigações. Tem-se, então, uma produção sistemática de saberes lingüísticos e a consolidação de uma tradição na lingüística rio-platense. É uma nova área de

estudos, chamada de Lingüística Fronteira, possibilita a continuidade e a regularidade das pesquisas sobre as línguas da fronteira.

A Lingüística Fronteira abarca investigações baseadas teoricamente na Geografia Lingüística e na Sociolingüística. Filiadas principalmente a essas duas áreas, desenvolvem-se pesquisas de mapeamento e descrição lingüística sobre o português da região e sobre as práticas resultantes do cruzamento das línguas.

Como um novo espaço nas ciências da linguagem, a Lingüística Fronteira funda uma discursividade sobre as línguas em contato. A continuidade e a regularidade das pesquisas vão construindo um modo de dizer sobre as línguas da fronteira, que apresenta como discurso acadêmico fundador o *Dialecto Fronterizo en el Norte del Uruguay*, trabalho pioneiro de José Pedro Rona, de 1965.

Dado esse panorama, pretendo analisar os sentidos políticos projetados a partir do discurso acadêmico fundador. Do ponto de vista de uma política de línguas, as designações dadas ao resultado do cruzamento das línguas constituem-se de sentidos políticos que as fazem significar diferentemente do que significam para os falantes, organizando uma outra hierarquia para as relações entre as línguas praticadas na fronteira.

No Capítulo 2, trato das línguas tais como elas representam para os falantes da fronteira Brasil-Uruguaí, como elas se distribuem e significam em um Espaço de Enunciação Fronteira, que não é o mesmo espaço de enunciação que ocupam enquanto línguas nacionais, uma vez que são afetadas por outra formação sócio-histórica.

A especificidade do cruzamento de línguas na zona de fronteira, que se dá por um contínuo, é o próprio estado de ser da fronteira, tanto por suas interfaces como por seus conflitos. As estratégias de contenção dos espaços de circulação das línguas estão constantemente redizendo esse sentido de encontro de dois Estados, e o cruzamento das línguas significa nos dizeres na língua e sobre a língua.

Considero que o Espaço de Enunciação Fronteiriço projeta um modo de distribuição das línguas da fronteira, que pode ser visto a partir tanto da perspectiva do falante como da do pesquisador. Em ambos os casos, o que sobressai é que as línguas são reguladas por um jogo de poder e de domínio determinado pelo fator político.

O Capítulo 3 trata do que se construiu, no plano das idéias, a respeito das línguas em contato nas zonas de fronteira. Aborda uma outra história da língua portuguesa além das fronteiras territoriais, uma história de conhecimentos lingüísticos, construída por um outro modo de olhar o português, que se projeta de fora para dentro. Ou seja, na contramão da história da ocupação lingüística do português no Uruguai, constrói-se um domínio e uma tradição de estudos sobre a língua portuguesa, por parte da comunidade acadêmica uruguaia, que se firmou fora do alcance da lingüística brasileira.

O conhecimento produzido pela comunidade acadêmica uruguaia sobre o português do Uruguai, na perspectiva de uma política de línguas, tem uma repercussão definitiva ao romper a visão de homogeneidade lingüística do país. Nesse sentido, o português como a língua da nação vizinha retoma a sua memória do embate geopolítico, o de ocupar territórios além das suas fronteiras políticas. E assim, a língua que ocupa é também a que rompe com o ideal monolíngüe, esvaziando, em certa medida, o principal argumento dos discursos nacionalistas, de vincular a unidade nacional a um ideal monolíngüe.

No Capítulo 4, analiso as designações atribuídas às práticas lingüísticas da fronteira, tomando como acontecimento enunciativo o *Dialecto Fronterizo en el Norte de Uruguay*, de José Pedro Rona, que funda, então, o discurso do cruzamento das línguas portuguesa e espanhola, nas zonas de fronteira.

A designação que é atribuída, nesta obra, ao resultado desse cruzamento, instaura um horizonte de projeção, de sucessivas designações. Ao serem designadas pelos pesquisadores, as práticas lingüísticas fronteiriças, nomeadas de *Fronterizo*, *Portunhol* ou *DPU*s (*Dialectos Portugueses del Uruguay*), entram no

conjunto das línguas da fronteira. E essas designações significam politicamente; a hierarquia organiza essas línguas em um jogo de relações e de cruzamentos.

Para a análise de tais designações, selecionei enunciados do *Dialecto Fronterizo*, assim como o mapa no qual Rona localiza as zonas lingüísticas de domínio do português e do castelhano. Esse texto constitui-se no primeiro estudo formal sobre a presença e a extensão da língua portuguesa no Uruguai.

Nessas duas textualidades, a verbal e o mapa, a designação *Fronterizo* se apresenta reescriturada por diferentes mecanismos. A interpretação dos sentidos políticos do processo de redizer as práticas lingüísticas projeta-se em discursos acadêmicos posteriores, sendo retomado, então, como uma memória da discursividade sobre as línguas da fronteira.

Para concluir, retomo o percurso da produção de conhecimentos lingüísticos para interpretar, segundo as condições históricas de formação da sociedade fronteiriça, de que forma se configurou uma política, ou políticas de línguas, que está argumentada no sentido de dominância da língua portuguesa sobre as demais práticas lingüísticas fronteiriças, em decorrência de um processo de ocupação lingüística.

Com isso, a língua portuguesa entra no Espaço de Enunciação do Espanhol, que passa a ser um Espaço de Enunciação Fronteiriço, no qual línguas se enunciam. E esse é o sentido político do português que, ao ser reescrito e significado nas designações, remete a um lugar de dominância sobre as demais línguas da fronteira.

CAPÍTULO 1 – AS FRONTEIRAS E AS LÍNGUAS

1.1 A Fronteira: definição e configuração

Para apresentar uma história sobre o contato lingüístico nas fronteiras do Brasil com os demais países da América do Sul, é preciso organizá-la tomando, como ponto de partida, o conhecimento produzido sobre esse contato e sobre o modo como ele vai ocorrendo ao longo das fronteiras territoriais.

Do ponto de vista geo-histórico e geopolítico, é fundamental compreender o que é a fronteira, como se define e como se configura. A fronteira vai incorporando significações à medida que fatos históricos como, por exemplo, as disputas sobre os domínios territoriais entre Espanha e Portugal na América, a definição dos limites geopolíticos e, posteriormente, a formação dos estados nacionais, constituem os sentidos da Fronteira, sobretudo, quando a questão é a relação das línguas nas fronteiras hispano-brasileiras.

De acordo com Machado (1998, p.41),

[...] na medida em que os padrões de civilização foram se desenvolvendo acima do nível de subsistência, as fronteiras entre ecúmenos tornaram-se lugares de comunicação e, por conseguinte, adquiriram um caráter político. Mesmo assim, não tinha a conotação de uma área ou zona que marcasse o limite definido ou fim de uma unidade política. Na realidade, o sentido de fronteira era não de fim, mas do começo do Estado, o lugar para onde ele tendia a se expandir.

A reflexão que me proponho a fazer, em relação ao cruzamento das línguas nas zonas de fronteira, tem como foco a produção de conhecimento lingüístico sobre a questão das “línguas em contato” na fronteira Brasil-Uruguaí.

No entanto, para abordar o modo como as línguas se relacionam nas fronteiras é preciso, antes de tudo, compreender como a configuração dessa fronteira territorial, tão disputada entre o império português e espanhol, na

América, inclui também uma história do cruzamento da língua portuguesa e espanhola nesta região.

A configuração das fronteiras sobre os domínios territoriais do chamado Novo Mundo – Espanha e Portugal – foi ajustada ao longo de dois séculos, entre muitos litígios bélicos e diplomáticos. A descoberta de um novo continente repercutia sobre a geografia mundial; era preciso absorver o próprio fato da existência de fronteiras além daquelas já conhecidas e dominadas pelo homem.

Mignolo (2003,p.382) afirma que:

Algumas décadas antes do advento (na perspectiva dos observadores europeus) de um continente que, como seus habitantes, era desconhecido, as fronteiras geográficas coincidiam com as fronteiras da humanidade. Acreditava-se que criaturas bizarras, com duas cabeças, três braços e assim por diante, habitavam regiões além das fronteiras conhecidas. Os limites da geografia coincidiam com os limites da humanidade. Em questão de duas ou três décadas talvez, entretanto, ambas as fronteiras (a do mundo e a da humanidade) começaram a transformar-se radicalmente. As estranhas criaturas que outrora habitavam os recantos desconhecidos do mundo foram substituídas pelos selvagens (ou canibais) que habitavam o Novo Mundo.

Mas a Fronteira não significa apenas pela sua relação espacial, como o lugar que marca o limite entre territórios. Os limites cartográficos são referências simbólicas que significam a fronteira através de um marco físico, embora a vida da fronteira, o *habitar a fronteira* signifique, para quem nela vive, muito mais, porque ela já se define em si mesma como um espaço de contato, um espaço em que se tocam culturas, etnias, línguas, nações.

Machado (1998, p.42) explica que

[...] o limite não está ligado à presença de gente, sendo uma abstração, generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, freqüentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira. Por isso mesmo, a fronteira é objeto permanente da preocupação dos estados no sentido de controle e vinculação. Por outro lado, enquanto a fronteira pode ser um fator de

integração, na medida em que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas, o limite é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais.

Passados quase três séculos de colonização do território brasileiro, das ocupações estratégicas das fronteiras nacionais, sobretudo pelo avanço para dentro do país, em direção ao oeste e ao sul, e dos movimentos pela independência das colônias em território hispânico, viu-se o quanto eram frágeis os modos de controle dos limites geográficos nas fronteiras hispano-portuguesas no extremo sul do Brasil.

A formação dos estados nacionais uruguaio, argentino e brasileiro ocorreu em um mesmo período histórico, na segunda década do século XIX. Como estados nacionais independentes, passaram a reivindicar o direito de soberania sobre seus territórios e a buscar meios de estabelecer uma unidade nacional.

Nesse sentido, a fixação de uma língua nacional viabilizou a sustentação da soberania, pois havia uma língua da nação, uma língua oficializada. No caso das antigas colônias hispânicas e da portuguesa, elevadas aos estados nacionais Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil, as línguas imperiais foram oficializadas como suas línguas nacionais.

A lógica do Estado-Nação, na qual a língua nacional consolida um sentimento de nacionalidade e a fronteira regula os espaços de dominação de uma língua, como regula o território de um país, é, para Camblong (2002, p. 5), uma lógica concebida no interior do capitalismo industrial, que “recorta, parcela, diferencia, exacerba las distinciones fronterizas hacia fuera, y a la vez, busca la unidad, la identidad y la homogeinización hacia adentro. Configura un interior que debe reconocerse unificado, ante un exterior diferente y extranjero”.

A defesa das línguas nacionais pelo Estado, na maioria das vezes, despreza a existência de outras línguas. A cultura monolíngüe é idealizada pelos

discursos que defendem a homogeneidade lingüística como sustentáculo de um sentimento de valorização do nacional. A idéia de unidade nacional vinculada a uma língua oficial era o modo de também afirmar uma nova identidade para os recentes estados nacionais da região.

Para controlar legalmente as fronteiras territoriais, tanto o estado brasileiro como os estados platinos criaram mecanismos de proteção à soberania, instituindo postos militares – como defesa nacional e como barreiras de fiscalização – para o controle de mercadorias e do comércio nas zonas de fronteira.

Por muito tempo, a fronteira significou bem mais uma zona de controle legal, militar e fiscal do que uma zona de povoamento e de contato social. Associadas à formação de um Estado forte e soberano e ao controle de seus limites territoriais, as zonas fronteiriças continuaram sendo, acima de tudo, um lugar de passagem legal ou ilegal e de um comércio dependente desse trânsito, incluindo-se nele a prática do contrabando.

Camblong (2002, p. 12), ao tratar da situação do contato lingüístico nas fronteiras argentino-brasileiras, resume três aspectos que considera característicos na configuração dessas fronteiras platinas que se evidenciaram a partir dos conflitos bélicos na região: “se trata de un lugar estratégico, tanto militar como geopolítico; el estado-nación ejerce y exhibe sobre el borde, toda la fuerza de su poder como un gesto enfático de soberanía; se ratifica la configuración de pasaje o estadias transitorias que caracteriza la historicidad de la zona.”

No entanto, a fronteira, mesmo na perspectiva conceitual do estado, não tem significado apenas como um espaço a ser controlado e defendido. No caso das fronteiras do Brasil com o Uruguai e a Argentina, a ocupação das terras, assim como o povoamento ao longo da faixa fronteiriça, de ambos lados das fronteiras, foi contribuindo para o estabelecimento de uma fronteira menos territorial e mais social.

Um dos fatores de intensificação dos contatos sociais é a correspondência das chamadas cidades-gêmeas, que foram sendo fundadas ao longo da faixa fronteira desses países (Figura 1). A fluidez das relações sociais fez surgir uma fronteira significada bem mais como espaço de interações e muito menos como um território delimitado.

O fortalecimento das fronteiras sociais e uma nova ordem mundial, regulada pelas relações econômicas e pelas necessidades de mercado, segundo Ciccolella (2002), provoca um enfraquecimento dos Estados, porque se esvazia a idéia de um Estado soberano, controlador dos destinos da nação. Ele conclui que:

Efetivamente, tornam-se os Estados nacionais cada vez mais fracos e incapazes de regular as economias domésticas; suas fronteiras tendem a desvanecer, a relaxar ou a tornar-se simbólicas, já por integração institucionalizada e mais ou menos voluntária, já por simples satelização de fato. (2002, p. 305).

Ainda assim, as regiões fronteiriças, situadas entre o Brasil e os países da Bacia do Rio da Prata, são fronteiras sociais pouco desenvolvidas do ponto de vista socioeconômico. No extremo sul, historicamente, a região teve seu auge econômico durante os séculos XVIII e XIX, com a existência de uma elite econômica formada pelos “charqueadores comerciantes” (Osório: 2003), além dos latifundiários, donos de grandes extensões de sesmarias que tinham como referência cultural a cidade Montevideu, até meados do século XX.¹ Com a decadência dessa elite econômica, veio o empobrecimento da região, que atualmente reivindica, para a *metade sul do estado* (RS), projetos de desenvolvimento econômico.

¹ Na fronteira de Misiones com Santa Catarina, na Argentina, conforme dados da pesquisa de Camblong & Sánchez (1977, p. 9), no final do século XIX, a região atraía imigrantes brasileiros interessados no comércio de erva-mate e de madeira. Isso contribuiu para o desenvolvimento econômico da região. Mas também entrou em decadência na metade do séc XX.

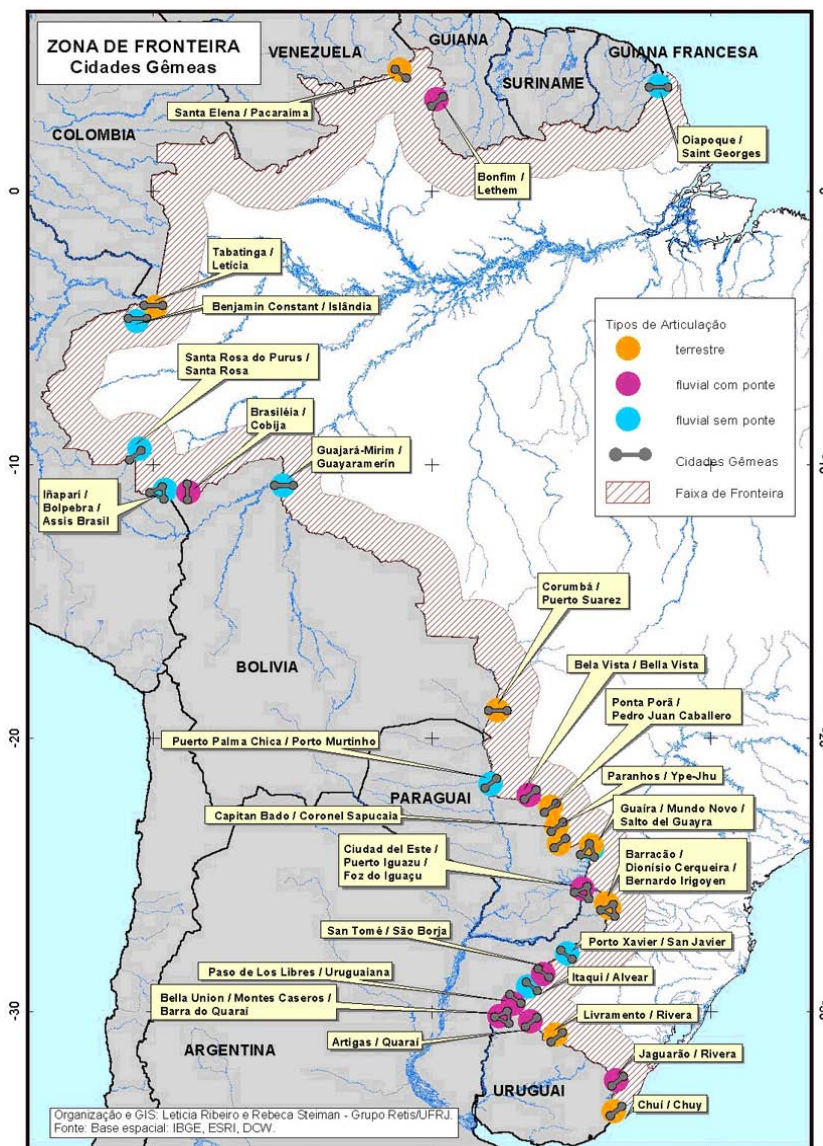


FIGURA 1 – Instituto de Geografia – Grupo RETIS - UFRJ

Este é o paradoxo dessas zonas lindeiras: a pobreza da maioria das comunidades, nos dois lados das fronteiras, frente às políticas de integração, em que os blocos econômicos passam a substituir as economias nacionais e regionais. Elas são sempre lembradas como espaço da integração, mas continuam sendo periféricas em relação aos centros de decisões do poder.

Como espaço periférico,

[...] as áreas de fronteira constituem, ademais, espaços periféricos frente ao fluxo de negócios e de investimentos; caracterizam-se “como economias regionais relativamente isoladas dos centros dinâmicos e de decisões nacionais e com potencial de desenvolvimento reprimido por essa situação”. O isolamento e a estagnação “estão vinculados, fundamentalmente, à herança histórica, que derivou no predomínio da grande propriedade.” (Golin *apud* Oliveira, 2002, p. 24).

No mundo pós-moderno, a Fronteira se define também pelo modo de organização das relações políticas e econômicas, que criam novos territórios de influência e dominação. As nações se representam através de um aglomerado econômico, de caráter supranacional, portanto, por uma desterritorialidade.

Conforme Santos (2002, p.15), o território era a base, o fundamento do Estado-Nação e ao mesmo tempo o moldava. “Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos a noção, tornada antiga, de Estado-Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território”.

Em contato contínuo ou mesmo circunstancial, as línguas funcionam, nas fronteiras, significadas por estas duas concepções: a fronteira significada pelo limite territorial e controlada pelo Estado, que a resguarda em nome da soberania nacional; e a fronteira do Estado pós-moderno, um espaço supranacional, determinado por todos os tipos de relações além de suas margens territoriais.

Nesse sentido, o conceito de Fronteira contém nele mesmo sentidos contraditórios. Fronteira se define por uma relação com o real, simbolizada através de uma referência física que indica sua existência, como os marcos que representam os limites territoriais. Por outro lado, apresenta outro sentido de integração, de interface, que é fluido, tal como se dá a mistura das línguas. Veremos, posteriormente, no capítulo 3, como a descrição do *Dialecto Fronterizo*, resultado do cruzamento das línguas, rediz esta interface da qual se constuem os sentidos da Fronteira.

E a fronteira é assim mesmo imaginária e real. Considerando-a no funcionamento discursivo, a fronteira se constitui de dois mundos: o visível e o invisível. Ela funciona pelas possibilidades de interpretação que não estão, por exemplo, significadas por esse real. Ela provoca efeitos que se constituem no que é perceptível e também nos outros sentidos que muitas vezes não são tão evidentes. (Pêcheux, 1990, p.15). Desse modo, a fronteira é constituída por uma duplicidade de sentidos, em princípio, paradoxais.

Na fronteira, o espaço de enunciação das línguas é outro. Podemos considerá-lo de dois modos: na própria língua, quando o falante enuncia suas práticas lingüísticas, sejam elas as línguas nacionais que domina, sejam os dialetos que pratica; e sobre as línguas, quando tomam existência e sentido, segundo a perspectiva de quem produz conhecimento sobre as “línguas em contato”, nas zonas de fronteira. Esta última é o objeto da minha análise.

Dadas as condições de produção das idéias lingüísticas da época (década de 50 – século XX), as línguas, em constante estado de relação umas com as outras, a ponto de entrarem em um processo de cruzamento, funcionam num Espaço de Enunciação Fronteiriço e significam aí diferentemente do modo como funcionam e significam em outros espaços enunciativos nacionais.

Tomando tal espaço como constitutivo não só das línguas nacionais como também das práticas derivadas dos seus contatos, é que a designação das práticas lingüísticas fronteiriças é atribuída a partir do ponto de vista de quem produz conhecimento sobre o contato de línguas.

Configura-se, dessa maneira, um quadro de distribuição para as línguas de fronteira. Esta distribuição tanto as insere no nacional como, ao mesmo tempo, as inscreve nas margens do nacional desterritorializado.

1.2 As línguas da fronteira

O duplo espaço de presença das línguas, o nacional e além de suas margens internacionais, no contexto da América Latina, permite compreender os deslocamentos das línguas para além de seus limites geográficos; no caso que me interessa aqui, da língua portuguesa. Os deslocamentos são determinados por fatores sócio-históricos, econômicos e culturais, mas sempre significados pelo político.

Para se interpretar o modo de distribuição das línguas portuguesa e espanhola no espaço transfronteiriço, é necessário retomar os resultados dos trabalhos de investigação, muitos deles descrevendo o nível e o tipo de contato existente entre as línguas, o que permite organizar um panorama do movimento das línguas e, a partir disso, interpretar uma história não só sobre o conhecimento produzido a respeito das línguas nas fronteiras, como ainda sobre o modo de constituição do lugar político da língua portuguesa em um outro espaço de enunciação, no qual entra em relação com outras práticas lingüísticas.

O foco deste trabalho se dá sobre as fronteiras do sul do Brasil, no chamado arco sul das fronteiras territoriais brasileiras. Considera-se aqui a macro-região da Bacia do rio da Prata, referindo o estuário que reúne os limites territoriais de quatro países: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai (Figura 2).

O primeiro foco possibilita uma visão mais geral da situação das línguas em zonas nas quais se travaram as disputas mais intensas sobre os limites territoriais entre Espanha e Portugal, na América, antes da formação dos Estados Nacionais. Na bacia do Rio da Prata, tais disputas se pautaram por uma divisão entre dois mundos: o mundo português e o mundo hispânico. E por duas línguas nacionais: a portuguesa e a espanhola.

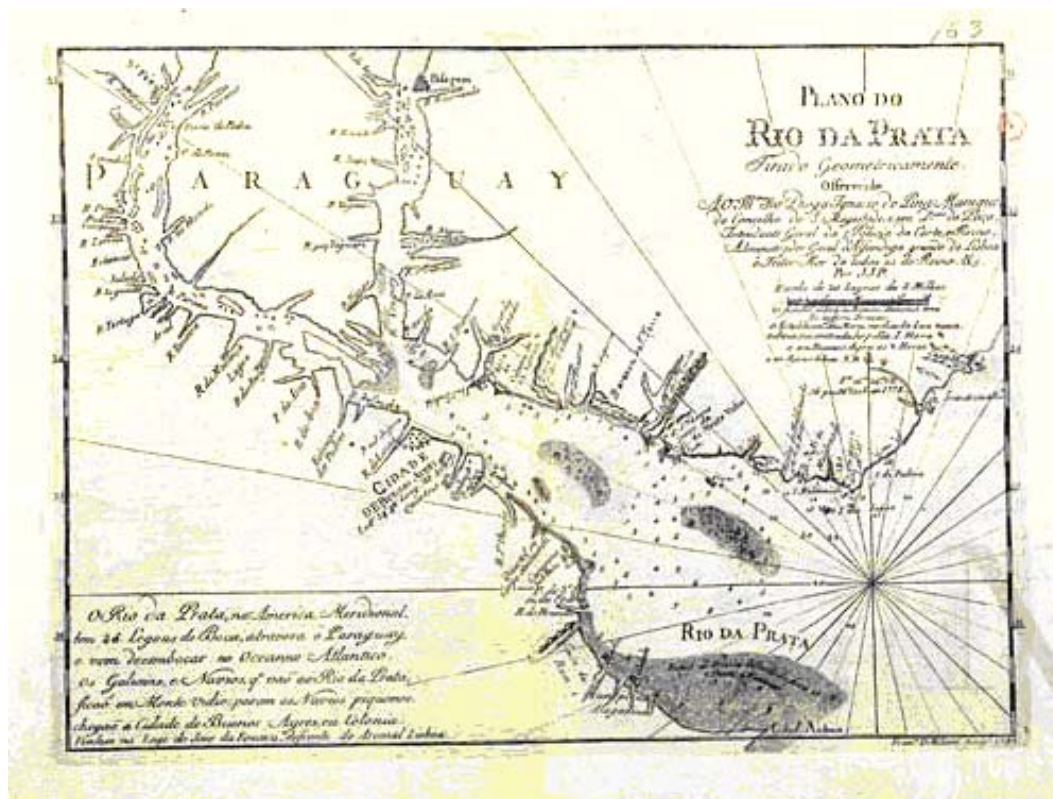


FIGURA 2 - PAGANINO, Jacinto José, fl. ca. 1784. Plano do Rio da Prata tirado geometricamente / por J. J. P. ; sculpt. Franco. D. Milcent. – Escala [ca. 1:2 000 000], 20 Legoas de 3 Milhas [20 ao grau] = [5,60 cm]. - [Lisboa : s.n., 1782]. - 1 mapa : água-forte, p&b ; 28,8x39,0 cm em folha de 33,4x44,5 cm.

Um outro foco, o da micro-região, é mais específico, porque sobre ele se refere o conteúdo do objeto de estudo escolhido para este trabalho, qual seja o de analisar o processo de designação das práticas lingüísticas de base portuguesa por parte da comunidade científica uruguaia.

Com o que se produziu de pesquisas, no âmbito acadêmico uruguaio, em relação ao contato dessas línguas nas zonas de fronteira, bem como sobre o modo elas se encontram atualmente distribuídas nas margens territoriais ao sul do Brasil, poderemos traçar não só uma história das idéias lingüísticas constituídas

da prática de saberes sobre esta questão como também tratar paralelamente de uma história da língua portuguesa além das fronteiras brasileiras.

Desde o sul, percorrendo o lado oeste até o norte brasileiro, nossas fronteiras lingüísticas, do ponto de vista oficial, são caracterizadas pela relação hispano-brasileira. No entanto, ao longo desta imensa fronteira latina, as línguas nacionais dominantes, língua portuguesa e língua espanhola, convivem com outras línguas.

No contexto do Mercosul, política de línguas é uma política de línguas da América Latina, que se reflete sobre esse novo espaço de produção lingüística, não apenas brasileiro ou hispânico. É um espaço configurado pela presença de outras línguas em funcionamento; de um lado, as línguas indígenas e o espanhol, além do seu contato com a língua portuguesa; de outro, as línguas indígenas, as línguas africanas, e o português, além do seu contato com o espanhol. (Guimarães, 2001, p.8-9).

Nessa perspectiva, as línguas de domínio na América Latina estão afetadas por suas relações com outras línguas, até mesmo com práticas lingüísticas derivadas da mistura das línguas, em variedades como o Portunhol, que, legitimadas pela prática, estão o tempo todo se relacionando com as demais línguas praticadas ao longo das fronteiras.

Nas zonas de fronteira, nas quais o contato humano é mais intenso e a mobilidade das populações contribui para intensificar o cruzamento das línguas praticadas, a extensão e o uso das línguas estão constituídos por uma dinâmica muito particular, determinando inclusive uma política de línguas que se organiza, neste caso, a partir de um lugar que lhe atribui o falante.

Na Figura 3, visualizamos como a correspondência de cidades facilita o contato social, sendo maior ou menor conforme as características geográficas da fronteira existente entre as comunidades.

III - A Zona de Fronteira: Interações com os Países Vizinho

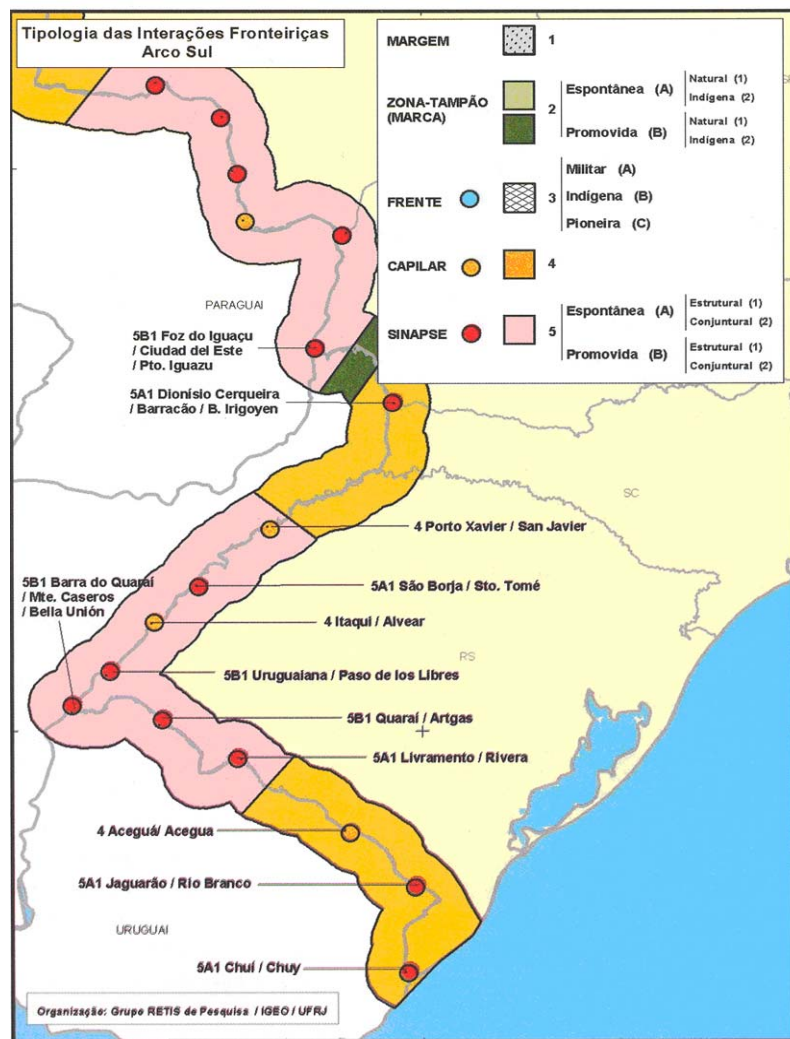


FIGURA 3 – Instituto de Geografia – Grupo RETIS - UFRJ

Nas fronteiras “secas”, há cidades separadas apenas por uma rua, no caso de Livramento-Rivera (Brasil-Uruguai) ou Dionísio Cerqueira-Bernardo de Irigoyen (Brasil-Argentina). Em outras, há uma separação natural. As fronteiras platinas são na sua maioria os rios que separam as comunidades, mas as pontes internacionais as aproximam.

A região de fronteira é contornada pela bacia do Rio da Prata, e, segundo Maia (2002, p. 96),

Nestes casos, em que podem existir acidentes geográficos, políticos e normas marcando uma divisão, também pode constituir-se uma mesma comunidade e pode-se dizer: “eu sou da Argentina” ou “eu sou do Brasil”, mas isto não impede que do outro lado esteja morando meu irmão, o meu primo, ou, quem sabe, até mesmo os meus filhos, e não se pode delimitar a cultura desta comunidade e seus diferentes idiomas que seguem vivos e circulando de um país a outro sem fronteira.

No entanto, o que determina o deslocamento das populações e o trânsito entre as comunidades é a situação econômica dos países. A relação do câmbio entre as moedas nacionais, por exemplo, continua sendo um aspecto definidor no fluxo do deslocamento e do trânsito de pessoas. Uma das conseqüências é que, em certos períodos, o espanhol circula mais continuamente nas cidades brasileiras assim como, em outras épocas, o português pode estar mais cotidianamente presente nas cidades argentinas ou uruguaias.

Por outro lado, muitas vezes, esses mesmos atrativos econômicos levam à fixação das populações de outras etnias, tais como: condições para produção, oportunidades de trabalho e desenvolvimento de novas fontes de economia, exploração dos campos nativos, matas e terras, entre outros fatores que alavancaram o processo imigratório de brasileiros para o outro lado das fronteiras com a Argentina e com o Uruguai, sobretudo durante o século XIX.²

A história da língua portuguesa em territórios platinos pode ser ilustrada a partir deste fato comum, que é a fixação de imigrantes luso-brasileiros e brasileiros, no caso uruguaio, e de teuto-brasileiros e brasileiros, na Argentina.

² No caso uruguaio, em razão das disputas pelo domínio das terras até as margens do Rio da Prata, com a conquista e reconquista de Colônia do Sacramento por parte de portugueses e espanhóis, a presença de luso-brasileiros em terras uruguaias iniciou-se já no séc. XVIII.

Nos dois casos, embora iniciado em épocas diferentes, o processo de ocupação do território foi impulsionado, sobretudo, por oportunidades de desenvolvimento econômico.

Na fronteira de Misiones, na divisa com Santa Catarina, a imigração de brasileiros levou para o território argentino não só a língua portuguesa como também a língua alemã. Estes teuto-brasileiros falavam o alemão como língua materna, o português como segunda língua e uma terceira língua de contato – o espanhol.

Camblong (2002, p. 14) ressalta que há nesta região, já nas imediações do rio Uruguai, “una presencia hegemónica y masiva del portugués.” Ela aponta, ainda, que o espanhol dessa região apresenta significativas influências do português.

Na descrição da zona fronteiriça, feita pela autora, ocorre plurilingüismo e *status* diferenciado de cada uma das línguas, em relação ao contexto no qual são praticadas:

[Nesta zona] se encuentran asentadas comunidades de alemanes-brasileros, así denominados pues se habían establecido previamente en el Brasil, cuando llegaron de Europa, y luego migraron hacia la Argentina. Estos pobladores también conservan la lengua familiar europea durante tres o cuatro generaciones, pero, con la particularidad de que hablan portugués como segunda lengua. Las influencias se reflejan y se refractan en la producción de los distintos idiomas, el portugués en el alemán, y vice-versa, y a su vez en la producción de un español típico de los alemanes-brasileros. Los niños de esta área aprenden alemán como lengua familiar, luego o en simultaneidad incorporan el portugués en la venticidad y en tercer término, aprenden español en la escuela. En cambio, la población criolla habla portugués en el ámbito familiar y vecinal, y aprende español en la escuela (Camblong, 2002, p.14).

Outros estudos realizados a respeito da influência do português sobre o espanhol, nessa mesma zona de fronteira, especialmente no *dialecto híbrido fronterizo ou portunhol*, têm considerado a problemática gerada pelo contato lingüístico no âmbito educacional. Essa questão também é trabalhada pelos pesquisadores uruguaios.

Porém, os estudos sobre as fronteiras uruguaias apresentam uma metodologia descritiva; buscam detectar os níveis de influência de uma língua sobre a outra, considerando, sobretudo, o resultado provocado pelo contato lingüístico. Tem-se todo um percurso de investigações acadêmicas que contribuem para se construir uma história da língua portuguesa na região, em virtude da penetração e extensão da língua no território uruguaio, que se iniciou com os primeiros movimentos de ocupação luso-brasileira na região norte do Uruguai. Esse fato possibilitou, por muito tempo, a manutenção e o domínio do português como língua da região.

A conseqüência da entrada e circulação de mais uma língua tanto nas fronteiras argentinas como nas uruguaias, limítrofes com o Brasil, preocupavam os educadores, pela diversidade das práticas lingüísticas em uso: línguas nacionais, práticas resultantes do cruzamento entre as duas línguas nacionais e, em alguns casos, línguas de imigrantes.³

A situação hegemônica do português, no caso da fronteira Argentina, descrita por Camblong (2002), é um fenômeno historicamente mais recente, embora os fatores extralingüísticos tenham sido praticamente os mesmos que levaram um contingente de brasileiros a ocuparem terras nas fronteiras platinas.

Outro fator que favoreceu a manutenção do português como uma única língua praticada e mesmo como segunda língua na fronteira de Misiones-Argentina, conforme se refere a autora, e que também se atribui à zona norte uruguaia, é que a referência cultural é predominantemente brasileira, tanto para as populações fronteiriças da Argentina como para as do Uruguai.

Como Camblong (2002), Barrios (2004) destaca que os meios de comunicação, sobretudo a televisão, exercem um enorme domínio cultural, influenciando as alternativas de lazer e sociabilidade dos fronteiriços, fazendo-os

³ Em outras fronteiras, essa situação plurilíngüe tem mais um componente, que são as línguas indígenas. No caso das fronteiras com o Paraguai, existem duas línguas com *status* de línguas maternas e oficiais - o espanhol e o guarani, mais a língua portuguesa, que entra como língua de imigrante.

incorporar gostos e preferências relacionados à cultura brasileira: música, novelas, programas de televisão, entre outros. Isso reafirma a noção atual de que as fronteiras remetem muito mais a uma idéia de espaço que a um lugar demarcado em que se delimitam territórios.

Ciccolella (2002, p.299) comenta:

O “espaço fronteiro,” ainda não faz muito tempo, limitava-se a uns poucos quilômetros de cada lado da fronteira, e atualmente essa franja se alargou notavelmente, medindo-se em dezenas de quilômetros, configurando verdadeiras áreas de fronteiras ou espaços regionais fronteiros de características muito particulares. Isto se deveu fundamental ao incremento das relações comerciais e culturais, à expansão e intensificação dos meios de transportes e, sobretudo, ao papel desempenhado pelo *mass media* e pelas alternativas eletrônico-informáticas de comunicação.

As duas situações de presença significativa do português em territórios platinos são exemplos de que essas zonas são permeáveis às línguas. A diferença está na forma como a situação de contato entre as línguas é percebida e interpretada por quem produz conhecimentos lingüísticos sobre essa questão.

A história do português no Uruguai decorre dos resultados descritivos das pesquisas realizadas nas zonas fronteiras, enfocando a questão do contato de línguas. Entre os trabalhos, destacam-se *Dialecto Fronterizo en el Norte del Uruguay* (Rona, 1965); *The sociolinguistics of the Brazilian-Uruguayan border* (Hensey, 1972); *Nós falemo brasileiro*; *Dialectos portugueses en Uruguay* (Elizaincín, Barrios & Behares, 1987) e *The social distribution of Uruguayan Portuguese in a bilingual border town* (Carvalho, 1998).⁴

⁴ Os trabalhos de Hensey e Carvalho citados aqui são teses de doutorado publicadas nos Estados Unidos. Os trabalhos de Rona e Elizaincín, Barrios & Behares são investigação realizadas na região durante uma média de três anos até as primeiras divulgações dos resultados em congressos, sendo, posteriormente, publicados em livros.

1.3 A língua portuguesa no Uruguai: presença e extensão

A história da língua portuguesa além das fronteiras territoriais com o Uruguai remonta ao período em que as terras, do hoje estado uruguaio, eram as terras da discórdia e da disputa, inclusive bélica, entre portugueses e espanhóis. Essas terras, ao longo da faixa fronteira, durante o século XVIII, e mesmo durante o século XIX, eram pouco povoadas. Nas comunidades não havia sequer representações oficiais que indicassem ali a presença do Estado.

A partir da metade do século XIX, através de projetos de desenvolvimento econômico e de ocupação territorial, iniciou-se uma mudança radical na paisagem vasta e quase vazia da fronteira uruguaia com o Brasil, embora esse vazio populacional já houvesse diminuído com a leva de ocupantes luso-brasileiros na região.

Por isso, a presença da língua portuguesa e de outras práticas lingüísticas de base portuguesa em território uruguaio teve razões históricas que estão relacionadas inclusive a episódios da história brasileira, ainda sob o regime imperial. Porém, a existência de estudos que dão conta da presença da língua portuguesa em terras uruguaias conta apenas com cinquenta anos incompletos.

Portanto, uma história desses estudos, de seus enfoques e de sua regularidade faz-se necessária, na medida em que permite situar os fatos e essas condições históricas, que não só possibilitaram a permanência da língua portuguesa além das nossas fronteiras geográficas como também contribuíram para o surgimento de práticas lingüísticas em que a língua portuguesa é a língua matriz de suas formações. Tais práticas lingüísticas são resultado do cruzamento das línguas portuguesa e espanhola e se caracterizam pela própria intensidade e continuidade dos contatos aí existentes.

Para organizar um panorama sobre essa história, vou reproduzir primeiramente depoimentos e exemplos que ilustram a visão que se construiu no âmbito político sobre a presença da língua portuguesa no estado uruguaio e como

isso determina a política nacionalista desse Estado-Nação frente à existência de brasileiros e falantes de língua portuguesa no norte do país.

Em seguida, vou apresentar um histórico dos estudos sobre a existência e a extensão da língua portuguesa, de tal forma que se possa visualizar o modo como são identificadas as práticas lingüísticas vigentes em território uruguaio. Isso evidenciará como se constituiu uma regularidade nos estudos lingüísticos uruguaios sobre a questão da presença da língua portuguesa no país, e as conseqüências que a sua sistematização provocou no rompimento da visão de homogeneidade lingüística, tão alardeada nos discursos nacionalistas uruguaios.

Os primeiros registros sobre a significativa presença da língua portuguesa na zona de fronteira do Uruguai com o Brasil apontando, inclusive, a existência de uma mescla das línguas nacionais praticadas na região fronteiriça, segundo Elizaincín (2002, p.1) datam do início do século XX e aparecem na obra *Fronterizas. Paliques Uruguayo-brasileñas* (Giuffra). Para ele, tal obra “da a conocer un testimonio muy interesante sobre la existencia (uso y funcionalidad) del portugués en territorio uruguayo”.

No entanto, se considerarmos a literatura gauchesca uruguaia de meados do século XIX, o universo da linguagem gauchesca está permeado de palavras portuguesas. Da mesma maneira, a literatura gaúcha rio-grandense caracteriza-se por termos e expressões que reproduzem a linguagem campeira, cujas peculiaridades lingüísticas estão muito aproximadas à língua dos outros gaúchos – os da região do Rio da Prata e, portanto, influenciada também pelo espanhol.

Nesse sentido, Rocca (2003, p.102) afirma que há uma *comparencia* das duas línguas nacionais na chamada língua da gauchesca. Para ele, isso ocorre

[...] de tal modo que, manteniéndose en los márgenes de dos lenguas nacionales y de tres Estados, la gauchesca consiguió fundar un espacio intersticial. Esto es: tratando de afirmar, a menudo, las singularidades nacionales o de las facciones

dentro de un Estado, consiguió mostrar que los límites nacionales – y hasta los límites lingüísticos – tienen alta densidad arbitraria, artificial.

Mas esse espaço que, na literatura gauchesca, é construído por uma linguagem de traços lingüísticos coincidentes ou empréstimos de uma língua para a outra, não diz sobre o modo como línguas se distribuíam. Que lugares políticos e hierárquicos ocupavam? O olhar do lingüista e pesquisador vai nos dar uma outra perspectiva a respeito do funcionamento das línguas da fronteira.

A delimitação dos territórios na região do Rio da Prata, entre os impérios português e espanhol, intensificaram-se a partir da metade do século XVIII. O foco da discórdia ocorreu com a fundação de Colônia do Sacramento pelo império português, no avanço exploratório da Banda Oriental e do Rio Grande. A presença portuguesa na região continuou significativa mesmo depois da independência do Uruguai, fortemente concentrada na região norte do país.

Segundo Souza & Prado (2004, p.122), as terras ao norte do Rio Negro, em meados do século XIX, tornaram-se praticamente um apêndice econômico e social do império. Os proprietários eram, na maioria, brasileiros, criadores de gado para abastecer as charqueadas da província, praticantes da pecuária extensiva, utilizando mão-de-obra cativa (mesmo quando a escravidão tornou-se ilegal na República). Os rio-grandenses acabaram por influir, determinantemente, na língua, na moeda, nos costumes e no modelo produtivo adotados na região.

O domínio luso-brasileiro nessa região incomodava as autoridades uruguaias. Tanto nos discursos dos políticos como nas correspondências de proprietários brasileiros em terras uruguaias, dirigidas ao Império português, nas quais solicitavam a defesa de seus interesses, tal domínio ficava evidenciado. No material selecionado por esses historiadores, destacam-se aqueles que ilustram muito bem o quanto as autoridades uruguaias percebiam a língua portuguesa como uma ameaça a sua identidade nacional, entendendo-a como um fator de desequilíbrio para sua soberania na zona de fronteira com o Brasil.

Os textos recolhidos por Souza & Prado (2004) exemplificam como a presença e o domínio de brasileiros, na zona norte do Uruguai, levava temor às autoridades do país, em virtude do avanço dos brasileiros pelo seu poder econômico e, é claro, pela língua. Esse modo de ocupação dava aos brasileiros o controle das atividades econômicas, políticas e sociais dos que ali estavam radicados.

Chasteen (2003), no seu livro *Frenteira rebelde*, aborda o estilo de vida dos últimos caudilhos da Frenteira Brasil-Uruguai descrevendo o cotidiano da frenteira e revelando como o conflito das línguas estava posto pela falta de uma organização no modo de vida da região, por parte do estado uruguiaio. A quantidade de brasileiros no lado uruguiaio da frenteira se refletia em todas as partes, pois a presença brasileira em algumas áreas rurais era tão esmagadora que juízes de paz supostamente uruguaios escreviam seus relatórios abertamente em português. Esses oficiais muitas vezes tinham uma caligrafia melhor e eram mais preparados para o cargo do que qualquer um de seus vizinhos falantes de espanhol. Podemos imaginar o mal-estar de um juiz uruguiaio que recebia um documento oficial relativo a uma cerimônia celebrada em algum lugar da frenteira no qual o indivíduo jurava (em português) lealdade à “santa constituição” da recém-independente República do Uruguai. Por volta de 1860, as autoridades uruguaias se queixavam que o espanhol “estava desaparecendo quase que completamente” no norte rural (Chasteen, 2003, p. 69).

Esse relato nos diz como o cotidiano da frenteira, no final do século XIX, era orientado pelas línguas. A natureza da frenteira se caracteriza por este cruzar de línguas:

Sumamente interesante para dar cuenta de la profundidad y extensión de la lengua portuguesa en el norte del país es el hecho de que muchas veces, ya constituido el estado oriental, eran los propios oficiales de justicia los que se expresaban en portugués. Recordemos que la constitución de 1830 exigía para

ser oficial de justicia “ser vecino y haber residido en el Estado un año al menos, sin interrupción, antes de su nombramiento”, pero no se exigía ser ciudadano oriental, ni mucho menos hablar/escribir en español. Recién a finales del siglo XIX, en 1878, se exigirá traducción del portugués al español. (Bertolotti, Caviglia, Coll & Fernández, 2005, p.16).

Outros textos, como manifestos de chefes políticos uruguaios e de deputados como José Vásquez Sagastume, retomados por estudos mais recentes a respeito do mesmo período histórico, comprovam as próprias estimativas governamentais de que 30% do território uruguaio era propriedade de estancieros rio-grandenses. Esse deputado denuncia que “los usos, costumbres, el idioma, el modo de ser, todo es brasileño: puede decirse como continuación de Rio Grande del Sud.” (Souza & Prado *apud* Sagasmute, 2002, p.134).

Mas essa constatação não era apenas uruguaia. Os autores citam, ainda, fragmentos do discurso de um senador brasileiro de São Paulo, de 1859, que registram o domínio brasileiro nas fronteiras uruguaias. Diz ele: “...ao passar para o outro lado do Jaguarão, senhores, o traje, o idioma, os costumes, as moedas, pesos e medidas, tudo, até a terra, é brasileiro.” (Souza & Prado, 2004, p.133).

Todos os exemplos nos dão uma visão muito clara de como era interpretada a presença da língua portuguesa no norte uruguaio por parte da elite política que atuava em defesa dos seus interesses na região. O “agravamento” dessa situação levou a classe política e dirigente do Uruguai a propor diversos projetos de *orientalização*⁵ da região fronteira com o Brasil.

Desse quadro político, que coloca em debate o direito de conduzir o processo de formação da sociedade fronteira, interessa-me, sobretudo, a questão do sentido político do qual se constitui a presença da língua portuguesa em território uruguaio ao funcionar aí como a língua de domínio e de como ela, posteriormente, organiza e determina o lugar de cada língua praticada na zona fronteira.

⁵ *Orientalização* significava tornar a região efetivamente parte do Estado Oriental del Uruguay, ou seja, menos brasileira, menos vinculada à economia sul-rio-grandense.

As relações entre as línguas da fronteira se apresentam também através do posicionamento nacionalista desses discursos uruguaios, o que subentende aí uma política lingüística diluída em projetos de planejamento lingüístico não-específicos, mas que deixam evidente a necessidade de levar à diminuição do português. Além de ser uma ameaça à hegemonia do castelhano, o português, como língua dominante na região, era ainda um fator de fragilização da soberania uruguaia no norte do país. Deste modo, ela torna-se, no Uruguai, uma questão de estado entre as demais que estavam associadas à presença brasileira em parte do território nacional, mas não menos importante.

Em mais um exemplo recortado dos historiadores em que estou apoiando minhas reflexões, a idéia de colonização da região era crucial, e o argumento mais forte era sempre por “la urgente necesidad de llevar población a la frontera por la invasión del elemento brasileño, el cuál constituye una masa de población homogénea, de fuerte tradición, costumbres arraigados y aún por su propio idioma, que se constituye un elemento de peligro a la República.” (Souza & Prado, 2004, p.134).

A tentativa de modernizar o setor produtivo levou o estado uruguaio a buscar alternativas para amenizar o modelo econômico vigente na fronteira, dominado pela pecuária e indústria do charque nas mãos de brasileiros. A colonização da região, vista como necessária e urgente desde 1860 tomava fôlego e, por volta de 1876, começava a ser efetivada com a fundação de cidades geminadas às brasileiras, ao longo da faixa fronteira, e o estímulo à imigração estrangeira (que por fim não se efetivou totalmente). Mas a vinda de estrangeiros para região dava preferência aos de língua hispânica.

De um modo geral, os projetos dos deputados e senadores uruguaios colocavam em pauta a questão da língua pelo sentido político e como questão do estado. O temor das autoridades era sempre a desestabilização da soberania territorial, em consequência do contingente de brasileiros vivendo em terras uruguaias. Deve-se ressaltar que a língua aqui está colocada nos mesmos

parâmetros de importância da economia local, também dominada por brasileiros, que praticavam uma economia de escoamento da produção e das divisas para o Brasil.

Por essa razão, a língua portuguesa é a intrusa incômoda, fator de desequilíbrio na relação língua-nação. O estado uruguaio reproduz os princípios do Estado Moderno da relação Língua-Estado e Povo, como a equação à qual se refere Hobsbawn (2002). E, sem dúvida, o Estado não conseguia incorporar este território e os seus cidadãos na sua organização sócio-econômica.

Durante o século XIX, como mostram os exemplos citados, o nacionalismo lingüístico do Uruguai se fazia, então, pelo desejo de exclusão da língua portuguesa da região de fronteira. Ele se concretiza, em parte, com a implementação de uma bem-sucedida política educacional, no final de século XIX, comandada por José Pedro Varela, ministro que promoveu a alfabetização em castelhano, espalhando escolas ao longo da faixa de fronteira, até mesmo no meio rural.

A escola como instituição legitimada pelo Estado é o lugar de desenvolvimento de uma política lingüística de castelhanização do norte uruguaio. E o sucesso desta política educacional uruguaia atraiu muitos brasileiros, devido à sua qualidade e eficiência. Muitos deles vivendo no lado brasileiro da fronteira, enviavam seus filhos para estudar nas escolas uruguaias, embora, segundo Chasteen (2003), já houvesse um sistema educacional desenvolvido no lado brasileiro da fronteira na metade do século XIX.

A política de escolarização uruguaia foi a tal ponto ampla, que

[...] o Uruguai tomou claramente a dianteira por volta de 1890. Os próprios números são reveladores. Em 1896, havia quarenta e uma escolas públicas para meninos e meninas em Cerro Largo⁶ e, o que é mais impressionante, trinta e cinco delas estavam em zonas rurais. O Estado uruguaio estava fazendo uma

⁶ Cerro Largo é um Departamento do Uruguai que corresponde sua fronteira geográfica com a zona sul do Rio Grande do Sul.

verdadeira (se não bem sucedida) tentativa de colocar uma escola primária ao alcance de cada criança, enquanto nas áreas rurais contíguas, no lado brasileiro quase não existiam escolas. (Chasteen, 2003, p. 72).

Conforme esse historiador, a prosperidade econômica do Uruguai, nas primeiras décadas do século XX, a extensão da educação pública de qualidade também para as zonas rurais, atraindo, por isso, os fazendeiros brasileiros radicados na zona fronteira, que matriculavam seus filhos nas escolas do Uruguai, somados à insistência dos professores dessas escolas em cultivar símbolos nacionais, como a bandeira e o hino, fizeram da educação pública uruguaia “um instrumento nacionalizante.” Para ele, isso “acabou criando uma preferência pela nacionalidade uruguaia nas novas gerações de rio-grandenses que moravam no vizinho país”. (Chasteen, 2003, p. 73).

Essa política educacional é interpretada posteriormente pelos lingüistas uruguaiois como uma ação político-lingüística bem-sucedida, na medida em que estabelecia legalmente a obrigatoriedade ao monolingüismo:

La política lingüística del Estado uruguayo ha asumido tradicionalmente un carácter homogeneizador, descartando cualquier opción que tendiese a reconocer la heterogeneidad lingüística que de hecho existía en buena parte del país. Imponiéndose sobre las hablas portuguesas de los departamentos norteros fronterizos con Brasil, y sobre el mosaico de lenguas migratorias en el sur del país, el español fue propuesto desde 1877 (con la “ley de Educación Común”) como la lengua de la enseñanza en todo el territorio nacional. (Barrios, 2002, p.65)

No entanto, como afirma Rona (1963), a existência de *hablares locales* mostrava como a situação das línguas na região fronteira era bem outra, embora já se houvesse fundado escolas em toda a região, inclusive nas mais rurais. Os *hablares locales* eram práticas lingüísticas derivadas do contato, em convívio com a língua dominante da região – o português e a língua nacional – o castelhano ou língua espanhola - imposta pelo Estado.

Há de se considerar também as condições históricas do lado brasileiro que ou contribuíram para a diminuição de brasileiros na região ou contiveram a mobilidade populacional, freando o trânsito livre de pessoas nas zonas de contato.

Conforme Tau Golin (2002), essa fronteira se caracterizava, antes das demarcações territoriais definitivas, por seus constantes movimentos de transgressões dos limites territoriais:

A fronteira rio-grandense é o produto da ação do Estado e de sua concepção expansionista, que produziu na população formas concretas de mobilização e uma cultura imanente dessa lógica da transposição de limites; uma população que se fez o movimento sobre o outro fronteiro, na transgressão territorial, e que encontrou a sua coesão formativa na relação ocupacional e opositiva ao outro regional/ nacional “castelhano”. E que também se distinguiu do restante do país no parâmetro belicista de guerra, onde a cavalaria – para o fronteiro, arma militar e método de trabalho, simbolizada como paradigma cultural – afirmou praticamente a imagem sulista. (Tau Golin, 2002, p.75).

A natureza do contato entre falantes de português e de espanhol na fronteira Brasil-Uruguai se caracteriza em grande parte por fatores específicos, que não equivalem aos que se observam em outras fronteiras brasileiras com países hispânicos.

Do ponto de vista geopolítico, essa fronteira não está marcada por divisões naturais, como rios ou cadeias de montanhas. Nas chamadas “fronteiras secas”, os campos e as coxilhas são lugares livres de passagem, sobretudo nos pontos onde não alcança a vigilância e o controle oficial dos respectivos países fronteiriços. Essa condição foi determinante para o avanço e a ocupação de luso-brasileiros na região, antes da efetivação das políticas controladoras da fronteira tanto por parte do Brasil como por parte do Uruguai.

A zona que foi palco das disputas territoriais entre as coroas espanhola e portuguesa foi também lugar de organização e ação de movimentos revolucionários regionais, inclusive com a prática de apoios políticos a lideranças

em ambos lados das fronteiras, a exemplo do que ocorreu na revolução federalista do Rio Grande do Sul, no final do século XIX. (Chasteen, 2003).

A situação das línguas, logo após a formação dos Estados Nacionais na região rio-platense, por volta da década de 20 do século XIX, restringia-se à presença do português e do espanhol, que se expandia nas esferas públicas e institucionais. Mas ainda havia predomínio do português.

No lado brasileiro da fronteira, o espanhol teve sua presença mais marcante no Rio Grande do Sul, durante o século XIX, provavelmente porque havia nesta época um fluxo comercial mais contínuo entre as populações da fronteira, que era determinado pelo tipo de economia agropecuária, baseada na produção do charque. Também existia uma tendência de valorização do regional e da cultura gauchesca por parte dos intelectuais sul-rio-grandenses, que os fazia incorporar influências castelhanas, de modo especial, na produção literária.

No entanto, as influências do espanhol sobre as expressões culturais do Rio Grande do Sul, principalmente na constituição de um linguajar do gaúcho, foi objeto de muito debate por parte da intelectualidade gaúcha, como Guilhermino César, Dante Laytano, Moisés Velinho, Manoelito Dornellas, entre outros.

Alguns deles defendem a matriz lusa, em defesa de uma integração do Rio Grande de Sul aos modelos nacionais. Outros reforçam a matriz platina na formação sócio-histórica do estado, o que incluía a constituição tanto da língua e da cultura como de uma identidade “gaúcha”, que evidentemente encontrava ecos em traços típicos da cultura rio-platense. (Neumann, 2004, p.25-26).

De acordo com Masina (2002, p.93), registram textos de dezenove o receio brasileiro de que os sul-rio-grandenses, contaminados pelo caráter libertário e bélico dos platinos, reivindicassem sua separação territorial e administrativa do Brasil. Essa tendência separatista, embora bastante combatida, de tempos em tempos ressurgia em manifestações isoladas, sempre rechaçadas por

nacionalistas, intelectuais e políticos ligados aos centros hegemônicos brasileiros, ou pertencentes às classes dirigentes do Estado.

A circulação mais intensa das duas línguas nos dois lados da fronteira corresponde bem mais a um período pós-independência, entremeados por movimentos revolucionários. Isso quer dizer que a distribuição das línguas e os sentidos políticos que elas têm, nessa época, não vão ser os mesmos que se constituíram durante o período colonial. Depois, o advento da República afetou a situação da relação das línguas.

A intervenção do Estado com políticas de vigilância sobre o modo de vida da fronteira, em todos os seus sentidos, com proteção das economias nacionais, a exemplo do controle do contrabando, praticado intensivamente nas fronteiras, regulou a entrada e saída de pessoas. Ocorreu uma diminuição no predomínio de brasileiros sobre a principal atividade econômica local (que também sobrevivia da prática do contrabando).

Aos poucos, o contingente de brasileiros já não era tão numeroso. Além disso, o desenvolvimento das comunidades fronteiriças uruguaias e a expansão das escolas primárias nos Departamentos⁷ fronteiriços com o Brasil contribuíram para mudar o quadro de distribuição das línguas, na passagem do século XIX para o século XX. A relação entre as línguas já não era a mesma, havia um outro modo de sua organização e distribuição.⁸

Considerando os exemplos dos historiadores, baseados em depoimentos, documentos e discursos, sobretudo do período pós-independência do Uruguai e do Brasil, pode-se descrever pelo menos dois modos de distribuição das línguas, correspondentes, respectivamente, aos séculos XIX e XX.

⁷ Departamentos é o nome que se atribui, no Uruguai, para a divisão política do país, equivalendo às Províncias na Argentina e aos Estados no Brasil.

⁸ No século XIX, as línguas indígenas do Uruguai já estavam praticamente desaparecidas.

No quadro a seguir, descrevo quais línguas e os modos como elas se distribuíram no espaço fronteiro nesses dois séculos. Há uma hierarquia que as línguas constituíram tanto no que se refere à sua extensão e predomínio quanto à posição que ocupam para os falantes nas respectivas épocas.

A prática de uma ou outra língua, portuguesa ou espanhola, nos dois períodos, esteve muito afetada pela maneira como a sociedade fronteira foi se organizando. Às vezes foram praticadas com total domínio de ambas, tendo-se uma situação bilíngüe; outras vezes houve uma situação de monolingüismo que não é em nenhuma das línguas nacionais, mas em uma terceira prática, que resulta justamente da relação entre as duas nacionais.

Quadro 1 – Modo de distribuição das línguas na fronteira Brasil-Uruguaí

| Línguas | Século XIX | Século XX |
|----------------|---|-----------------------------------|
| Português | Língua Materna | Língua Materna Segunda Língua |
| Espanhol | Língua Nacional Segunda Língua Língua Materna | Língua Nacional Língua Materna |
| Dialeto | Língua Materna | Língua Materna |

Esse modo de distribuição das línguas nos séculos XIX e XX, projetado pelo discurso acadêmico, inicia-se com as pesquisas coordenadas por José Pedro Rona, em 1957. Os resultados das investigações desenvolvidas ao longo das últimas cinco décadas do século XX colocam as línguas da fronteira nestes lugares hierárquicos: língua materna, segunda língua, língua nacional, tanto pelo

seu processo de aquisição como pelo seu lugar político. Mesmo o dialeto, que em meados da década de 50 recebe um nome, *Fronterizo*, tem seu lugar na hierarquia.

A terceira língua da fronteira, resultado do cruzamento lingüístico, mobiliza a perspectiva de investigação lingüística da comunidade científica uruguaia. Tomado de um outro ponto de vista, qual seja, de quem produz conhecimento sobre as línguas da fronteira, tem-se uma distribuição de línguas projetada pelo discurso acadêmico.

O discurso sobre as línguas da fronteira faz com elas signifiquem politicamente de um outro modo, dando-lhe uma outra configuração, que tem início na metade da década de 50 do século XX, quando lingüistas uruguaiois descrevem as línguas da fronteira Brasil-Uruguai em razão da forte presença da língua portuguesa com uma das práticas lingüísticas dos falantes fronteiriços uruguaiois. Práticas lingüísticas não reconhecidas pelo Estado, mantiveram-se como práticas cotidianas e se legitimaram pelo uso também nas esferas públicas.

1.4 As práticas lingüísticas na fronteira Brasil-Uruguai

As primeiras investigações sobre as práticas lingüísticas na zona fronteira Brasil-Uruguai, como já sabemos, iniciaram por volta de 1957, com o projeto de mapeamento lingüístico de José Pedro Rona. Seguindo a tradição da geografia dialetal latino-americana, que desenvolvia projetos de descrição lingüística em diferentes regiões da América hispânica, o lingüista apresentou um mapeamento lingüístico das zonas limítrofes do Uruguai com o Brasil. Os dados do mapeamento de Rona (1965) precisaram melhor a localização dos domínios do

português no território uruguaio, mostrando sua extensão geográfica. As zonas mapeadas situam-se ao longo da faixa de fronteira com o Brasil.⁹ (Figura 4).

Ao escolher a fronteira como lugar de investigação e nela investigar a situação da língua portuguesa, já sabendo o quanto ela era praticada na região, Rona (1963) dava indícios de que a fixação do português nessas zonas criava uma resistência para os objetivos almejados pela política educacional de alfabetização massiva na língua nacional, o espanhol.

Ao fazer o recorte das zonas, ele o fez primeiramente considerando o grau de influência da língua portuguesa sobre o espanhol falado na região norte do país. No entanto, os dados mostravam que a língua predominante, na faixa fronteira do lado uruguaio da fronteira, era um dialeto de base portuguesa, além do português que aí já era bastante praticado. Suas descrições comprovaram não só o predomínio do português como a existência um dialeto resultante da mistura das línguas portuguesa e espanhola ao qual nomeou de *Dialecto Fronterizo*.

Rona (1963: p. 202) assim descreve:

Quando examinamos la zona de encuentro de estas dos lenguas, observamos, a pesar de lo dicho, la ausencia total de una línea divisoria y, lo que es más interesante todavía, la formación de un dialecto intermedio por mezcla de ambas lenguas. – Esto hace la realidad lingüística en la zona de la frontera corresponda, más bien al tipo de variación dialectal, como si se hubiese antes una sola lengua común al Brasil y al Uruguay y esta lengua común se hubiera diversificado formando dialectos, hasta llegar a la situación actual.

É este o trabalho inaugural de Rona, a que vou me dedicar especificamente mais adiante. Ele dá início a uma tradição de estudos acadêmicos sobre a presença da língua portuguesa em território uruguaio. Nas décadas seguintes, a problemática dos “contatos lingüísticos” toma outras dimensões e enfoques, quando os pesquisadores começam a observar e a investigar as conseqüências do contato lingüístico na formação dos dialetos e como o conjunto das línguas de fronteira afetam outros âmbitos da vida fronteiriça, entre eles, o educacional.

⁹ O censo demográfico de 1860, segundo informações do próprio Rona (1965), dava conta da existência de quase 30 mil lusos-brasileiros na região norte do Uruguai.

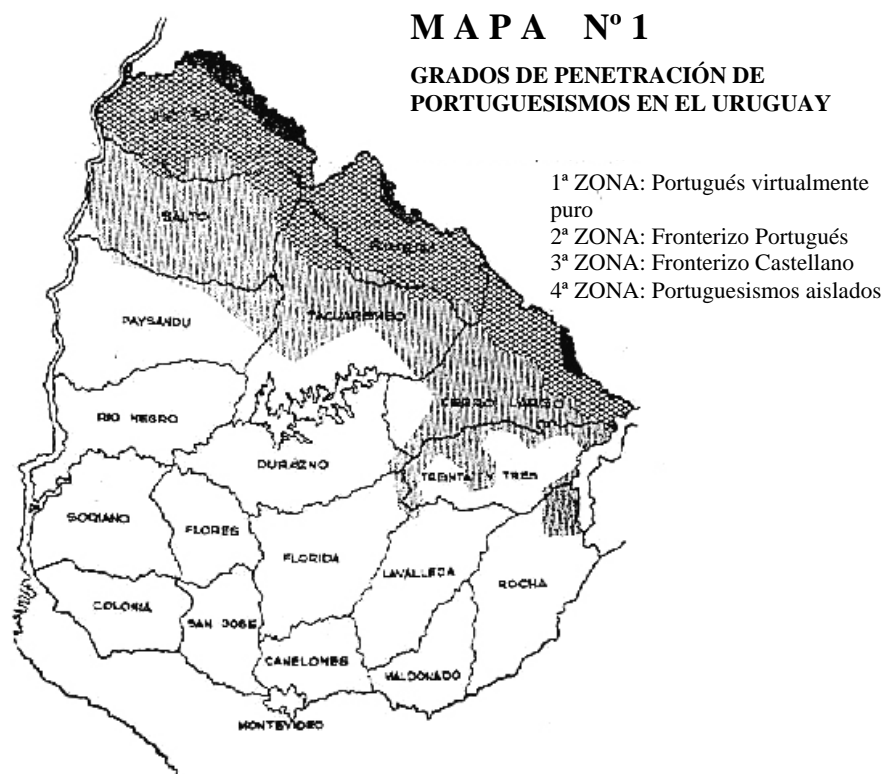


FIGURA 4 – *Dialecto Fronterizo en el Norte del Uruguay*, José Pedro Rona, 1965.

Quanto à dimensão das investigações,

Más adelante en el tiempo, los referidos trabajos – fundamentalmente ceñidos al punto de vista dialectológico, y luego sociolingüístico – hallaron continuidad de investigaciones que se instrumentaron a partir de los años 80, cada vez con mayor envergadura, con objetivos más ambiciosos, completándose así el punto de vista lingüístico y planteando con gran vigor la problemática educativa. (Milán, Sawaris & Welter, 1996, p.128).

A problemática educativa a que se referem os autores está diretamente associada à complexidade lingüística, especialmente a das zonas onde o contato entre as comunidades uruguaio-brasileiras é mais intenso. A complexidade se caracteriza pelo convívio das línguas nacionais e de outras práticas cotidianas,

chamadas pelos pesquisadores de dialetos. Esses dialetos locais, muitas vezes, são a única prática lingüística dos falantes.

A diversidade das práticas lingüísticas dificulta o processo de alfabetização, sendo determinante na evasão escolar, sobretudo nas zonas rurais, uma vez que “a língua materna das crianças tende a ser ou um português uruguaio ou um *Dialecto Fronterizo* frente à obrigatoriedade da alfabetização na língua nacional – o Espanhol ou como também costumam chamar o castelhano.” (Trindade, Behares & Fonseca, 1995, p. 44).

Em 1965, Rona publicou os resultados finais de seu trabalho de investigação sobre a situação lingüística do Uruguai e o zoneamento de suas áreas dialetais. Depois que conclui sua investigação, houve o reconhecimento acadêmico de que a língua portuguesa é uma segunda língua no Uruguai que, embora mais restrita à zona de fronteira, é amplamente praticada em muitas comunidades urbanas e também em núcleos rurais, nos departamentos fronteiriços com o Brasil.

O reconhecimento da fixação da língua portuguesa e de seu estatuto como língua matriz na formação dos dialetos uruguayos, apontados por Rona (1963/1965), muda a perspectiva de se compreender as relações entre o português e o espanhol. As duas línguas nacionais, separadas pelos limites geopolíticos, cruzam-se, e o quadro das línguas da fronteira passa a ser outro.

O confronto entre as línguas e a conseqüente mistura entre elas as tornam mais visíveis. Elas ocupam lugares e sentidos diferentes para os falantes fronteiriços. O modo de distribuição se sobrepõe ao que está limitado pelo geográfico e contido pela intervenção do Estado. Políticas como a da formalização do ensino do espanhol ignoraram que a maioria da população fronteiriça tinha como língua materna o português ou o *Dialecto Fronterizo* e que as seguia utilizando paralelamente à língua escolar.

Os resultados das investigações realizadas por Rona, descrevendo a diversidade de práticas, rompem a visão de homogeneidade lingüística do

Espanhol no Uruguai. Nesse sentido, a sua obra não é só um primeiro trabalho de identificação de outras práticas lingüísticas vigentes no país mas também um ponto de partida para uma outra perspectiva de pesquisa lingüística, fundando uma discursividade sobre as Línguas da Fronteira. E o mapeamento feito por ele é uma primeira documentação sobre a situação do português no Uruguai.

A influência do português na formação de dialetos praticados no Uruguai reafirmou-se, na década de 80, com estudos que partem da descoberta da base portuguesa dos dialetos praticados nas áreas fronteiriças. Os resultados das pesquisas corroboram para o rompimento da visão homogeneizadora do Estado em relação às línguas do país. Os lingüistas que coordenaram esses estudos destacam: “En consecuencia, y, se aceptan nuestros resultados, ya no podremos seguir considerando al Uruguay como uno de los pocos ejemplos de país totalmente monolíngüe en el mundo. La realidad es muy otra.” (Elizaincín, Behares & Barrios, 1987, p.14).

Para determinar o que chama de “portuguesismo” nas zonas dialetais fronteiriças, Rona (1963) dá exemplos da transição de palavras castelhanas para o português, como no exemplo de “cisco” e “basura”¹⁰. Nas zonas lingüísticas em que elas ocorrem, há lugares em que o português tem maior influência e incidência. Ele mostra as ocorrências lexicais no seu trabalho de 1963. Nos estudos de 1965, restringe-se à descrição fonética do *Dialecto Fronterizo*.

Desse modo, ele diz ter como objetivo não apenas

[...] determinar la distribución de distintas palabras que designan un concepto, sino la extensión de los portuguesismos, no hemos usado el procedimiento común en esta clase de encuestas, que consiste en indicar el concepto y pedirle al informante que indique la palabra usada en su localidad para expresarse – Puesto que nos interesa la extensión de las isoglosas portuguesas, nos basta con ir hasta el límite de determinado portuguesismo, ir más allá del límite mismo, pero lo suficiente como para saber donde el correspondiente portuguesismo ya no existe. (Rona, 1963, p. 206).

¹⁰ Estas palavras significam “sujeira” e são utilizadas no Uruguai indistintamente. No Rio Grande do Sul, a palavra “cisco” é bastante usada.

A divisão geográfica apresentada por Rona (1965) corresponde à faixa territorial que acompanha a segmentação dos territórios de cada Departamento fronteiriço com o Brasil. Ele identifica as zonas dialetais, de forma que há uma *zona luso-hablante*, em que o português é a língua mais praticada; uma *zona do Dialecto Fronterizo*, em que se pratica uma mistura das línguas e uma outra *zona hispano-hablante*, em que a língua mais praticada é o espanhol, embora exista influência lexical do português.

Embora seja um trabalho concebido nos parâmetros da geografia dialetal, ele desperta o interesse da comunidade científica internacional, sobretudo em relação aos estudos sobre línguas em contato, que ganhavam na época destaque nos estudos sociolingüísticos.

Na década seguinte, por volta dos anos setenta, Hensey (1972) desenvolve sua pesquisa sobre a situação do bilingüismo na fronteira Rivera-Livramento. Ele também destaca que há uma prática lingüística que os falantes utilizam como intermediária às duas línguas nacionais, que se caracterizava por traços lingüísticos misturados do português e do espanhol. Para determinar o nível de bilingüismo, ele enfocou os aspectos fonético-fonológicos que pudessem determinar a existência de um bilingüismo na região, uma vez que as línguas não circulam de igual modo no espaço enunciativo uma da outra, sobretudo porque são contidas pela língua nacional, a língua que regula as relações na esfera pública.

Hensey (1965/1969) concluiu que os fronteiriços uruguaios são *bilíngües ativos*; os falantes se compreendem mutuamente, porém o nível de domínio das línguas não é simétrico. A língua portuguesa é mais dominada pelos uruguaios que o espanhol por parte dos brasileiros. Entende o autor que haveria, então, na zona fronteiriça brasileira com o norte uruaio, um *bilingüismo funcional*. Ou seja, no caso dos brasileiros, funciona para cobrir uma série de necessidades de intercompreensão. Em trabalhos posteriores, Hensey distingue que o *Fronterizo*

descrito por Rona (1965) é, na verdade, uma outra prática lingüística em concomitância com o bilingüismo espanhol-português da fronteira uruguaia.

Em meados dos anos 80, Elizaincín, Behares & Barrios (1987) realizam um estudo sobre as variedades lingüísticas existentes nas zonas fronteiriças com o Brasil. Sabemos que os estudos anteriores de Rona (1965) e Hensey (1972) haviam comprovado a presença da língua portuguesa em território uruguaio. No entanto, os pesquisadores hipotetizaram que tais variedades lingüísticas, por serem menos prestigiosas e restritas ao uso familiar, entravam em conflito com a obrigatoriedade de aprender a língua nacional, o espanhol, tomada sempre como referência de língua padrão além da oficialidade que marcava a importância de seu aprendizado nas escolas da região.

O que chamava atenção dos lingüistas era que esta situação excluía aceitar nos meios escolares a presença dos dialetos de base portuguesa. Eles identificaram que a maior gravidade deste enfrentamento com a língua escolar ocorria justamente nas escolas das zonas rurais, freqüentadas por alunos monolíngües no *Dialeto Fronterizo*.

O levantamento sociolingüístico realizado pelos lingüistas comprovou ainda que havia *dialetos portugueses no Uruguai*, ou seja, variedades do próprio português uruguaio, do português histórico da região, mais rural e também do português padrão brasileiro, tendo como referência o português do Rio Grande do Sul, mais urbano. Os falantes praticam, então, línguas com níveis de prestígio e funcionamento diferentes e as utilizam segundo os contextos em que estão inseridos: escolar, familiar, social.

A condição de bilíngües ativos, verificada por Hensey (1969) na comunidade de Rivera, está associada à capacidade dos falantes de fazerem funcionar as línguas segundo as situações de fala em que se encontram. No entanto, o bilingüismo fronteiriço não está equilibrado, dada a diferença no nível de domínio de uma das línguas e também por suas características enquanto línguas em situação de contato, ou seja, o português dominado pelos uruguaiois

fronteiriços já não é um português brasileiro, mas um português uruguaio afetado pelas transformações diacrônicas do português em território uruguaio, derivando-se então em *Dialectos Portugueses del Uruguay* – DPUs (Elizaincín, Behares & Barrios, 1987).

Para esses autores, a situação das línguas da fronteira é, na verdade, uma situação de contato de dialetos, existindo um *bidialetismo*. Os DPUs se caracterizam por traços específicos de alternância das gramáticas. O que caracteriza a alternância é a variabilidade do português praticado pelos fronteiriços, que ocorre, segundo os lingüistas, por um processo de *cambio*, que determina a irregularidade gramatical dessa terceira prática lingüística.

As mudanças se acomodam no interior da gramática da língua portuguesa do Uruguai ou do seu dialeto, de forma aleatória. Não haveria, portanto, uma terceira variedade como o *Fronterizo*, mas sim a existência de variedades dialetais de base portuguesa que são praticadas no território uruguaio, como dialetos. E o português segue sendo praticado como segunda língua. Isso permite que o português seja hegemônico no Espaço de Enunciação Fronteiriço.

Na sua tese de doutorado, Carvalho (1998) discorda quanto à aleatoriedade das mudanças na gramática da língua portuguesa praticada no Uruguai. Para ela, as razões para as mudanças e para a instabilidade da gramática desse português uruguaio estão determinadas por fatores extralingüísticos. A pesquisadora se propõe ainda a discutir uma definição para este português uruguaio, como um português único, quer dizer, independente de que ele apresente variedades mais urbanas ou mais rurais, para que se possa então esclarecer a dicotomia, *Português Uruguaio-Fronterizo*.

O percurso dos estudos lingüísticos sobre a presença da língua portuguesa e suas influências sobre a língua espanhola na fronteira Brasil–Uruguai mostra como se constituiu uma discursividade sobre as línguas em contato na região rio-platense, inclusive no contexto latino-americano.

A constituição da discursividade, considerando-se aqui os dados descritos, as interpretações que deles se fazem e o conhecimento lingüístico que sobre eles foram produzidos, com um destacado enfoque sobre o cruzamento das línguas nas zonas de fronteira, permite-nos levantar algumas questões: qual é o sentido político das línguas da fronteira, a partir de um discurso que se organiza em torno da questão do cruzamento das línguas? Dos sentidos dessa relação entre as línguas, da designação dessas novas práticas, decorreria também a falta de um lugar de destaque para tal questão no âmbito da lingüística brasileira, para a qual, em princípio, parece não se colocar como relevante?

Considerando os estudos sobre as práticas lingüísticas fronteiriças que se consolidaram nestas últimas décadas do século XX, assim como para identificar os lugares teóricos dos produtos de conhecimento lingüístico, o Quadro 2 tem por objetivo ilustrar um panorama dessa tradição que segue se firmando com as pesquisas da comunidade científica uruguaia.

Com a existência de outras práticas lingüísticas em concomitância com as línguas nacionais, designadas diferentemente pelos pesquisadores, pode-se elaborar o seguinte quadro de distribuição das línguas.

Quadro 2 – Estudos sobre as práticas lingüísticas na fronteira Brasil-Uruguaí

| Título do trabalho de referência | Pesquisadores | Designação da prática lingüística | Estudos lingüístico |
|--|-------------------------------------|--|---|
| <i>Dialecto "Fronterizo" en el Norte del Uruguay</i> (1965) | José Pedro RONA | Dialecto Fronterizo | Geografia dialetal Estruturalismo |
| <i>Nós falemo Brasileiro Dialectos Portugueses en Uruguay</i> (1987) | ELIZAINCÍN, BARRIOS & BEHARES | Dialectos portugueses del Uruguay | Sociolingüística variacionista Sociologia da linguagem |
| <i>The Social Distribution of Uruguayan Portuguese in a Bilingual Border Town</i> (1998) | Ana Maria CARVALHO | Português uruguaio | Sociolingüística variacionista |

A síntese proposta no quadro apresenta os modos como vão sendo designadas as línguas da fronteira, decorrentes da situação de contato lingüístico entre a língua portuguesa e a língua espanhola, na fronteira Brasil-Uruguai, tendo como referência os trabalhos desenvolvidos ao longo de quase cinco décadas, com intervalo em média de dez anos entre um e outro.

Para tanto, é pertinente levar em conta as características enumeradas por Barrios (2002, p. 67-68), definidas a partir de uma filiação teórica com a sociolingüística, campo de orientação no qual a maioria desses pesquisadores se move, dos quais recorto dois aspectos sobre a situação das línguas na zona fronteira Brasil-Uruguai que considero determinantes para a relação política das línguas no contexto atual: o português e o espanhol como línguas nacionais, o fronterizo, o portunhol ou DPU como práticas resultantes do cruzamento.

Além disso, o português é também uma segunda língua, pois vale lembrar que os fronteiriços uruguaios são bilíngües em português e espanhol. Portanto, a língua portuguesa funciona de dois modos no repertório lingüístico dos fronteiriços uruguaios: segunda língua e dialeto, fazendo parte do conjunto das línguas da fronteira; o espanhol, como língua materna e língua nacional.¹¹

O Quadro 3 sintetiza os modos de hierarquização das línguas, segundo os resultados da pesquisas realizadas até fins do século XX. Ele mostra claramente como o português foi sendo deslocado do seu lugar de língua materna à medida que a escolarização provocou mudanças no comportamento lingüístico dos descendentes de brasileiros no norte uruaio.

¹¹ No caso da língua espanhola, não se têm trabalhos descritivos que demonstrem se essa língua funciona nos mesmos níveis e como a mesma intensidade e extensão enquanto língua padrão para os falantes fronteiriços, no lado brasileiro da fronteira.

Quadro 3 – Práticas lingüísticas nas zonas de fronteira Brasil -Uruguai

| Línguas da Fronteira | Século XX |
|--------------------------------|---|
| Português | Segunda língua |
| Espanhol | Língua nacional Primeira língua |
| Fronterizo Portunhol DPU | Língua materna Segunda língua Língua da fronteira |

CAPÍTULO 2 – UM ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO FRONTEIRIÇO

*Yo hablo los dos idiomas: uruguayo y brasileiro. Me gusta más el brasileiro. En la escuela no me dejan hablar brasileiro. En el recreo sí. Yo falo mistura.*¹²

2.1 Dois Espaços de Enunciação: na língua e sobre a língua

A Fronteira é antes de tudo um lugar de encontro definido por sentidos que, em um primeiro momento, parecem paradoxais: lugar de integração e transgressão.

No paradoxo das significações da palavra fronteira se situam as línguas. É precisamente aí que ela se constitui em um espaço muito peculiar de encontro de línguas e de seus possíveis cruzamentos lingüísticos. Em se tratando de línguas diferentes, como o português e o espanhol, o espaço de funcionamento dessas línguas é regulado pelas relações que estabelecem entre si e com as demais línguas da fronteira. Por ser um espaço contido pelas limitações geopolíticas, ele condiciona as línguas a uma situação de confronto e de convivência.

Do mesmo modo que integração e transgressão configuram os lados de uma mesma moeda na conceituação do que é um espaço fronteiro, o cruzamento das línguas é afetado por esses sentidos. Resultam, desse cruzamento, outras práticas lingüísticas que funcionam no mesmo espaço de enunciação das línguas nacionais dominantes.

Logo, entender como a língua portuguesa avança além do seu território nacional brasileiro e passa a dividir espaços com a língua espanhola obriga-nos a olhar essa questão para fora de uma história da língua portuguesa do Brasil. Isso modifica a nossa perspectiva de compreensão sobre espaço de enunciação, relação entre línguas e sentidos políticos. As línguas de fronteira se distribuem

¹² Depoimento de um falante fronteiro reproduzido por Barrios (2001).

segundo uma organização própria, enunciada nas línguas ou sobre as línguas, nesse espaço de enunciação.

Há, nesse sentido, dois aspectos a considerar: a fronteira é um espaço de enunciação de línguas em contato; a produção de saberes sobre essa questão lingüística tem uma temporalidade na qual se constitui o discurso sobre as práticas lingüísticas fronteiriças.

Sendo as línguas enunciadas em lugar específico, elas apresentam outros sentidos que não se repetem em outros espaços de enunciação, quando as línguas funcionam nos seus domínios enunciativos, como línguas nacionais. Interpretando o sentido político das práticas lingüísticas fronteiriças, é necessário que se defina o que seria, então, um Espaço de Enunciação Fronteiriço.

Segundo Benveniste (1995, p. 287), “uma língua sem expressão de pessoa é inconcebível.” A definição diz o quanto a noção de pessoa, considerando-a como categoria própria da materialidade lingüística, significa também uma entrada do sujeito na linguagem. E a entrada se dá por considerarmos a subjetividade da linguagem e a tomarmos na ordem do discurso.

O enunciado é, então, um segmento do discurso, tendo um sujeito enunciador responsável pela enunciação. No ato enunciativo, o sujeito enunciador faz significar a língua que, na instância do discurso, produz sentidos.

Outro aspecto da subjetividade da linguagem que Benveniste (1995) define é o da temporalidade. Exemplificada através das marcas temporais das desinências verbais, a noção de temporalidade dada por ele nos faz compreender como no discurso a marca temporal é também constitutiva da significação, embora ele entenda essa temporalidade pelo seu caráter cronológico. Assim, é a “subjetividade do discurso que torna possível” a enunciação ter uma temporalidade que a faz “se identificar com o próprio ato que enuncia” (Benveniste, 1995, p. 292).

Tanto a noção de temporalidade, enquanto constitutiva do sentido no enunciado, como a noção do que designam as categorias discursivas como o sujeito-enunciador, são importantes para a análise enunciativa, na medida em que nos dão uma outra concepção do Acontecimento, no âmbito dos estudos da significação.

Ducrot (1988, p.168) considera três modos de definição de enunciação: como uma atividade de um sujeito – que, segundo ele, não é único; como segmento de um discurso, sendo sua unidade de sentido; e como um Acontecimento – que é “o aparecimento do enunciado em uma dada temporalidade”.

Dessas definições, ele afirma que a enunciação é um evento, um fato que diz sobre si mesmo e o sentido que produz se dá no interior desse Acontecimento enquanto tal. Para ele, ao “produzir um enunciado (o sujeito falante) pode efetivamente realizar o ato”, no que ele chama de fazer uma descrição pragmática do ato enunciativo, na perspectiva de uma performatividade da língua. Mas o que conta para ele é que o sujeito “realiza estes atos significando ao interlocutor um saber – que é um saber sobre sua própria enunciação” (Ducrot, 1988, p.173).

Para esboçar sua teoria polifônica da enunciação, Ducrot (1988) define ainda como o sujeito da linguagem se representa na enunciação: o sujeito está dividido entre um Locutor, representado na língua pelas formas lingüísticas e é apresentado como a origem do enunciado, tendo sobre ele uma responsabilidade; e um Enunciador, que é uma perspectiva, um ponto de vista que está sendo significado no enunciado.

Para Guimarães (2002, p.11), a enunciação é própria do funcionamento da linguagem. E, nesse sentido, o Acontecimento está constituído por uma temporalidade afetada por uma historicidade. O Acontecimento significa nele mesmo a temporalidade pela sua relação com a exterioridade da língua:

[...] a temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal dos fatos. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. (Guimarães, 2002, p.12).

Para ele, é “o Acontecimento que temporaliza”, fazendo significar, no seu interior, a própria relação das línguas e dos falantes. Essa relação se dá porque o enunciador, ao contrário do que é para Ducrot (1988), não é apenas uma figura abstrata significando um determinado ponto de vista, mas uma figura política que interpreta modos de dizer o mundo. A figura política constitui-se, então, quando se podem instaurar temporalidades, marcadas por uma materialidade histórica que significa na projeção de um futuro ou em uma memória do passado, uma memória de outros dizeres.

Por isso, os espaços de enunciação se definem como “espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante” (Guimarães, 2002, p.18).

O espaço de enunciação é um espaço configurado por uma relação de línguas e de falantes. Os sentidos que se constituem em um espaço de enunciação decorrem dessa relação umbilical. Os sentidos são constituídos no interior de um embate, que é determinado pelo lugar político que as línguas tomam ao se confrontarem, ao se mesclarem, ao serem contidas e interditadas, na configuração de um espaço próprio, significadas enquanto línguas, dadas à existência pela existência de seus falantes.

O resultado da mistura das línguas funciona também por estar em relação com os falantes que se enunciam como práticas lingüísticas fronteiriças. Na fronteira, os sentidos das línguas não são necessariamente os sentidos da língua nacional. O espaço de enunciação das línguas é um Espaço de Enunciação Fronteiriço. As línguas, então, estão constituídas de sentidos que significam ainda

mais quando se enunciam na fronteira, fronteira do transgredir e do integrar. Dizer e significar a fronteira, também, é dizer e significar outras fronteiras.

É possível que no Espaço de Enunciação Fronteiriço a “divisão do falante” (Guimarães, 2002, p. 23) seja mais evidenciada, uma vez que a fronteira já reporta a uma divisão, que é política. Ao enunciar nas línguas da fronteira, o falante já se significa dividido por essas línguas, do mesmo modo como a Fronteira significa o encontro de dois mundos.

Se tomarmos aqui, por exemplo, o sujeito enunciador de práticas lingüísticas fronteiriças, ele funciona como figura política que se move entre o eu e o outro. Ou seja, um falante de uma língua nacional frente ao falante de uma outra língua nacional é afetado pelo imaginário da fronteira como limite entre dois mundos, onde começam, mas também terminam, os domínios de uma outra prática lingüística, nem sempre da outra língua nacional. Há, portanto, outras relações entre línguas, outros sentidos políticos que as significam enquanto línguas de fronteira.

Ao praticar as línguas de fronteira, o falante é afetado por sua relação com a língua nacional e com a prática lingüística local ou ainda com uma outra língua nacional, o que determina a maneira como as línguas estão distribuídas nesse espaço de enunciação específico. Considerando a divisão política do falante na fronteira, é essa relação que significa de forma mais intensa como o falante fronteiriço se relaciona com as línguas, que, por sua vez, estão constituídas de sentidos que remetem às suas vinculações com os Estados nacionais.

Quando consideramos tal relação entre línguas e falantes no Espaço de Enunciação Fronteiriço, estamos dizendo que existe uma realidade dita e significada pelos falantes na língua. Para tanto, tomamos as línguas no seu funcionamento discursivo.

As línguas se organizam pelo modo como o falante se remete a elas, mas também se organizam segundo uma distribuição política projetada a partir dos dizeres sobre as línguas. O locutor-falante apresenta, ele mesmo, uma

perspectiva de sentidos para as línguas que pratica. As práticas lingüísticas se enunciam tanto nos dizeres na língua como sobre as línguas.

Um exemplo esclarecedor de como o falante se distribui nas línguas e refere a elas é o depoimento reproduzido na epígrafe: “Yo hablo los dos idiomas: uruguayo y brasilero. Me gusta más el brasilero. En la escuela no me dejan hablar brasilero. En el recreo sí. Yo falo mistura”.

Esse exemplo ilustra bem a distribuição que o falante faz, atribuindo também sentidos políticos às línguas, seja porque designam as suas línguas de fronteira por sua nacionalidade, dividida ou compartilhada (caso dos bilíngües); seja porque significa essas práticas lingüísticas fronteiriças tal como elas são, um estado de mistura.

Vejamos outros exemplos¹³:

... porque como estamos en una frontera, estamos acostumbrados a hablar distintas lenguas y por eso es un costumbre.

Puedo hablar en fronterizo para destacar mejor a mi región.

...porque estoy en medio de una frontera donde tengo tendencia a perder totalmente el control de las palabras de la propia lengua. (Punaren, 1999, p.52/59).

A distribuição dada pela perspectiva do enunciador fronteiriço tanto remete aos nomes das línguas que pratica como enuncia algo nelas mesmas. É assim que toma uma posição política dividida, de uma relação de identificação com a língua nacional, ou mesmo para forjar um processo identitário próprio, uma cidadania fronteiriça.

¹³ Estes depoimentos foram registrados por Punaren (1999) quando realizou sua pesquisa sobre atitudes lingüísticas, para sua tese de doutorado, na fronteira Livramento-Rivera.

Ao distribuir, na enunciação, as línguas que dispõe para praticar, por exemplo, o sujeito-falante se apresenta como um enunciador fronteiriço, assume um ponto de vista político para significar o pertencimento à fronteira, que não é o mesmo significado na sua relação com o estado nacional. Embora nos exemplos acima enuncie em espanhol, o falante fronteiriço atribui sentidos políticos quando diz algo sobre as línguas, sobre a sua relação com elas.

Como categoria enunciativa, a designação é um mecanismo de funcionamento semântico da língua. No Espaço de Enunciação Fronteiriço, os sentidos das línguas se constituem, ainda, pelos nomes que são atribuídos às práticas lingüísticas fronteiriças. No funcionamento do discurso, essas práticas lingüísticas significam suas designações, sobretudo quando reportam ao resultado do cruzamento das línguas. Significam-se também como uma língua no mesmo espaço de enunciação das línguas nacionais.

Há um exemplo que ilustra bem como as línguas, ao se relacionarem, entram umas nos espaços das outras, tal como Guimarães (2001, p. 202) analisa em sua *Semântica do acontecimento*. É o registro de um enunciado de um falante fronteiriço brasileiro, ao explicar como sente a influência do espanhol no português falado na fronteira: *Aqui na fronteira dizemos **enchufe** em lugar de dizer **plug**, aquilo que se põe na tomada.*

O falante, ao dizer sobre a língua da fronteira, diz essa língua e suas relações, inclusive colocando para dentro da língua uma outra língua, pois a palavra **plug**, tomada da língua inglesa, já está no espaço enunciativo da língua portuguesa. Mas, na fronteira, há outra língua que está explicitamente dentro do espaço enunciativo do português, que é o espanhol, com seu **enchufe**. Aí ambas compartilham um mesmo espaço enunciativo fronteiriço.

Enunciados como esses que dizem nas línguas sobre as línguas ilustram como a condição do contato é constitutiva do Espaço de Enunciação Fronteiriço. Quando há um entrecruzamento de línguas, está em funcionamento um dizer

sobre as línguas em relação. Como acontecimento enunciativo, o cruzamento é o aparecimento das línguas de fronteira, no seu modo particular de organização.

Os falantes fronteiriços se organizam cotidianamente através de diversas relações que propiciam um intercâmbio contínuo para a formação de um entrecruzamento de dizeres, numa pluralidade de práticas linguageiras que vão configurando um espaço de enunciação.

No entanto, o Espaço de Enunciação Fronteiriço não está configurado apenas pelo funcionamento discursivo das línguas pelos seus falantes. Ele também está projetado a partir de uma perspectiva de outros enunciadores, colocando em funcionamento um discurso acadêmico sobre a questão das línguas em contato.

Há quase cinquenta anos vem-se construindo uma discursividade acadêmica sobre as línguas de fronteira, uma discursividade constituída pela continuidade de produção de conhecimentos lingüísticos em relação às práticas lingüísticas fronteiriças. A tradição, que se firmou com estudos sobre o contato do português e do espanhol nas fronteiras, deu visibilidade à abordagem sobre as relações entre o português e o espanhol na América.

Sendo assim, no discurso acadêmico sobre as línguas de fronteira, constitui-se a história das idéias lingüísticas sobre essa questão. O espaço de enunciação sobre as línguas no discurso acadêmico faz significar as línguas, suas relações, os sentidos políticos de suas designações. O conjunto de dizeres sobre é que vai costurando uma discursividade, na qual idéias lingüísticas são construídas, consolidadas, reproduzidas.

2.2 Um espaço de cruzamento de línguas

A situação de proximidade das línguas portuguesa e espanhola na fronteira Brasil-Urugai, como já vimos, foi em parte intensificada pelas conseqüências históricas das relações entre esses países, que são de toda ordem.

Por essa razão, pensar as duas línguas é pensá-las enquanto afetadas pelos fatos históricos e como elas estão condicionadas pela natureza da configuração geográfica dessa fronteira. A exterioridade é trazida para dentro do Espaço de Enunciação Fronteiriço pelas diferentes formas como as práticas lingüísticas se materializam na enunciação e nela significam.

O espaço de cruzamento de línguas diz na língua o próprio modo de vida da fronteira, que se reproduz na materialidade lingüística, significando todos os tipos de relações que dinamizam a fronteira e as línguas. O falante fronteiriço, ao praticar tal mistura de línguas, enuncia esse cruzamento, que significa uma língua estar na outra. Nos exemplos a seguir, conforme Elizaincín (1993), tem-se a situação do espanhol no português (1) e português no espanhol (2). Ele identifica, nos enunciados, formas de interferências de um sistema lingüístico no outro, como ocorrência de alternâncias de códigos ou empréstimos lexicais.

(1) *Eu gosto de bailar*

(2) *A mí me gusta de hablar brasileiro.*

Do ponto de vista da enunciação, os exemplos (1) e (2) significam um modo de entrada de uma língua no espaço de enunciação da outra. Na enunciação, disputam espaços, significando o próprio processo de cruzamento das línguas, até mesmo pela indefinição de qual língua domina a outra. É essa disputa que dá sentidos para o Espaço de Enunciação Fronteiriço na língua.

O fato de que essas ocorrências sustentam a existência de uma terceira variedade lingüística, designada de *Fronterizo* por Rona (1965) ou *DPU*s por Elizaincín (1987), interessa na medida em que elas mesmas se enunciam no seu estado de mistura. E porque, do ponto de vista de uma política de línguas, apaga-se uma ordem hierárquica do que é primeira língua ou segunda língua. O que existe é um conjunto de línguas: as línguas de fronteira.

Portanto, o Espaço de Enunciação Fronteiriço é um espaço constituído por um conjunto de línguas, no qual se inclui o cruzamento de línguas. E o cruzamento é significado de dois modos: pela presença concomitante das duas línguas nacionais, em um mesmo enunciado, ou pelo resultado da mistura dessas línguas que se materializa em uma outra prática lingüística.

Um dos nomes do resultado da mistura dessas línguas atribuído pelo discurso acadêmico é DPU – dialetos portugueses do Uruguai. A designação tem-se mantido nos últimos anos como nome e definição para a outra língua praticada na fronteira Brasil-Uruguai. Há ainda outras designações como *portunhol*, também reconhecida pelos fronteiriços como um nome que refere à junção das duas línguas.

Ambas as práticas estão vinculadas ao processo de aprendizagem do espanhol por parte dos falantes de português, com a diferença de que o DPU está calcado em uma base portuguesa originária do português dos antigos ocupantes luso-brasileiros. No caso do *portunhol*, o fato de haver outras fronteiras de contato português-espanhol, no caso dos limites territoriais entre Espanha e Portugal, tem circulado um tipo de especificação como *portunhol riverense*.

No entanto, a formação da terceira prática lingüística fronteiriça é caracterizada, nos estudos descritivos, pela natureza irregular do seu sistema. Veremos como as duas línguas nacionais, ao constituírem uma terceira prática lingüística, apresentam-se na materialidade lingüística:

(3) *yo era limpiadora, fazia todo o trabaio, limpava tudo.*

(4) *Luz eléctrica tem. Água encanada no hay.*¹⁴

¹⁴ Os dois exemplos e os demais aqui referidos são de falantes uruguaios que têm o português como língua materna; são, portanto, bilíngües, conforme já havia descrito Hensey (1974).

Os exemplos, respectivamente de Carvalho (2003, p. 139) e Elizaincín (1993, p. 133), têm as mesmas características estruturais. Ou seja, o sistema é instável, move-se entre uma e outra língua. A presença das duas línguas em um mesmo enunciado significa a permanência contínua do lugar do encontro, que pode ser o do conflito. A instabilidade também faz com que as línguas funcionem discursivamente em um constante processo de mistura.

Do ponto de vista do sistema, o uso de verbos impessoais como o *ter* e o *haver*, com indistinção de função e sentido no enunciado, segundo Elizaincín (1993), comprovariam que uma situação de mescla de línguas está caracterizada pela instabilidade gramatical, própria do estado de formação em que se encontram.

Já para Carvalho (2003:143), de acordo com o exemplo 3, é a proficiência bilíngüe dos falantes uruguaios que possibilita a alternância de códigos em um mesmo enunciado. Para ela, essa alternância significa enquanto utilizada pelo falante como uma estratégia comunicativa, funcionando como um *recurso discursivo*.

Se considerarmos o funcionamento das línguas na enunciação, o português, nesse caso, toma um lugar não apenas como um recurso discursivo, que lhe atribui o falante. Ele significa aqui uma projeção de sentidos políticos ao ser apresentado como a língua resultante da mescla, que se apresenta pela irregularidade e a instabilidade gramatical, não como um modo de o locutor-falante se relacionar politicamente com as línguas que pratica.

Mesmo para aqueles que são bilíngües ativos, mais urbanos, e que normalmente aprendem o português no meio familiar e adquirem o espanhol na escola, as línguas são colocadas separadamente nos enunciados, segundo uma escolha que o enunciador faz para significar diferentemente aquilo que diz. Os mesmos exemplos de Carvalho (2003) e Elizaincín (1993) mostram bem como isso ocorre. Eles permitem, inclusive, que se tome aqui uma perspectiva de análise enunciativa, na qual há dois sentidos para o modo de dizer e significar o

convívio, o conflito e/ou o cruzamento das línguas no Espaço de Enunciação Fronteiriço.

Primeiro, é o sentido da existência das línguas e do lugar que ocupam para os falantes, a partir de como são significadas na sua relação com o Estado: duas línguas nacionais e oficiais, contidas pela relação internacional que as delimitam espacialmente. Segundo, quando os falantes as fazem funcionar, mesmo no estado instável do cruzamento, na sua falta de regularidade, atribuem sentidos políticos que estão fora da relação com a língua nacional.

O cruzamento das línguas, resultando em uma outra prática lingüística não-nacional e não-oficial, significa na materialidade lingüística a própria natureza das relações entre línguas, em que formas são tomadas de empréstimo; sentidos de uma língua são apropriados pela outra língua e novos dizeres se constituem. Portanto, o cruzamento de línguas só pode se constituir e significar no Espaço de Enunciação Fronteiriço.

Para interpretar como as línguas se distribuem e como estão organizadas (o que pode ser de diferentes maneiras), vou analisar a configuração que as práticas lingüísticas fronteiriças tomam a partir do que diz sobre elas. Nesse sentido, considero os dizeres produzidos pelo saber acadêmico.

2. 3 A língua portuguesa: um “problema fronterizo”

Cadiot (1989, p.139), ao abordar a *mistura de línguas*, esclarece que há duas lógicas para compreender o processo que resulta do contato entre as línguas e que corresponde ao modo como estou ilustrando a situação do cruzamento lingüístico do português e do espanhol, na fronteira Brasil-Uruguai: na língua e sobre a língua.

Segundo o autor, o fato de que as práticas lingüísticas resultantes do contato sejam identificadas como práticas estigmatizadas nas comunidades de falantes é por si só uma perspectiva permeada pelo olhar do pesquisador, como

uma conscientização de um sentido para as práticas lingüísticas que os falantes não têm. Como está “associada às representações sociais do impuro, a imagem é evidentemente reforçada por tudo que a escola, em particular, veicula, no que diz respeito à valorização da integridade simbólica.” (Cadiot, 1989, p. 139).

Esse é um conflito relacionado às línguas em contato. Elizaincín, Barrios & Behares (1987) descreveram, no caso específico da fronteira Brasil-Uruguai, a concomitância de usos de outras práticas lingüísticas com a língua escolar apontadas por eles como estigmatizadas na comunidade fronteiriça, por serem resultantes da mistura de línguas. Não seriam práticas reconhecidas pelo Estado.

Referir o processo de cruzamento das línguas como um fato de *mistura de línguas* possibilita retirar a vinculação das situações lingüísticas caracterizadas por alternância de códigos e interferências, do estritamente estrutural, para compreendê-las pela heterogeneidade constitutiva da fala, pois, “o locutor quer dar um sentido próprio ao alternar as línguas”, como vimos nos exemplos 3 e 5 e que, certamente, não é o categorizado pela lógica do pesquisador. (Cadiot, 1989, p.149). A heterogeneidade da fala são as vozes do sujeito.

No caso das línguas na fronteira Brasil-Uruguai, é a língua portuguesa que vai significar a heterogeneidade, tornando-se um objeto de estudo lingüístico, sobre o qual vão ser focadas as questões de pesquisa da comunidade científica uruguaia, com significativas contribuições de trabalhos de pesquisadores de outras nacionalidades e com rara participação brasileira.

A produção sistemática de conhecimentos lingüísticos por parte da comunidade científica e acadêmica foi instituindo uma discursividade. À medida que os estudos descritivos identificavam a presença de outras práticas lingüísticas na região fronteiriça com o Brasil, a língua portuguesa aparecia como uma das línguas da fronteira uruguaia. A situação de bilingüismo ficava cada vez mais evidente. E as perguntas eram: Como o português se apresenta na fala dos fronteiriços? Que línguas portuguesas são essas que, desdobradas em dialetos, também são línguas da fronteira?

O discurso acadêmico sobre as línguas organiza, nos seus modos de dizer e significar a relação das línguas, uma outra distribuição para o conjunto das línguas da fronteira, a começar pelo foco geopolítico escolhido, pela orientação teórica dos pesquisadores e pela concepção do problema ao relacioná-lo à temática das línguas em contato na zona fronteira.

As dimensões políticas da distribuição das línguas constituídas nesses dizeres, sob esses condicionantes, sustentam as idéias lingüísticas produzidas a respeito das práticas lingüísticas fronteiriças. Constitui-se uma história do que se pensa sobre o português além das nossas fronteiras territoriais.

O aprofundamento das discussões sobre a presença e a extensão da língua portuguesa em território uruguaio, que a considerava um fator de desestabilização da nacionalidade uruguaia, tal como defendiam, à exaustão, os discursos institucionais, levou à formulação de uma problemática de pesquisa para os lingüistas uruguaios.

No discurso sobre o *problema fronterizo*, a zona de fronteira passou, então, a apresentar-se “como un espacio con contenidos propios, diferentes a los contenidos que se le atribuyen desde otros espacios [...]. como los discursos nacionalistas, [...]” (Behares, 1996, p. 26).

Para esse lingüista há, quanto a tal problemática, um discurso de caráter nacionalista produzido pelas instituições uruguaias e também pela chamada elite política e cultural do país, que tinha como objetivo solidificar a relação da nacionalidade e da soberania territorial através da defesa de uma língua nacional. Ele destaca “el discurso sobre las fronteras como un derivado del discurso sobre la identidad nacional.”

A forma de conceber o papel do Estado como regulador dos valores nacionais, condizente com a concepção do Estado Moderno, conforme Hobsbawn (2002), reforça a idéia de soberania associada a um sentimento de nacionalidade. A defesa da soberania sobre o território se transforma na principal bandeira de luta dos políticos uruguaios, sobremaneira no século XIX. Com essa defesa, o Estado

promovia formas de vinculação, cada vez maior, das populações às margens das fronteiras brasileiras, para integrá-las à nação uruguaia.

Sendo identificada como uma questão fundamental do *problema fronterizo*, a presença da língua portuguesa de forma tão extensiva no território uruguaio não só foi formalizada como objeto de pesquisa como, a partir desse fato, possibilitou a disciplinarização dos estudos fronteiriços, que se consolidou por uma produção regular de discursos acadêmicos e produtos de conhecimento lingüístico sobre as línguas da fronteira.

Pelo que vimos até o momento, há discursos constituídos em instâncias distintas: da ordem institucional e da ordem científica. Em ambos, a questão é a língua portuguesa, sua presença, sua interferência, seu domínio. No Espaço de Enunciação Fronteiriço projetado pelo discurso acadêmico, a perspectiva de quem enuncia dá um lugar para a língua portuguesa na sua relação com o espanhol e com as práticas lingüísticas do cruzamento. A continuidade e a disciplinarização dos estudos lingüísticos fronteiriços constroem uma história das idéias lingüísticas.

Em resumo, os discursos sobre as práticas lingüísticas fronteiriças podem ser pensados no plano narrativo, no qual se tem um percurso dos dizeres acadêmicos sobre as línguas. No plano das idéias, por uma discursividade que faz significar uma perspectiva de tratar da questão das línguas de fronteira e que se apresenta por noções, conceitos, definições, designações sobre as línguas da fronteira. Ambos os planos do dizer estão afetados pelo que está fora da enunciação, inclusive a relação das línguas com a fronteira, a real e a imaginária.

Ao retomarmos alguns discursos institucionais e políticos, entendemos melhor, pelo próprio funcionamento da enunciação, como o litígio político sempre esteve presente na conformação das relações sociopolíticas das zonas fronteiriças. A língua portuguesa, compartilhando os espaços fronteiriços com a língua castelhana, língua da nação, ameaçava o poder simbólico que a língua nacional tinha para os discursos nacionalistas em favor da lealdade nacional ao Estado uruguaio. Mais do que a língua, as condições para o controle da soberania

territorial nas zonas limítrofes com o Brasil eram também problemáticas do ponto de vista demográfico e econômico.

A região norte do Uruguai, ocupada por brasileiros, em meados do século XIX, era uma comunidade representativa e numerosa. Orientava-se econômica, jurídica e culturalmente para o Brasil¹⁵. Todos os fatores facilitavam a hegemonia da língua portuguesa na região. O Brasil era identificado como “uma ameaça à soberania oriental e construía, no imaginário dos intelectuais e políticos da época, uma comunidade na qual a alteridade intrínseca do reconhecimento identitário uruguaio era, fundamentalmente, o Brasil e os Brasileiros” (Prado & Souza, 2002, p. 57).

Para ilustrar como a situação da fronteira com o Brasil era uma questão associada ao projeto de uma identidade nacional uruguaia e como eram urgentes as medidas para garantir a presença do estado nacional na região, representantes políticos, jornalistas e intelectuais¹⁶ se manifestavam, reafirmando posições como esta:

Es necesario penetrarse de la situación de los departamentos de la frontera y de la urgente necesidad de llevar allí población extranjera o nacional para neutralizar el elemento brasileño que invade – por decirlo así – el territorio de la República y constituye una masa de población homogénea, fuerte por sus tradiciones o por la unión que se forma en las familias del país, las costumbres y hasta el habla, y que puede más tarde venir a constituir un elemento peligroso y alarmante para la tranquilidad de la República.

Recortaremos, desse exemplo, os seguintes enunciados:

(5) y constituye una masa de población homogénea, fuerte por sus tradiciones o por la unión que se forma en las familias de país, las costumbres y hasta el habla.

¹⁵ Autores como Prado e Souza (2002) e Barrios *et al* (1993) comentam que as questões jurídicas na fronteira Brasil-Uruguai, mesmo sobre fatos ocorridos em território uruguaio, eram julgadas por juízes brasileiros, porque a região do lado uruguaio carecia de representações institucionais.

¹⁶ Entre eles: Antônio de las Carreras, Andrés Lamas e Juana Carlos Gómez. In: Prado e Souza (2002).

(6) *venir a constituir un elemento peligroso y alarmante para la tranquilidad de la República.*

Se relacionarmos os fragmentos (5) e (6) recortados com o restante do enunciado da citação, tem-se aí um modo de representar o Brasil. É, pois, uma questão interpretada no âmbito do Estado. Tratar da nacionalidade às margens da fronteira uruguaia implicava rejeitar qualquer forma de presença brasileira, o que incluía *hasta el habla*.

Em conseqüência da realidade demográfica e lingüística, implementou-se uma política de ocupação demográfica da região fronteira. Fundaram-se cidades em correspondência às existentes no lado brasileiro. Posteriormente, uma bem sucedida política educacional de alfabetização impôs definitivamente a língua nacional.

El reemplazo de cualquier lengua minoritaria por el español comenzó con la Ley de Educación Común, durante el período histórico conocido como Modernización. La consolidación política y social del joven país se instrumentó a través de una serie de medidas, incluyendo ésta que propone una educación primaria obligatoria e impartida en español en todas las escuelas del país. (Barrios, 2004, p. 3).

Todas essas ações políticas, embora não fossem políticas específicas de planejamento lingüístico, repercutiram sobre a dinâmica dos contatos lingüísticos na região. Era uma das maneiras que “el Estado moderno penetró en la vida cotidiana del ciudadano, por medio de la escuela, el ejército, la policía, el correo, el censo, el telégrafo o el ferrocarril. Esta compleja red administrativa y de comunicaciones facilitaba la propagación de ideas de arriba abajo.” (Del Valle, 2000, p. 6).

O *problema fronterizo* foi uma questão dimensionada para outras esferas institucionais: a acadêmica, a educacional, a econômica. Todas foram tomadas

como parte da questão prioritária para o Estado uruguaio, como bem mostra o exemplo anterior, durante todo o século. XIX até meados do século. XX.

Com esse quadro político, a comunidade científica uruguaia se voltou para a fronteira e começou projetos de investigação que dessem conta de esclarecer a situação lingüística de áreas fronteiriças. O primeiro trabalho de investigação lingüística na região teve por objetivo mapear a situação das línguas, sobretudo a do português nas fronteiras com o Brasil. Era necessário “establecer la extensión de las isoglosas brasileñas que no se conoce *a priori*, toda la investigación deve dividirse en dos etapas: la comprobación de la *existencia* del portuguesismo y, luego, la determinación de su *extensión*.” (Rona, 1963, p. 205).

No *problema fronterizo* estava um problema de línguas. Esse trabalho inaugura uma história de estudos acadêmicos sobre a “existência” e “extensão” da língua portuguesa. É assim que a problemática das línguas na fronteira, tal como está significada no discurso acadêmico, funda uma discursividade na qual se inclui uma história do português.

O fato de que os saberes produzidos criam uma historicidade, dada a regularidade dos estudos produzidos, sua divulgação e abrangência, ao longo das últimas cinco décadas do século XX, reforça a minha afirmação de que Espaço de Enunciação Fronteiriço está constituído de uma memória de dizeres: dos políticos, da elite cultural e dos acadêmicos.

Diferentemente do Espaço de Enunciação Fronteiriço na língua, produzido pelos falantes que habitam os espaços geo-históricos da fronteira, o espaço de enunciação sobre a língua tem uma perspectiva distanciada do espaço geo-histórico, mesmo sob o ponto de vista do falante. Os dizeres sobre as línguas são outros que não o do pesquisador ou do lingüista. São discursos de saberes a respeito das línguas. Por isso, escolhi enfocar o discurso acadêmico sobre as línguas.

Uma das conseqüências desse discurso acadêmico, que pratica saberes sobre as línguas da fronteira, foi o de reconhecer a inexistência da hegemonia

lingüística de um Estado que se considerava como monolíngüe. A idéia de um país de uma única língua é que sustentava uma política sistemática de nacionalismo lingüístico (Elizaincín, 2001, p. 2).

O “ideal monolíngüe” se institui pela excepcionalidade que se confere a outras línguas presentes no espaço nacional, dando-lhes um lugar de minoritárias no que seria uma “hierarquia social das práticas de linguagem” (Achard, 1989).

Discursos nacionalistas defendem o ideal monolíngüe baseados em critérios que tomam a língua como um modelo de unicidade, por suas qualidades intrínsecas (estruturais ou funcionais) e sua dimensão política. Para sustentar a idéia de *um país, uma língua*, foi que Estado uruguaio planejou ações em defesa da língua nacional, colocando em prática uma política sistemática de pró-nacionalismo lingüístico, marcadamente no plano educacional (Barrios, 2004).

A permanência da política nacionalizante do Estado uruguaio, associada à questão da língua portuguesa, defendendo a urgência em orientalizar o norte uruguaio, tornando-o menos brasileiro, leva-nos a refletir sobre o quanto o rompimento da homogeneidade pouco se sustentou, porque, mesmo com o reconhecimento de que o país não era tão monolíngüe, segundo os estudos desenvolvidos pela comunidade acadêmica, o Estado implementou políticas para reforçar esse monolingüismo.

Embora os estudos realizados por Elizaincín, Behares & Barrios (1987), na década de 80, descrevessem a sociedade uruguaia fronteiriça como diglósica, o rompimento de uma idéia de cultura monoglósica não desmistificou o ideal monolíngüe dos nacionalistas, persistindo até meados do século XX (Barrios, 2004).

2.4 Nacionalismo lingüístico e política de línguas

Para compreender melhor o que é o nacionalismo lingüístico, é preciso entender como ele concretiza o desejo de valorização do que é genuinamente

nacional. Em geral, há movimentos políticos ou mesmo partidos que assumem um discurso nacionalista buscando argumentar suas ideologias políticas por meio de uma idéia de que a nacionalidade promove a identidade de um povo com seu Estado.

Nesse sentido, é um movimento político em defesa de uma série de propriedades que servem como símbolos de representação de uma nação, o chamado nacionalismo subjetivo, de uma concepção mais romântica. Define-se como uma manifestação coletiva de lealdade política a um Estado. Por outro lado, o nacionalismo objetivo representa o povo de modo a significá-lo pela coletividade, por um conjunto de representações que referencia uma cultura específica, podendo ser, muitas vezes, de caráter étnico (Del Valle, 2000).

Sendo assim, o nacionalismo lingüístico tem duas vertentes. Segundo Del Valle (2000), “...todo movimiento político que se define como nacionalista afirma la existencia de una identidad grupal que legitima el ejercicio de la soberanía y las instituciones que la ejercen. Lo que distinguen los nacionalismos lingüísticos [...] es el situar la lengua en el mismo centro de la identidad.”

Desse modo, compreendido como “construcción discursiva de la nación”, o nacionalismo lingüístico se estrutura basicamente por três elementos: uma *identidade* grupal ou cultura compartilhada; uma *língua* comum que possibilite ou a determine e um *território* que a delimite. Essa concepção de nacionalismo ilustra bem como estados nacionais como o Uruguai se viam, ao se descolonizarem dos impérios, sem uma identidade muito definida.

Para Behares (1996, p. 29), Uruguai e Brasil construíram, durante o período de suas independências nacionais, idéias de nacionalidade diferentes. A idéia de nacionalidade estava muito associada ao modo como cada país considerava a sua relação Estado-Nação. Ele explica que, para o Uruguai, o argumento de instituir uma identidade nacional é próprio de uma demanda vinda dos discursos do Estado, pela sua necessidade de autonomia administrativa e política pós-independência.

No caso do Brasil, esse autor acredita que a relação Estado-Nação está *menos definida*. Isso decorreria de processos de independência distintos. O Estado no Brasil vinha de sediar o império português, fato que não correu com as colônias hispânicas na América. Além disso, a construção da nacionalidade no Brasil, passando pela questão da língua, embora com outro enfoque, tal como o processo da gramatização brasileira, a autoria brasileira das gramáticas da língua nacional, marcadamente depois do evento da República, deu autonomia à produção de saberes sobre a língua nacional do Brasil (Guimarães, 1996).

A diferença em relação ao que afirma Behares (1996) está no modo como se organizaram os discursos das duas nações quanto à institucionalização de uma identidade nacional. No Brasil, os discursos foram mais contundentes durante a instituição da República; no Uruguai, eles nasceram com o estado nacional, pela necessidade de criar uma autonomia identitária, nem portuguesa, nem espanhola.

Tais discursos em favor de uma nacionalidade uruguaia incluíam, sobretudo, a fronteira, pois era justamente ali que a nacionalidade não estava vinculada à identidade com o Estado Oriental. A nacionalização da fronteira se encontrava impedida pela hegemonia da língua portuguesa na região.

El discurso sobre la frontera representa un incapié, y nada más que un incapié, que se hace en los límites de una identidad de difícil constitución. [...] La historicidad de la frontera pasa de esta manera de ser una referencia a una secuencia temporal de hechos a ser un conjunto de sentidos que dan forma a un discurso. (Behares, 1996, p. 30).

Essa afirmação nos faz retomar a definição proposta para Espaço de Enunciação Fronteiriço. Há uma relação de tempo e espaço que está significada pelos discursos que se produziram sobre o chamado *problema fronterizo*. Eles incluíam os conflitos típicos da relação língua e nacionalidade. Os discursos produzidos no âmbito do nacionalismo político revelam e significam uma historicidade que se construiu sobre a questão da fronteira e suas línguas.

As políticas nacionalistas excluem práticas lingüísticas resultantes do cruzamento de línguas, pois “en las culturas monoglósicas, y a diferencia de lo que ocurre en los entornos heteroglósicos, la coexistencia de lenguas no debe conllevar mezcla, siempre interpretada como competencia lingüística insuficiente o como deslealtad perturbadora del orden idiomática y cultural” (Del Valle, 2000).

Por essa razão, políticas de alfabetização massiva em espanhol, como implementou o Estado uruguaio, no final do século XIX, justificavam-se como uma política nacionalizante.

Hobsbawn (2002) esclarece como funciona a relação entre Estado e línguas:

[...] requer essencialmente, controle do Estado ou ao menos o ganho do reconhecimento oficial para a língua. Isso não tem a mesma importância para todos os estratos ou grupos que vivem dentro de um Estado ou nacionalidade, ou mesmo para cada e Estado ou nacionalidade. De qualquer modo, não são os problemas de comunicação ou mesmo de cultura, que estão no coração do nacionalismo da língua, mas sim os de poder, status, política e ideologia. (Hobsbawn, 2002, p.134).

O controle do Estado uruguaio sobre as áreas de fronteira com o Brasil reforçava a crença em uma fronteira definitivamente castelhana. Esse era o modo de agir pela nacionalização das suas fronteiras. Del Valle (2000) afirma que há um ponto de convergência das culturas monoglósicas (tal como gostaria de permanecer o estado uruguaio em relação ao domínio de sua língua nacional) com “el dogma del homogeneísmo.” Pois, “las comunidades nacionales se imaginan cultural y lingüísticamente homogéneas (o en proceso de homogeinización sometidas al principio de convergencia), y esta uniformidad justifica la exigencia política de autogobierno.¹⁷”

¹⁷ O que Del Valle (2000) diz com exigência política de autogoverno é quando línguas dominantes são ameaçadas por minorias lingüísticas, que justificam uma ação político-lingüística para reivindicar a independência político-administrativa de um Estado, como no caso das comunidades autônomas da Espanha.

No entanto, as diglossias descritas por Elizaincín *et al* (1987) são exemplos das mudanças que a política educativa intervencionista e nacionalista uruguaia provocou desde sua implementação, aumentando a diversidade lingüística da região, com o surgimento de dialetos decorrentes do cruzamento entre a língua materna (o português) e a língua da alfabetização, o *idioma nacional* (o espanhol).

De todos os modos,

es un hecho incuestionable que la promoción del español transformó la región de monolingüe portuguesa en bilingüe español/DPU, y que estos últimos han resultado fuertemente estigmatizados no sólo por quedar marginados de la educación, sino basicamente por un discurso recurrente que insiste en identificar “uruguayo” con “hablante de español”, y en repetir que el portuñol es una mezcla espúrea que debe ser sustituida por un “español verdadero”. (Barrios, 2004, p. 3).

Na contramão da política lingüística executada pelo projeto de alfabetização nacional do governo uruguaio, os falantes organizaram sua relação com as línguas de um modo muito peculiar: mantendo a língua familiar, aprendendo a língua nacional e possibilitando a fixação de uma nova variedade. A zona fronteira, se considerarmos as práticas lingüísticas do cruzamento, foi se tornando plurilingüe.

O sentido político das reivindicações parlamentares e intelectuais da época reproduzia o modo de concepção de uma elite em relação aos símbolos de sua identidade nacional. A língua de todos era a língua da alfabetização – o *idioma nacional*. A constituição uruguaia não diz qual é a língua nacional ou oficial do país. A construção da identidade nacional levava em conta o critério lingüístico.

Tal critério era também étnico, na medida em que discursos como o de Carreras, citado por Prado & Souza (2002), referiam-se à necessidade de colonização da região, enfatizando que “es también de comprenderse que cualquiera que sea la nacionalidad del individuo que vaya allí que no sea brasileño, ha de ser oriental antes que brasileño; un ruso que vaya allí será oriental, y creará sus hijos en las tendencias de esta nacionalidad.” Esses

discursos nacionalistas reportavam ao eterno embate político instaurado com as primeiras disputas territoriais na região. A memória do litígio se expressa no repúdio aos brasileiros colonizadores.

E os discursos acadêmicos? Nesse caso, os lingüistas, ao mesmo tempo em que tratam das variedades lingüísticas e do rompimento da visão homogeneizadora do Estado uruguaio, designam as práticas lingüísticas significando a presença da língua portuguesa/brasileira de diferentes formas.

Do ponto de vista do discurso acadêmico, a relação com a nacionalidade é a de quem produz conhecimento sobre as línguas da fronteira. O domínio da comunidade científica uruguaia sobre o assunto se afirma com a disciplinarização dos estudos fronteiriços, através de uma nova área de estudos, a Lingüística Fronteriza, que tem como foco as formas de presença do português no Uruguai. A produção de conhecimentos lingüísticos que se dá no interior dessa disciplina sustenta uma história das idéias lingüísticas sobre as línguas e as fronteiras. No próximo capítulo abordaremos, então, essa questão.

CAPÍTULO 3 – O PORTUGUÊS NO URUGUAI E UMA HISTÓRIA DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS

3.1 Uma prática de saberes lingüísticos

Para abordar os estudos lingüísticos que se produziram sobre a presença da língua portuguesa além das fronteiras brasileiras, sob o ponto de uma História das Idéias Lingüísticas, é preciso pensá-los enquanto constituídos em um discurso acadêmico sobre as línguas em contato.

A obra inaugural *Dialecto Fronterizo en el Norte del Uruguay*, de José Pedro Rona, publicada em 1965, representa a fundação de uma discursividade sobre a língua portuguesa bem como sobre os dialetos de base portuguesa no Uruguai. Esse estudo é pioneiro, pois traz pela primeira vez uma reflexão sobre o cruzamento das línguas portuguesa e espanhola nas fronteiras do Brasil com o Uruguai.

A partir desse marco inaugural, inicia-se uma trajetória de investigações que resultam em um conjunto de saberes em torno da especificidade que é o cruzamento das línguas para os estudos lingüísticos fronteiriços, definindo um espaço de produção de saberes, denominado de Lingüística Fronteira. É o começo de uma história de conhecimentos lingüísticos na qual se configura também uma história das idéias sobre as línguas em relação.

O surgimento da chamada Lingüística Fronteira deve ser situado no ano de 1965, quando José Pedro Rona publicou o seu influente *El Dialecto Fronterizo en el Norte del Uruguay*. É a partir desse momento fundacional que uma grande quantidade de estudos dentro e fora do Uruguai contribuiu, com diferentes pontos de vista e com referenciais teóricos diversos, para uma melhor compreensão da situação não só lingüística como também social, demográfica e histórica da zona fronteira (Elizaincín, 1996, p.13).

A produção sistemática de conhecimentos lingüísticos sobre o cruzamento do português e do espanhol nas zonas de fronteira consolida o novo espaço do fazer acadêmico. Os modos de abordagem dessa questão instauram uma discursividade sobre a relação entre as línguas da fronteira. Muitas vezes, submersos na textualidade, os sentidos que se projetam nessa discursividade determinam uma política de línguas.

Desse modo, a configuração das línguas e a política que define as relações de poder entre elas são atribuídas pelo ponto de vista de quem produz conhecimento sobre esse assunto. Elas se organizam na enunciação, significando um lugar político para cada uma das práticas lingüísticas. A distribuição é projetada no discurso acadêmico, a partir do qual se tem a constituição de idéias lingüísticas que se formulam em uma metodologia, um procedimento de análise, uma definição, uma teoria.

Dado que a produção de conhecimento é sistemática, ao particularizar o enfoque nas relações entre as línguas da fronteira, a história das idéias lingüísticas constitui uma discursividade a respeito do cruzamento lingüístico, no sentido do processo de mistura, de mescla dos sistemas das línguas, derivando na formação de outras práticas lingüísticas. Ao funcionar como uma das línguas da fronteira, as práticas têm sua legitimidade significada pelos sentidos que os falantes fronteiriços lhe atribuem.

As designações dadas às práticas lingüísticas fronteiriças apresentam sentidos decorrentes do modo como o lingüista trata desse objeto. Dar um nome àquilo que já é nomeado é dar-lhe outro sentido, é um ato de significar; por isso a designação atribui um significado além do nomeado. O resultado do cruzamento das línguas portuguesa e espanhola foi inicialmente nomeado por Rona (1965) de *Dialecto Fronterizo*. Mas recebeu outras designações que também significaram a própria mudança de orientação teórica sobre a situação das línguas em contato nas fronteiras do Brasil com o Uruguai.

Esse dialeto torna-se assim o objeto de pesquisa. Agora com um outro sentido, porque designa sua particularização como tal. *Fronterizo* tem a especificidade de remeter ao encontro de duas línguas e significar, ainda, uma terceira prática lingüística. Posteriormente, como veremos, ele é apagado por novas designações que lhe serão atribuídas.

Sendo a língua portuguesa a língua que freia a entrada da língua nacional, ela é o próprio objeto de investigação, de um modo geral vinculado aos estudos fronteiriços. A língua portuguesa e os dialetos com base portuguesa praticados em território uruguaio se inserem na configuração das línguas de fronteira como um problema nacional do Estado uruguaio. É nomeado, então, como *problema fronterizo*, o que o relaciona diretamente à situação lingüística das zonas fronteiriças.

O espanhol e o português, particularmente na fronteira, são considerados línguas dominantes, com caráter de hegemonia frente às demais línguas minoritárias com as quais convivem em seus territórios nacionais. O interessante é que para o Uruguai o português é uma língua minoritária, embora tenha sido, antes do processo de escolarização do norte uruguaio, a língua hegemônica da região fronteiriça, quando o espanhol era a língua minoritária.

Segundo Falcon (1997, p. 94), ao abordar o conceito de “Idéias”, no domínio da História da Idéias, as tradicionais indagações acerca da “natureza” e da “significação” (dessas idéias) tendem a ser substituídas por outras: “como as idéias significam, articulam-se umas às outras, são transmitidas ou recebidas” no âmbito de um processo mais geral que é o da “produção do sentido”.

Na área da Lingüística, Guimarães & Orlandi (2001) analisam, por exemplo, a produção de sentidos de processos como o da gramatização da língua portuguesa no Brasil, tendo como ponto de vista a formulação de idéias a respeito da língua nacional; Dias (1996) toma enunciados de discursos políticos para interpretar os “sentidos da língua nacional”.

Esses lingüistas operam com categorias próprias da análise lingüística, para dizer então como os sentidos significam no discurso, sem, contudo, desconsiderar que as idéias lingüísticas significadas nos discursos têm uma relação com a exterioridade da língua, com a formação sócio-histórica do país.

Em relação aos estudos fronteiriços, o enfoque dado à mistura das línguas, por seu estado de contato, surge de uma tradição de pesquisa da lingüística hispânica, notadamente sem a contrapartida de estudos brasileiros nesse tema, que deveria ser de interesse comum para uma lingüística latino-americana. Até onde se sabe, não houve formulação de um debate entre as comunidades científicas.

Como essa tradição se construiu através das pesquisas dialetológicas, que tratam das mudanças internas da língua, não há estudos com a perspectiva de abordagem das línguas pelo seu funcionamento, pelos seus recursos discursivos, por uma política de línguas construída pelo próprio modo de funcionamento da linguagem.

Falcon (1997) ressalta que, no quadro do materialismo histórico, as “idéias são produtos socialmente determinados; não constituem uma esfera distinta e separada da existência social”. As idéias lingüísticas são significadas enquanto tomadas no processo de constituição de uma produção de conhecimento, materializados em produtos e práticas do saber lingüístico.

Para formular uma História das Idéias Lingüísticas, Delesalle & Chevalier (1986) propõem três lugares em que se materializam as práticas de saberes lingüísticos, nos quais podemos proceder à análise e à interpretação das idéias, considerando que elas constituem um discurso sobre o conhecimento e que, portanto, significam por suas relações de sentido.

Em resumo, há três lugares de enfoque: 1) o institucional – o significado de um determinado espaço institucional para o desenvolvimento de alguma linha de pesquisa ou abordagem; 2) o dos produtos de conhecimento lingüístico – como obras fundadoras ou referenciais para a constituição de uma teoria, uma

metodologia, um conceito; 3) o dos autores ou grupos que construíram um modo de reflexão ou de formulação de idéias sobre uma determinada questão.

Para interpretar como as idéias lingüísticas se constituem, os autores apresentam dois eixos sobre os quais se opera a análise da prática ou de um produto do saber lingüístico: o eixo histórico e o eixo sincrônico. Sendo assim, instaurar uma história da história da lingüística permitiria melhor situar a epistemologia da lingüística e nos ensinaria as precauções que devem ser tomadas para manipular a história, pois seria ingênuo pensar que o historiador da lingüística lança olhar objetivo sobre essa disciplina (Delesalle & Chevalier, 1986).

Para eles, há três pontos fundamentais no procedimento de análise de uma história das idéias lingüísticas: a exaustividade, a causalidade e a expansão. Uma metodologia dentro dessa perspectiva trata do seu objeto lingüístico pela construção de sua história. E, uma história da lingüística, considerando como objeto as idéias constituídas no percurso da produção dos conhecimentos lingüísticos, passa pela interpretação *das relações de sentido* (Orlandi, 2001, p. 8).

Há relações de sentidos da língua e do que está fora dela. Os sentidos podem ser interpretados, por exemplo, nos instrumentos lingüísticos produzidos para uma língua nacional, antes mesmo de se terem os estudos lingüísticos organizados sob uma disciplina. Ou em discursos ou fragmentos de discursos que contribuíram para a constituição de uma idéia sobre a língua, de uma prática de conhecimento desenvolvida por um lingüista, um gramático, um grupo de trabalho.

Mas as relações de sentido são determinadas pela formação de conceitos, de valores que afetam a língua, como a ideologias. Nesse sentido, o que se produz de saberes lingüísticos cabe, pela sua especificidade, ao lingüista, a partir de seu ponto de vista, de dentro das ciências da linguagem, daqueles que operam com esses saberes. Pois não se trata de uma história da lingüística, externa, o que poderia ser feito por um historiador da ciência simplesmente. Trata-se de uma história feita por especialistas da área e, portanto, capazes de avaliar teoricamente

as diferentes filiações teóricas e suas conseqüências para a compreensão do seu próprio objeto, ou seja, a língua (Orlandi, 2001, p.8).

Escrever essa história, dentro da chamada tendência internalista da história das idéias, conforme afirma Falcon (1997, p.119), é um desafio na medida em que suas concepções são construídas em outros campos do conhecimento, fora do “território da história”, como a Lingüística.

Para uma história da produção dos saberes lingüísticos, consideram-se, então, os produtos ou as práticas de conhecimento lingüístico, nos quais se materializam as formas de dizer e significar as idéias lingüísticas. A historicidade da língua é a dos saberes produzidos, o que se diz sobre as concepções, as noções, as filiações que estão significadas no funcionamento da linguagem, nos seus discursos, nos seus instrumentos tecnológicos (Auroux, 1992), nas suas diferentes formas de se materializar enquanto língua. E assim significar também a história. É no funcionamento da linguagem que as idéias constituem sentidos, tais como os da brasilidade, da identidade lingüística nacional, da cidadania (Orlandi, 2001).

Levando em conta que há uma historicidade construída nos discursos acadêmicos sobre as línguas de fronteira, é que se coloca como fundadora e pioneira, no caso dos estudos sobre o cruzamento das línguas na fronteira Brasil-Uruguai, a obra *Dialecto Fronterizo en el Norte del Uruguay*, de Rona (1965).

A obra se distancia do enfoque tradicional da lingüística hispânica, em que as relações das línguas foram sempre pensadas pelo pan-hispanismo, ou seja, por uma língua de muitos falantes e de vários estados nacionais. O gesto de Rona de selecionar como foco de pesquisa uma outra língua nacional, com os mesmos alcances políticos, dá também à nova área da Lingüística Fronteira uma outra perspectiva de abordagem nos estudos lingüísticos.

Como nos esclarece Zimmermann (2003, p. 513), “la construcción de la lingüística hispánica con base en el objeto construido de la lengua panhispánica es transfronteriza por un lado pero erige otra frontera, la frontera científica entre la

lengua española y las otras lenguas que se hablan en un territorio, región o un estado”.

A identificação da presença do português em território uruguaio impôs uma mudança em crenças do Estado uruguaio e no trajeto das pesquisas que faziam na dialetologia hispano-americana até aquele momento. A inclusão de estudos sobre línguas em contato ainda assim não se distanciou muito das idéias lingüísticas que constituíam o discurso científico da chamada lingüística hispânica, no qual um problema de língua surgido de uma visão do Estado é tomado como um objeto de pesquisa lingüística, vinculada a um projeto institucional (Zimmermann, 2003, p. 513-514).

No caso do trabalho de Rona (1965), o apoio da Faculdade de Humanidades foi determinante para as pesquisas sobre o português no Uruguai, nas diferentes formas em que essa língua se faz presente no país, inclusive para a continuidade das investigações ao longo das últimas cinco décadas. Rona (1959) inicia suas pesquisas sobre as línguas em contato nas zonas de fronteira, quando se institucionaliza a disciplina de Lingüística nessa faculdade. É esse espaço institucional que abarca uma história de produção de conhecimentos sobre as práticas lingüísticas fronteiriças. E a regularidade das suas pesquisas consolida a Lingüística Fronteriza.

Fazer uma história das idéias lingüísticas “trata-se, para mim, de poder acompanhar como certos conceitos, certas noções, certas categorias se constituíram e como ao permanecerem mudaram, ou ganharam contornos específicos. Ou seja, em que momento encontramos acontecimentos pelos quais um conceito se constituiu, permanece ou se torna outro” (Guimarães, 2004, p.13).

Esse movimento temporal “constitui, permanece ou se torna outro” é a inclusão do chamado horizonte de retrospectão e de projeção de Auroux (1992). No quadro de uma história das idéias lingüísticas, é ele que organiza a temporalidade na qual localizamos a prática de um dado conhecimento lingüístico e, nela, os sentidos constituídos e significados para a construção de um saber

sobre as línguas. A história aqui é a da prática de um conhecimento, materializado em uma obra fundadora.

A História das Idéias Lingüísticas que se está construindo no Brasil toma vários objetos da produção de saberes: instrumentos lingüísticos, como as gramáticas ou os dicionários e outras textualidades, como prefácios, leis, relatos, lista de palavras, notas. O conjunto de produtos desse conhecimento lingüístico configura uma história das idéias lingüísticas, mesmo aqueles anteriores à institucionalização da Lingüística como disciplina. Mas autoria dos estudos e das práticas de conhecimentos lingüísticos se limita aos brasileiros.

Ao estar a produção de uma história dos saberes sobre a língua portuguesa limitada pela abrangência apenas ao espaço brasileiro de produção e de autoria, tanto dos instrumentos tecnológicos como das práticas científicas produzidas, considera-se apenas a produção de conhecimento no âmbito do nacional, ao que pesquisa a comunidade acadêmica brasileira. Mas e quando entra em discussão a língua portuguesa do Brasil fora desse âmbito, como a comunidade científica brasileira trata da questão?

Sendo assim, uma História das Idéias Lingüísticas que pretenda organizar os conhecimentos produzidos sobre a língua portuguesa brasileira deveria, necessariamente, incluir outros espaços de produção de saberes, que contribuem, embora sob um outro ponto de vista, para uma história sobre a língua portuguesa.

3.2 “Lingüística Fronteriza”: um novo espaço de produção

A história da outra língua portuguesa, que é de luso-brasileiros, porque remete a um processo de ocupação lingüística, está do lado de lá das nossas fronteiras geopolíticas. E mesmo aí diz e significa uma identidade lingüística com o Brasil, uma brasilidade deslocada, não tomada como objeto pela comunidade científica brasileira.

No Espaço de Enunciação Fronteiriço, a língua portuguesa tem sentidos políticos determinados por estar em relação com o espanhol, por significar uma relação de poder entre línguas. Essa relação é afetada por um estado de ser fronteiriço que está fora das bordas geográficas nacionais. Portanto, a história da lingüística uruguaia se constrói também afetada por uma história da ocupação lingüística do português, o que nos leva a afirmar que aí também há uma prática de produção de conhecimentos sobre o português.

A produção de conhecimento sobre a língua portuguesa no Uruguai, como uma língua de imigrante e fronteiriça, resulta da sua definição como objeto de investigação. Isso ocorre logo após a institucionalização da lingüística tanto como disciplina quanto como espaço acadêmico na Universidad de la República, no início da década de 50.

Há duas correntes teóricas principais que orientaram as pesquisas e levaram à produção dos saberes lingüísticos sobre a língua portuguesa no Uruguai: a geografia dialetal e a sociolingüística. Os estudos produzidos enfocam as práticas lingüísticas fronteiriças, especialmente por parâmetros de distribuição geográfica.

O ambiente rural isolado é aquele que mais atrai ao lingüista, posto que o português aí conservado apresenta interessantes traços arcaicos de indúvidoso atrativo para a lingüística histórica dessa língua. Os ambientes urbanos, pelo contrário, constituem objetos mais cobiçados pelos sociolingüistas do bilingüismo, devido às peculiaridades antes citadas (Elizaincín, 1996, p. 15).

As peculiaridades atribuídas às práticas lingüísticas estão marcadas por esses parâmetros, dado o recorte que os lingüistas fazem sobre o seu objeto de análise: bilingüismo, atitudes lingüísticas, variedades do contato, influências, isoglossas, diglossias, aspectos que são amplamente descritos pela Sociolingüística e Sociologia da Linguagem, áreas que têm sistematicamente desenvolvido pesquisas sobre as línguas da fronteira.

A urbanização da zona fronteira contribuiu, no passado, para diminuir a distância entre os chamados pólos de influência sobre território uruguaio. A fundação de Montevideu é um exemplo de resistência aos dois pólos de ocupação demográfica e de influência, pólo hispânico e pólo lusitano. Eles orientavam a direção das línguas e as relações com as zonas de fronteiras (Elizaincín, 1996).

Quando se trata de esboçar um quadro de produção de conhecimento lingüístico no contexto dos estudos fronteiros, a condição geopolítica do país, palco de embate entre esses dois pólos, se reproduz no enfoque do problema da presença portuguesa no Uruguai, sobretudo porque o discurso acadêmico passa a significar uma política das línguas para as línguas da fronteira ao abordá-las pelas conseqüências de alterações sofridas nos sistemas das duas línguas nacionais em contato.

Nesse sentido, é pertinente retomar a citação de Elizaincín (1996, p. 13) quando afirma que a chamada Lingüística Fronteira contribui para se compreender a fronteira de forma mais ampla, nos seus aspectos *demográfico, social e histórico*. Isso explicaria a confluência desses aspectos na formação de um dialeto na região.

Evidentemente, os estudos lingüísticos feitos por pesquisadores como Rona (1965) e também Elizaincín (1987) respondem às suas formações acadêmicas e às suas filiações teóricas. Representam as duas áreas dos estudos lingüísticos que durante cinquenta anos produziram regularmente estudos sobre o contato lingüístico nas zonas fronteiras. E as realizaram em áreas de estudos que se consolidaram, como a Geografia Dialetal ou que se originaram como a Sociolingüística.

A Geografia Dialetal tem suas origens no final do século XIX e uma larga tradição nos estudos lingüísticos na América Latina, de um modo geral. Um exemplo da produção de conhecimento sobre os dialetos na América são os trabalhos publicados principalmente nas primeiras décadas do século XX. Esses trabalhos tratam de questões metodológicas, do mapeamento lingüístico das

zonas de fronteira, da descrição dos dialetos. Nesse período surgem ainda as primeiras propostas de fazer atlas lingüísticos dos países. Portanto, na sua maioria, esses estudos buscam no uso da língua as formas que se opõem às da norma padrão, de ambas as línguas dominantes na região: o português e o espanhol.

No entanto, a pesquisa em geografia dialetal desenvolvida por Rona incorpora a descrição das práticas resultantes do cruzamento das línguas. O que era uma mudança restrita ao domínio das pesquisas realizadas no contexto das línguas nacionais expandia-se também para as fronteiras lingüísticas entre o Brasil, Argentina e Uruguai.

Rona, por exemplo, manteve uma constância nas publicações sobre dialetologia: *Aspectos Metodológicos de la Dialectología Hispanoamericana* (1965) e *El problema de la división del Español Americano en zonas dialectales* (1964). E suas pesquisas sobre *Dialecto Fronterizo*, no qual centrava sua hipótese de uma língua geral nas fronteiras, resultado do contato entre o português e o espanhol, incluía tanto as fronteiras do Brasil com a Argentina como as com o Uruguai. Ele investigava a possibilidade de que o *Dialecto Fronterizo* fosse uma língua da fronteira, que só poderia se formar nesse espaço geográfico específico, de cruzamentos entre o português e o espanhol.

Embora seu trabalho mais destacado, *Geografía y Morfología del Voseo*, que defendeu como tese na PUC/RS, em Porto Alegre, em 1965, tenha sido sobre uma questão específica da dialetologia hispano-americana, pois é uma referência constante nas publicações sobre a História do Espanhol da América, seu foco de investigação eram os dialetos formados pelo cruzamento das línguas.

Nesse mesmo período, outros pesquisadores se dedicavam a detalhar os usos e as características dos dialetos na América do Sul. Entre os estudos publicados estão: *La Geografía Lingüística*, de Eugênio Coseriu; *O Linguajar Carioca*, de Antenor Nascentes; *Sobre el Problema del Andalucismo Dialectal de América*, de Pedro Henríquez Ureña; *Geografía Fonética -l y -r implosivas em*

Español, de Amado Alonso. São alguns exemplos de trabalhos que hoje ajudam a visualizar como havia uma tendência epistemológica na lingüística regional, voltada para os estudos dialectológicos, com a descrição dos falares locais.

Há, assim, uma tendência nos estudos lingüísticos da América do Sul: a de sair a campo e registrar os falares ou os linguajares das populações que desviam sua fala da norma e da língua oficial. O melhor exemplo desse momento de produção de conhecimento lingüístico são as contribuições intercambiadas entre lingüistas da época. Rona publicava regularmente artigos e resenhas na *Revista de Filologia Brasileira*, dirigida por Serafim da Silva Neto. As relações acadêmicas e interinstitucionais aconteciam, com propostas, inclusive, de projetos em comum.

Quanto ao Uruguai (por causa das zonas limítrofes com o Rio Grande do Sul), está combinada com o Prof^o José Pedro Rona a inclusão recíproca de perguntas nos respectivos questionários. Obteremos dessa maneira a possibilidade de podermos contar com pontos de inquérito também na República Oriental do Uruguai. Procedimento idêntico está sendo planejado para a zona fronteira com a Argentina (Bunse, 1969, p.19).

A referência à obra *Dialecto Fronterizo*, de Rona (1965) é feita por gramáticos brasileiros como Cunha (1972, p. 25). Ao escrever sobre os domínios geográficos da língua portuguesa, acrescenta: “Também nas áreas fronteiriças do Brasil a língua portuguesa tem penetrado em território da língua espanhola, formando um raro dialeto misto, como o falado nos departamentos uruguaios de Artigas, Rivera, Cerro Largo, Salto e Tacuarembó.” E na nota bibliográfica não só se refere à descoberta do dialeto por Rona como comenta que ele nos deu uma excelente descrição em *El Dialecto Fronterizo en el Norte del Uruguay*.

Se houve essa tendência, como bem nos ilustram os exemplos anteriormente citados, é porque existia uma demanda de pesquisa sobre as línguas nacionais. Estava em curso uma prática de saberes que se pautava pela afirmação do que era genuinamente nacional, tanto nas descrições das

variedades do português como as do espanhol. Aqui, estou referindo alguns estudos que foram produzidos apenas no âmbito da região rio-platense.

Para abordar a contribuição de Rona na produção de saberes lingüísticos, vou apresentar algumas colocações que nos ajudam a visualizar a circulação de Rona nos meios acadêmicos. A sua proposta de divisão das zonas dialetais da América, segundo Lipski (1996), inclui zonas bilíngües como a uruguaio-brasileira. Rona (1965) aplicou o critério diatópico, para que pudesse recortar as zonas dialetais de modo mais amplo, considerando suas intersecções, incluídos aí também os espaços geográficos bilíngües.

[...] A pesar de las inexactitudes factuales, salta la vista que las zonas numeradas son contiguas geográficamente (aunque no coincidan con las fronteras nacionales), y no únicamente el resultado de una convergencia fortuita de isoglosas. Esta división es un avance con respecto a las anteriores clasificaciones dialectales por países, pero Rona no previó el hecho de que las mismas especificaciones de rasgos describían más de una zona, ni analizó las posibles consecuencias de esta convergencia de rasgos. (Lipski, 1996, p.29)

O amplo leque de atuação científica e de circulação nos meios acadêmicos deu a Rona condições de propor uma linha de investigação, que definiu como sendo uma dialetologia social.

Com isso, ele foi o único representante na América do Sul no primeiro grande Congresso de Sociolingüística realizado, em 1964, em Los Angeles. Conforme Calvet (1999) em seu texto *Aux origines de la sociolinguistique, la conférence de sociolinguistique de 1' UCLA* esse evento marca a fundação das atuais linhas de pesquisa da Sociolingüística.

Esse lingüista destaca como Rona buscou resolver uma definição para a relação entre língua e sociedade. Partindo de uma outra lógica, definiu que o recorte sobre o objeto de estudo tornaria mais preciso o que trataria, então, a Sociolingüística e a Sociologia da Linguagem. Ou seja, bastava localizar o foco ou na língua ou na sociedade. Em 1970, ele publicou um artigo no qual propunha

distinguir cada uma dessas áreas. Ele fazia “a distinção entre uma sociolingüística propriamente lingüística que estudaria a estratificação interna do conjunto constituído pela língua, seus dialetos e seus patoás e, uma *sociolingüística alíngüística* que estudaria os efeitos da sociedade sobre o conjunto precedente” (Calvet, 2002, p. 139).

A partir da década de 60, a Sociolingüística se consolidou como um campo de estudos profícuo para investigar as relações entre os fenômenos lingüísticos e os fenômenos sociais. Da tradição dialetológica na qual se orientavam os primeiros trabalhos sobre os contatos lingüísticos na zona fronteiriça, novos pesquisadores passaram a operar com metodologias de investigação sociolingüística nos seus estudos sobre as práticas lingüísticas fronteiriças.

Dentro da Lingüística Fronteiriça, a orientação mais corrente tem sido na Sociolingüística Variacionista (Elizaincín, 1987; Carvalho, 1998), impondo uma mudança metodológica para a descrição das línguas em contato. É uma mudança do olhar sobre o objeto. Se a Geografia Dialetoal enfocava os aspectos diatópicos das variedades lingüísticas, a Sociolingüística privilegiava os aspectos diastráticos.

Em outros trabalhos, algumas noções como diglossia, vindas da Sociologia da Linguagem (Ferguson & Fishman), foram aplicadas para explicar variedades lingüísticas como os DPUs – Dialectos Portugueses del Uruguay, por Elizaincín, Behares & Barrios (1987). A instabilidade e a irregularidade de um sistema lingüístico como o dos DPUs, movimentando-se entre o português e o espanhol, é uma característica atribuída aos de dialetos em formação; por isso, a formação de diglossias, com base portuguesa e que constituiriam, assim, uma prática lingüística fronteiriça.

A outra língua da fronteira, sustentada na variabilidade, tem um sistema instável, sua gramática muda constantemente os aspectos que a estruturam. A variabilidade do seu sistema é que permite o desdobramento do dialeto em dialetos, por isso designada de modo plural, como DPUs.

Os sistemas mistos e as línguas nacionais funcionam no mesmo espaço de enunciação que as organiza segundo o domínio enunciativo de cada uma. Pelo recorte dos sociolinguistas, em relação aos falantes fronteiriços, identifica-se, entre as línguas da fronteira, uma prática que é mais prestigiosa e reconhecida na comunidade. Para os falantes bilíngües uruguaios é o espanhol, e a variedade do português uruguaio, a chamada variedade baixa, é a praticada por falantes pouco letrados e de origem rural. O conjunto de práticas lingüísticas funciona com esse sentido político, segundo o que lhes atribuem os falantes. Mas também há uma interpretação desse funcionamento por parte do pesquisador, atribuindo aí outros sentidos.

O mesmo discurso acadêmico centraliza seu enfoque na existência ou não de uma gramática das práticas do cruzamento lingüístico, o que faz com que esse discurso produza idéias lingüísticas ancoradas nas noções e conceitos da sociolingüística. Isso por si só atribui sentidos para as práticas lingüísticas, como o de dividir as línguas pelo *status* social, o que lhes dá em princípio uma hierarquia. Têm prestígio línguas com um sistema estável e regular, porque têm uma gramática, o que não acontece em se tratando da prática resultante do cruzamento das línguas, uma vez que, pelo que está dito no discurso acadêmico, ela seria uma língua de fronteira menos prestigiosa.

Rona (1963) sofreu críticas de pesquisadores que o sucederam porque não considerou, no seu mapeamento lingüístico, a variabilidade (ou a direção) das isoglossas. Ele as exemplificou como variedades lexicais ao descrever a formação do *Dialecto Fronterizo*, uma vez que este é o procedimento de descrição da geografia dialetal. Porém, segundo Behares (1985), de caráter essencialmente descritivo ele teria dado uma visão muito simétrica e harmônica dos fenômenos internos do Fronterizo.

As limitações da própria metodologia utilizada por Rona (1965:46) contribuíram para que os seus estudos dessem conta apenas de identificar e selecionar exemplos da extensão do português nos limites fronteiriços, como bem

mostram seus mapas. Há um mapa, por exemplo, em que ele registra ocorrências de mudanças de significados da palavra “cisco” ao longo da faixa fronteira com o Brasil. Nessa descrição, a passagem do significado do português para o espanhol indica uma fronteira lingüística muito marcada.

A noção de diglossia explicaria, neste caso, a instabilidade de um sistema em formação como o do dialeto. Mas por estar em constante evolução o conflito lingüístico, não leva à fixação do uso de uma ou outra palavra ou de um funcionamento morfossintático. É justamente isso que constitui as práticas lingüísticas fronteiriças: significar nelas mesmas o que é a relação de estar entre línguas. Pois “...las zonas de máxima inestabilidad, parecen haber ganado toda la interpretación de Rona, al extremo de que parecería concebir una situación lingüística en que los hablantes, de modo conciente, podrían elegir en todo momento entre dos o más formas alternativas” (Milán, Sawaris & Welter, 1996, p.132).

No entanto, se Rona (1963) partia do princípio de que havia interferências do espanhol nas práticas de base portuguesa que variavam individualmente, é porque ele considerava que o *Dialecto Fronterizo* estava em formação, em processo de aquisição por parte dos falantes fronteiriços. Os seus mapas limitavam os exemplos pelas fronteiras geográficas e tomavam como foco a fala de indivíduos em determinadas zonas dialetais. A crítica de Elizaincín (1987) sobre seu trabalho era a de que a descrição da presença e da extensão do português deveria ser feita considerando um todo as comunidades de falantes. Posteriormente, esse lingüista descreve as mudanças lingüísticas que resultam nos *Dialectos Portugueses del Uruguay* na faixa fronteira sem precisar as fronteiras lingüísticas entre as línguas nacionais em contato .

3.3 O *Dialecto Fronterizo*: formação e distribuição

Dois fatores concorrem para a definição de um espaço tão específico para investigação lingüística dos dialetos portugueses na região norte do Uruguai: a longa permanência do português em território uruguaio, o que tornou essa uma questão de interesse para o Estado Uruguaio, e o desenvolvimento da pesquisa dialectológica na América do Sul (Behares, 1985).

Em relação ao primeiro fator, já amplamente mencionado nos capítulos anteriores, diz respeito a uma problemática nacional uruguaia sobre as suas fronteiras com o Brasil, reiteradamente citada nos discursos de caráter nacionalista que retomam o conflito da identidade oriental desde a formação do estado nacional uruguaio. Como herdeiros do debate geopolítico sobre a ocupação das terras na região do Rio da Prata, desde século XVI, os autores desses discursos continuaram por muito tempo se valendo da situação das fronteiras como argumento para defender suas posições políticas nacionalistas até meados do século XX (Barrios, 2004).

Desse modo, tal problemática nacional uruguaia se centrava na questão da presença da língua portuguesa nas zonas fronteiriças, sendo transformada no foco do embate sobre o “problema fronterizo”. Essa é uma das maneiras de o fato lingüístico ser colocado para dentro do debate político, como uma causa nacional, dado o que nos ilustram os vários exemplos mencionados no segundo capítulo. E se reduzem a dois aspectos: a presença da língua e a extensão de sua prática.

A necessidade de descrever, inclusive mapear a situação das línguas na fronteira uruguaia, como fez Rona, decorria diretamente da identificação do “problema fronterizo”. Porém, a situação das línguas inicialmente hipotetizada por ele se revelou complexa. Havia um grau de cruzamento das duas línguas, com uma inesperada base portuguesa, pois a mistura das línguas funcionava como

outra prática lingüística corrente na região, além da manutenção da língua portuguesa como língua materna de um grupo significativo de fronteiriços.¹⁸

Tal complexidade era significada pela extensão das interferências e influxos do português em muitas zonas da faixa fronteiriça, reforçando cada vez mais a hegemonia da língua portuguesa, mesmo depois da formação do estado nacional uruguaio e da obrigatoriedade da alfabetização em espanhol. Neste momento da pesquisa de Rona (1963), a ocupação social e lingüística dos brasileiros já não produzia tanto impacto na situação demográfica dessas zonas, tal como foi no século XIX.

Em 1957, Rona iniciou sua investigação, buscando definir o que ele chamava de *La Frontera Lingüística entre el Portugués y el Español en el Norte del Uruguay*.¹⁹ Com esse título, o lingüista uruguaio publicou os resultados iniciais de seu trabalho, em uma revista brasileira, Revista Veritas – PUC/RS, em 1963. Entretanto, já o havia divulgado na Universidad de la República, em 1959.²⁰ No trabalho de 1965, já concluídas as suas investigações, ele então designa o resultado do cruzamento das línguas portuguesa e espanhola (ou castelhana) como *Dialecto Fronterizo*, desmembrando-o em duas variedades principais : *Fronterizo Português e Fronterizo Castellano*.²¹

A designação de *Dialecto Fronterizo* tem seu sentido em duas direções: uma que é associada ao geográfico e outra enquanto o fato lingüístico que se torna objeto particular de investigação de Rona. Rona vai seguir retomando-o em outros trabalhos, em questões lingüísticas relacionadas à situação do contato lingüístico entre o português e o espanhol, em outras fronteiras.

¹⁸ São considerados fronteiriços aqueles que vivem em até 150 km para dentro do território, na chamada faixa de fronteira, conforme estipula a constituição de 1988.

¹⁹ Não há registros escritos anteriores a data de 1957, mas comenta-se no Instituto de Lingüística que Rona teria iniciado suas investigações no ano de 1955.

²⁰ No foi encontrada nenhuma versão impressa da divulgação desse trabalho datada em 1959, mas o autor a cita em trabalhos posteriores.

²¹ O mapa utilizado para análise no capítulo 4 descreve a divisão da fronteira lingüística entre essas duas variantes.

Ele declara o quanto se surpreende com a extensão da língua portuguesa ao longo da faixa de fronteira uruguaia, no norte e nordeste do país. E escreve, “Cuando empezamos a estudiar el español hablado en el Uruguay, no esperábamos en ningún momento encontrar un dialecto portugués en el territorio de nuestro país” (Rona, 1965, p. 5).

Passado um ano da pesquisa, os dados recolhidos permitiram que ele pudesse confirmar a existência de um dialeto de base portuguesa, embora com características de “mixto”²². Em *Dialecto Fronterizo en el Norte del Uruguay* (1965) apresenta o mapeamento das zonas dialetais da fronteira, no qual faz a descrição fônica do dialeto designado de *Fronterizo*.

Nas zonas mapeadas, o português é a língua dominante. Na primeira, porque é a língua materna da comunidade. Está conservada principalmente nas zonas rurais. Na segunda, como comprovou, é a língua de base, a língua matriz na formação do *Dialecto Fronterizo*. E ainda assim há uma terceira zona em que o português aparece através de seus influxos lexicais no espanhol.

De acordo com suas primeiras conclusões, “se trata, naturalmente de un portugués dialectal gaúcho”. Esse português é identificado como a língua matriz do *Dialecto Fronterizo*, que se constitui então “de una mezcla de portugués y español, pero que no es ni portugués ni español y resulta con frecuencia ininteligible tanto para los brasileños como para los uruguayos.” E reconhece “este dialecto es de base portuguesa hispanizada” (Rona, 1963, p. 208).

Ao confirmar a base portuguesa do *Dialecto Fronterizo*, Rona (1965, p. 7) tem o resultado mais surpreendente de sua investigação, uma vez que sua hipótese inicial era de que nessa região de fronteira, mesmo considerando a imigração de luso-brasileiros mais para dentro do território, o português era apenas a língua fonte dos empréstimos e influências lingüísticas sobre o espanhol. Mas, ao contrário, a zona era bem mais luso-brasileira. Em outras, o “dialecto

²² A primeira divulgação sobre a existência do “dialecto mixto” foi feita em uma comunicação do autor no I Congresso Brasileiro de Dialetologia e Etnografia realizado em Porto Alegre, em 1958.

mixto de base portuguesa” era a única língua dos falantes. O português se apresenta como uma língua de domínio.

Para explicar as ocorrências registradas nos seus mapas, já no texto de 1963, Rona busca explicar as condições externas que determinaram a formação de um *Dialecto Fronterizo*. Sempre operando sob orientações da geografia dialetal, ele enumera fatores geo-históricos para contextualizar as condições da formação desse dialeto.

Nesse sentido, ele concebe a história como factual. Explica a complexidade dos contatos de acordo com o que afirma ser um processo de “una transición gradual de una lengua a otra”. Essa transição seria em decorrência da distribuição geográfica das línguas, pelos movimentos migratórios do passado dentro do território uruguaio, tanto da etnia hispânica como da portuguesa. Provocada por tais fatores existiria, ainda, uma forte confluência cultural na região. (Rona, 1963, p.202).

3.3.1 O português: de “problema fronterizo” a objeto de pesquisa

A grande contribuição de Rona, inegavelmente, é ter fundado uma discursividade sobre o cruzamento do português e do espanhol. Com ela se inicia uma história das idéias lingüísticas, materializada em estudos e pesquisas, a partir de seu trabalho pioneiro de investigação lingüística sobre línguas em contato nas fronteiras. Este Acontecimento, que é a sua obra, na materialização de um discurso sobre essas línguas de fronteira, inscreve também o português como uma outra língua do Uruguai.

Entretanto, há dois aspectos a considerar para definir qual discursividade e quando ela de fato ela é fundadora. Rona (1958/1959) divulga sua pesquisa no circuito acadêmico, em eventos da área. Logo, ela tem versões publicadas com dados inconclusos, respectivamente, em 1959 e 1963. Selecionei a publicação de

1965, considerando que tem maior repercussão e é a obra mais referenciada em estudos posteriores sobre línguas em zonas de fronteira.

O que caracteriza os momentos de fundação dessa discursividade, tendo os eventos como antecipatórios do próprio discurso do acadêmico, coloca em questão os três enfoques de Delasalle & Chevalier (1986). Em que medida eles contemplariam os espaços de divulgação de questões lingüísticas que, posteriormente, se concretizariam em produtos escritos do conhecimento lingüístico. Isso quer dizer que há discursividades que se fundam segundo os modos apresentação: o falado e o escrito.

A história do português no Uruguai começa por identificá-la como uma língua de ocupação imigratória, mas também lingüística, uma vez que representava as pretensões políticas do império português na região, o que a fez permanecer voltada para o Brasil, mantendo-se como a língua da região.

Quando estudiamos los orígenes de los actuales dialectos fronterizos, debe tenerse en cuenta que no se trata de una influencia del portugués sobre el castellano (ya que no había aquí una población hispánica antes de la llegada y establecimiento de los brasileños), sino al revés, de la influencia del castellano sobre una base portuguesa. (Rona, 1965, p. 8).

Para Rona (1965), uma quarta zona incluiria todo o resto do país, o que não significava que, nas regiões mais distantes, não houvesse influências do português. Em casos como os da zona de San Carlos, também ocorreu imigração lusa. Imigrantes portugueses haviam se instalado no país antes da entrada de brasileiros na região, no período de ocupação espanhola, durante o período de vigência do Vice-Reino do Prata, com sede em Buenos Aires.

Um dos procedimentos de Rona (1965) para coletar dados e identificar a base portuguesa do *Dialecto Fronterizo* foi aplicar uma série de questionários com a contribuição dos professores das escolas situadas nas zonas mais colonizadas por lusos-brasileiros. Ele sustentava a hipótese de que havia palavras que só

poderiam ter surgido no Dialeto, como se o dialeto fosse uma língua comum, que era veiculada com mais intensidade no século XIX e que tinha um único espaço de veiculação e predomínio – a Fronteira.

Quando aborda a dialetologia hispano-americana, ele afirma que “más importante es el bilingüismo en zonas fronterizas con países de habla española como por ejemplo con el Brasil o en los EE.UU. (...) el portugués se hace sentir notablemente el influjo en el norte del Uruguay..”²³ (Rona, 1958, p. 33).

Em outro trabalho publicado no Brasil em 1965, na Revista de Antropologia, *Gaicho: cruce fonético de Español y Portugués*, ele também levanta a hipótese de que a etimologia da palavra Gaicho/Gaúcho é um exemplo da circulação do *Fronterizo* em zonas de fronteira, incluindo as do Brasil com Argentina, principalmente pelas ocorrências similares no sistema fonético tais como as que tinha identificado no dialeto do norte uruguaio.

Também ocorrências lexicais, segundo ele, surgidas pelo fenômeno do contato lingüístico na região, estão registradas na sua obra sobre o “Cangusino”. Este nome designa uma outra mistura do português e do espanhol, no Departamento de Cainguás, na Argentina, fronteira com o Brasil e o Paraguai. Ele relaciona o fenômeno do cruzamento de línguas que ocorre aí com o mesmo que acontece na fronteira Brasil-Uruguai; “el canguismo es un dialecto mixto hispano-portugués, similar al fronterizo del Norte del Uruguay” (1965).

A explicação de Rona é de que tal similaridade entre os dialetos se dá por uma mesma base social e étnica da comunidade lingüística, de origem lusa, como a das comunidades fronteiriças Brasil-Uruguai, que passaram a incorporar ao português, “hábitos lingüísticos castellanos.”

[...] hay que tener en cuenta que es un fenómeno de contacto de lenguas, no un fenómeno de evolución interna de una sola lengua. No puede hablarse en rigor de una “ley fonética” que se manifestaría en muchas palabras. Más aún, se trata del

²³ Essa citação foi copiada diretamente do original escrito por Rona, em 1958, apenas um ano após ter iniciado suas pesquisas sobre a situação das línguas na fronteira Brasil-Uruguai.

contacto de dos lenguas que en su léxico y en su origen son muy afines, sobre todo en esta región, donde los portuguesismos penetran profundamente en todo el Uruguay y la hispanización del léxico portugués del Río Grande del Sur es un hecho bien conocido. (Rona, 1965, p. 93).

Ao fundar esta discursividade funda ainda, com o *Dialecto Fronterizo*, um processo de designação, significando-o nessa atribuição um fenômeno lingüístico transfronteiriço. Rona inaugura um outro modo de olhar as línguas pelas fronteiras. A partir desse momento, a designação das práticas lingüísticas fronteiriças insere uma nova abordagem para o cruzamento de línguas nas fronteiras. Projetam-se outros sentidos para as práticas lingüísticas resultantes da relação entre a língua portuguesa do Brasil e a língua espanhola dos países platinos.

Desse modo, o *Dialecto Fronterizo* é uma língua da fronteira. Faz parte de uma distribuição de línguas que se organiza na discursividade constituída nestes dizeres do conhecimento lingüístico produzido pelo lingüista. É assim, sob a perspectiva da produção de saberes sobre as práticas lingüísticas da fronteira, português, espanhol e fronterizo, é que se tem perspectivas de sentidos políticos para as línguas da fronteira.

Além disso, Rona (1965), tendo realizado sua pesquisa junto ao sistema escolar, pôde observar como as escolas da fronteira ignoravam a realidade lingüística da região. Na sala de aula, a língua de todos era o espanhol, sendo ela a língua materna ou não das crianças. Em se tratando das do meio rural, a complexidade lingüística era maior ainda, porque o português ou o dialeto eram as únicas línguas praticadas pelos alunos.

Portanto, uma política educacional de alfabetização massiva não só se caracterizava como um modo de intervenção do Estado na fronteira com o Brasil como também mostrava ser uma evidente ação político-lingüística para a minimização dos resultados das relações entre as línguas praticadas na região. No início do século XX, de acordo com Barrios (2004), o português era a língua

dominante. Essa política governamental provoca a ascensão dos dialetos, deslocando a língua portuguesa. No lugar dela se generalizou o uso do *Fronterizo* (designação dada por Rona) ou dos DPUs (designação dada por Elizaincín e que vem sendo incorporada pela população fronteiriça).

Nesse sentido, o mapeamento realizado por Rona possibilitou que viesse à tona o conflito entre as diferentes práticas lingüísticas às quais estavam expostos os alunos dessas escolas, contribuindo para que se comprovasse a existência de uma prática regular e cotidiana do *Dialecto Fronterizo* como primeira língua. Tal realidade vai ser pesquisada mais profundamente por Behares, Gabbiani e Barrios (1993).

3.4 O *Dialecto Fronterizo* e a fundação de uma discursividade

Na introdução do volume temático sobre estudos sociolingüísticos na região rio-platense, publicada no periódico *International Journal of the Sociology of Language*, Elizaincín (1996) situa o início desses estudos e a organização dos espaços de produção lingüística a respeito das línguas em contato na região do Prata.

A partir do impulso que os estudos tomam no âmbito da dialetologia e, posteriormente, pelo surgimento da Sociolingüística, intensificam-se as pesquisas que se ocupam de correlacionar os fenômenos lingüísticos com os fenômenos sociais, onde se inserem as práticas lingüísticas resultantes do cruzamento das línguas portuguesa e espanhola nas zonas de fronteira.

A fundação de lugares específicos para desenvolver trabalhos nessas áreas contribuiu para uma produção científica regular e voltada para as questões específicas da região. Os estudos lingüísticos sobre as línguas da fronteira começam na área da Dialetologia.

En este sentido, marca una etapa fundamental de la fundación del Instituto de Filología de la Universidad de Buenos Aires, inicialmente dirigido por Amado Alonso. Al amparo de los conocimientos y experiencia de este estudioso, surgieron notables investigadores que en una importante serie de trabajos de gran vigor comienzan a echar luz sobre la fortuna del español en América en general y en Argentina en particular. Los importantes volúmenes de la BDH (Biblioteca de Dialectología Hispanoamericana) publicados por el instituto así lo testimonian. La labor desarrollada por ese centro de investigaciones fue ejemplar en el área del Río de la Plata. (Elizaincín, 1996, p.1).

Elizaincín (1996, p.5) esboza una historia de la producción de conocimientos lingüísticos en los países de la región, sobre todo, Paraguay y Uruguay. Él destaca que “una de las principales motivaciones para desarrollar enfoques que relacionan el lenguaje con la sociedad proviene de una situación de bilingüismo y contacto: el español y el portugués, que se encuentran a lo largo de la frontera Uruguay–Brasil”.

Este enfoque principal en el contacto entre las dos lenguas inicia-se con los trabajos de investigación de campo de Rona, por volta de 1957. Como profesor del departamento de Lingüística de la Universidad de la República – Uruguay e, apoyado por Eugênio Coseriu, profesor e director del departamento de Lingüística de la Universidad de la República, en Montevideo, Rona (1965) declara que, para inventariar los esquemas fonéticos del *Dialecto Fronterizo*, en su mapeamiento de las zonas dialectales, se sirvió de los esquemas de descripción fonémica propuestos por Coseriu, e este fue el aspecto de la estructura del dialecto que Rona dejó más completo. Él afirma que su trabajo

es resultado de observaciones directas del autor y de la colaboración de todas las escuelas primarias del país. Ha sido posible gracias a la constante ayuda de nuestro maestro y antecesor en la dirección del Departamento, Prof^o Eugenio Coseriu, a quien deseamos expresar nuestro agradecimiento por sus consejos, sus enseñanzas y sus opiniones. (Rona, 1965, p.5).

Embora RONA faça referência a uma publicação de 1948, de Carbajal, chamada *La penetración luso-brasileña en el Uruguay*, os estudos publicados até

então eram muito mais de caráter sócio-histórico, sem pretensões de fazer a descrição lingüística da região. Na verdade, fundada por Rona, na década de 50, a nova linha de investigação dos “estudios fronterizos”, enfocando as relações das línguas na fronteira tem sua continuidade institucional com os trabalhos de Elizaincín, Behares & Barrios (1987) e também com pesquisas de outros lingüistas, entre eles Hensey (1972) e Carvalho (1998).

Com esse quadro, poder-se-ia escolher um modo de entrada para configurar uma história das idéias lingüísticas: produção intelectual – a obra; os espaços institucionais da produção – centros, faculdades e os pesquisadores; um autor específico ou um grupo. Embora, neste caso, se tenha escolhido a obra inaugural sobre os estudos fronteiriços, é necessário levar em conta a constituição, por um lado, de um grupo de acadêmicos que desenvolviam pesquisas sobre temáticas afins, indicando mais uma vez uma tendência de pesquisa na região, incluindo o Brasil, de um modo geral.

Assim, houve o surgimento de centros nos quais se concentravam os estudos que buscavam a construção de uma rede de trocas de conhecimentos acadêmicos, embora muito tímida. A contemporaneidade de nomes de referência, dirigindo instituições ou organizando produtos de divulgação científica, como Serafim da Silva Neto, Amado Alonso e Eugênio Coseriu, dá indícios de um movimento supra-regional, não formalizado, mas identificável nas tendências epistemológicas e nas práticas de saberes em curso.²⁴

Elizaincín (1996), no texto de introdução do periódico, ao qual me referi anteriormente, reconheceu a necessidade de incluir trabalhos brasileiros em um panorama sobre a lingüística rio-platense, para que se pudesse apresentar melhor o cenário da produção acadêmica regional.

²⁴ Rona também ocupou esses lugares: foi decano da Faculdade de Humanidades e vice-diretor do Instituto de Estudios Superiores que publicava *Boletín de Filología*, publicação semestral dirigida por outro acadêmico, Adolfo Berro García, renomado gramático uruguaio dos anos 50 e 60.

Por outro lado, havia, no Brasil, emergência por autonomia dos estudos lingüísticos, buscando focar as questões lingüísticas nacionais, em consequência da institucionalização da lingüística como disciplina nas instituições de ensino superior ou centros de pesquisa (Guimarães, 2004).

3.5 Rona e uma produção de saberes lingüísticos

José Pedro Rona percorreu todas as instâncias institucionais: foi professor, catedrático e decano na mesma instituição em que foi aluno de Eugênio Coseriu e Berro García. Suas filiações teóricas estavam fortemente afetadas pelo estruturalismo. No entanto, foi na geografia dialetal que buscou os procedimentos metodológicos para investigar a presença do português em território uruguaio e a identificar, na zona fronteira Brasil-Uruguaí, a formação de um dialeto de base portuguesa – o *Dialecto Fronterizo*.

A primeira divulgação de seu trabalho dando conta da situação do português no Uruguaí ocorreu em encontros acadêmicos realizados no Brasil. Nessas ocasiões, pôde apresentar os resultados das pesquisas que vinha desenvolvendo na região fronteira desses países, antes de publicá-los, em 1963, como já mencionei. Dois anos mais tarde, publicou a versão final de suas pesquisas na Universidad de la República, onde atuava como professor.

Em uma nota da publicação de 1963, em que explica os fatores que contribuiriam para o cruzamento das línguas na zona fronteira, apresentou a metodologia de sua pesquisa, informando aí em que foros vinha divulgando seus estudos, tais como: I Congresso Brasileiro de Dialetologia e Etnografia, realizado em Porto Alegre, em 1958, e no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em Salvador, em 1959.

Além de divulgar os seus estudos sobre o *Dialecto Fronterizo*, Rona (1965) atuou como colaborador de revistas especializadas, no Brasil, no México, na Colômbia, mantendo-se em contato com a comunidade científica desses países. A

partir de 1964, passou a atuar na Universidade Otwa, Canadá, como catedrático de língua espanhola.

Dedicou-se à área da dialetologia, pois se interessava por questões lingüísticas específicas da região, caso do seu trabalho sobre o guarani no Paraguai ou sobre etimologias do espanhol rio-platense. Entre eles: *Extensión del Tipo Chaqueño de Lenguas, Vulgarización o Adaptación Diatrásica de Neologismos o Cultismos* (1962); *Sobre Algunas Etimologías Rioplatenses* (1963); *La Reprodución del Lenguaje Hablado en la Literatura Gauchesca* (1962); *Nuevos Elementos de la Lengua Charrua* (1964).

É um pioneiro nos estudos lingüísticos sobre as relações das línguas entre as fronteiras do espanhol e do português na América. Com isso, ele fundaria também a Lingüística Fronteira, instaurando já na década de 50, do século XX, uma tradição nos estudos lingüísticos sobre as línguas das fronteiras.

No seu trabalho inaugural, Rona (1959/1965) mapeou o *Dialecto Fronterizo*, descrevendo os modos da língua portuguesa se fazer presente na região. Decorre da sua iniciativa em estudar os dialetos fronteiriços a formulação do português fora das suas fronteiras nacionais como um objeto de pesquisa acadêmica. A relevância do objeto se reafirma como a sua contínua retomada por outros lingüistas, tornando regular a prática da pesquisa sobre o cruzamento das línguas nas zonas fronteiriças. Esse gesto funda uma tradição.

Mesmo fazendo um trabalho essencialmente descritivo e operando seus procedimentos de análise nos esquemas fônicos do dialeto e na variabilidade do léxico, Rona (1965) contribuiu de forma significativa para a proposição de outras hipóteses a respeito das características do sistema lingüístico das práticas fronteiriças em formação, como a variabilidade e a instabilidade, posteriormente descritas por Elizaincín, Behares & Barrios (1987).

Uma descrição mais ampla em relação à variabilidade e à instabilidade do *Dialecto Fronterizo* levou a afirmar que essa outra língua da fronteira se caracterizava por uma diversidade de *Dialectos Portugueses del Uruguay - DPUs*.

Tal designação passa a substituir a de *Fronterizo*. Mantém-se como dialeto pela instabilidade e variabilidade das formas. Não há uma regularidade do sistema que determine um dialeto comum de base portuguesa constante, a tal ponto, por exemplo, de se ter uma gramática de *dialecto mixto*, como resultado do contato contínuo entre as línguas. Portanto, são identificados pelos pesquisadores como *hablas o dialectos*.

Evidentemente tais características, interpretadas do ponto de vista dos estudos da significação, apresentam outro modo de olhar as condições das *hablas o dialectos*. Elas dizem, no próprio dialeto ou dialetos um estado das línguas, esse “estar em cruzamento”. Este é o funcionamento das práticas lingüísticas fronteiriças: o de estar se movendo entre as línguas e significando um outro espaço de enunciação, o Espaço de Enunciação Fronteiriço.

Estas características são constitutivas dos “DPU’s”. Este estar “entre dois mundos”, ter sentidos paradoxais é significar aí a própria Fronteira. A exterioridade da língua está significada no processo instável e variável do sistema. Está significada politicamente no conflito que constitui o cruzamento das línguas, que impede a regularidade do sistema.

No jogo das línguas, há um jogo de poder político, de disputa de espaços. Todo o conflito está significado na designação da nova prática e se constitui pelo dizer do acadêmico, do pesquisador que a tomou como objeto, atribuindo-lhe um nome e um significado. O português é uma língua do Uruguai, nas diferentes formas de se fazer existir: língua ou dialeto.

No Espaço de Enunciação Fronteiriço tais formas significam sempre uma relação direta com o português e, por ser com o português, essa relação remete ao embate das línguas, porque no jogo de domínio de uma ou outra das línguas da fronteira, incluindo-se o espanhol, a fronteira se presentifica na sua permanente contenção para assegurar a relação língua e nação.

Se o trabalho inaugural de Rona (1965) funda uma memória de dizeres, de dizeres e de sentidos sobre as línguas da fronteira e seus cruzamentos

as línguas portuguesa e espanhola. Quais sentidos são atribuídos a elas pelas designações dadas porque quem produz uma discursividade sobre este assunto?

É preciso partir de uma compreensão de que tais sentidos reescrevem e remetem continuamente sua vinculação com a nacionalidade, com o Estado intervencionista, com a contenção das fronteiras políticas. E que eles se constituem de modos diferentes, segundo os discursos produzidos sobre as línguas de fronteira.

O discurso acadêmico de Rona se constitui de idéias lingüísticas que conduzem a uma reafirmação do sentido de fronteira como o limite do Estado, as fronteiras lingüísticas dos mapas recortam territórios do mesmo modo que as fronteiras geográficas, há uma pequena distinção que está fluida entre as fronteiras. As línguas ocupam lugares hierárquicos determinados pelo domínio das línguas, atribuídos a partir dos sentidos constituídos nas textualidades produzidas na obra *Dialecto Fronterizo*.

No próximo capítulo, então, vamos analisar como a hierarquia das línguas se organiza a partir dos sentidos políticos que as línguas tomam com a entrada, no conjunto das línguas da fronteira, de uma outra prática designada por Rona (1965). Ela vai determinar outra organização para as línguas e novos sentidos políticos para essa distribuição.

CAPÍTULO 4 – DIALECTO FRONTERIZO: O ACONTECIMENTO E AS DESIGNAÇÕES

4.1 Um Acontecimento e uma História das Idéias Lingüísticas

Assim relatava, em 1822, Saint Hillaire²⁵:

Hoy cené en lo del padre Gomes, quien se comportó en forma extremadamente educada y amable. Note que los comensales, que eran todos portugueses, pero todos establecidos desde hace tiempo en el lugar, mezclaban mucho el español con su lengua. El español y el portugués se parecen tanto que, cuando uno sabe una de las dos lenguas, comprende la otra fácilmente, pero eso resulta que es muy difícil hablar una y otra sin confundirlas. Desde el momento que escuché españoles, siempre les entendí cuando me hablaron y ellos me comprenden también aunque que solo les hable en portugués.

Tomado como um Acontecimento, a publicação do texto *Dialecto Fronterizo en el Norte del Uruguay*, de José Pedro RONA, em 1965, marca não só a fundação de uma discursividade sobre as línguas em contato nas zonas de fronteira na América Latina como também permite, no quadro da História das Idéias Lingüísticas, fazer uma análise de como foi se regularizando uma produção de conhecimentos lingüísticos relativos às línguas praticadas nas zonas fronteiriças.

Na produção dos saberes lingüísticos, destaca-se a perspectiva do acadêmico que, ao abordar o contato lingüístico aí existente vai consolidando idéias, construindo conceitos, definindo objetos de investigação e significando modos de olhar a questão.

O surgimento de uma linha de investigação muito particular, como a que trata do cruzamento da língua portuguesa e da língua espanhola na região

²⁵ Texto traduzido para o espanhol, do original em francês, pelos autores de *Documentos para la Historia del Portugués en el Uruguay* (2005).

fronteira do Brasil com o Uruguai, coloca-nos um questionamento a respeito da política de línguas que se constitui nessas relações entre línguas. Os sentidos políticos do que se diz sobre as línguas praticadas nesse lugar têm conseqüências, inclusive, para uma História das Idéias Lingüísticas na América Latina.

Entende-se por sentido político aquele que remete à memória sócio-histórica das relações políticas de tais nações. A manutenção de um litígio que por longos anos sustentou o imaginário fronteiriço de que o outro é “hermano” mas também é o “inimigo”, retoma, nas línguas e nos dizeres sobre elas, o sentido geopolítico da fronteira, compreendida como o limite entre dois mundos.

Além disso, há sentidos políticos que estão significados na forma de organização das línguas da fronteira que o discurso acadêmico constrói. Conforme a distribuição que nele vai se configurando, projetadas por um locutor-pesquisador, as línguas têm relações de poder diferenciadas, e o lugar que ocupam é determinado pela hierarquia de poder que está signicada na enunciação.

Ao se reconhecer que, através de relações de poder, sobretudo pela disputa de espaços entre as línguas nacionais, as fronteiras lingüísticas se apresentam mais fluídas que as fronteiras geopolíticas, conduzimos a nossa hipótese de que o discurso acadêmico rediz outros discursos e significa outros sentidos das línguas que funcionam neste Espaço de Enunciação Fronteiriço.

Assim, esse Acontecimento, a primeira publicação de um produto de conhecimento lingüístico que aborda a língua portuguesa e os dialetos de base portuguesa, praticados no Uruguai, inaugura também (funda) um novo espaço de produção de saberes lingüísticos.

Tal Acontecimento se materializa em um discurso acadêmico a partir do qual se instaura uma historicidade sobre as línguas da fronteira. Funda-se, pois, uma memória de dizeres acadêmicos posteriormente retomada pelos

pesquisadores no percurso de produção científica que se firmou ao persistirem na abordagem de questões relativas às línguas da fronteira.

O primeiro resultado do trabalho pioneiro de Rona (1965) coloca em discussão a identificação da formação e da distribuição das práticas lingüísticas do cruzamento das línguas, designada por ele, de modo geral, como *Dialecto Fronterizo*. Essa designação funda uma sucessão de outras designações, marcando justamente o movimento que elas vão dar ao percurso de novas práticas de conhecimento.

Designar as práticas do cruzamento lingüístico é trazer para o debate o sentido das línguas afetado pelo lugar que lhe foi conferido no discurso acadêmico, construindo-se um quadro das línguas da fronteira. O ato de designá-las por parte do pesquisador é um gesto de sentido político que faz com que as línguas signifiquem afetadas por uma teoria lingüística, por uma metodologia, por concepções e ideologias.

O procedimento da designação permite interpretar as práticas de linguagem pela constituição de sentidos. Elas se enunciam constituídas na projeção do dizer, pelo funcionamento das línguas enquanto expostas a uma relação contínua. A atribuição de sentidos da discursividade acadêmica não é necessariamente a mesma do falante ao reportar às línguas que pratica.

Embora se encontrem referências dos lingüistas sobre “nomes” que os próprios falantes dão às línguas, as designações dadas por eles absorvem outros aspectos e esses passam a constituir relações de sentidos distintas das do pesquisador quando funcionam no Espaço de Enunciação Fronteiriço. O que afeta a relação dos falantes com as línguas nem sempre é perceptível ao olhar do lingüista. O lingüista tem uma perspectiva dessa relação segundo suas próprias posições ideológicas, suas crenças acadêmicas e sua orientação teórica.

Localizado sobre os chamados horizontes de projeção e de retrospectção propostos por Aurox (1992), a nomeação de *Dialecto Fronterizo*, dada por Rona (1965) é o Acontecimento discursivo fundador. Levando em conta aqui o conceito

de discurso fundador de Orlandi (1993, p. 13), para quem o discurso fundador institui uma memória do dizer, tanto pelo que projeta como pelo que pode, a partir desse fato, instituir de memória, criando *uma tradição de sentidos*.

Fazendo um recorte sobre o eixo diacrônico, a História das Idéias Lingüísticas já consolidada pela tradição nos estudos lingüísticos fronteiriços define nela mesma, de um modo muito específico, a organização das práticas lingüísticas fronteiriças, uma organização, como já afirmei, projetada no Espaço de Enunciação Fronteiriço pelo discurso acadêmico sobre a questão das línguas em relação.

De acordo com Guimarães (2002, p.59), a temporalidade é constitutiva do Acontecimento: “o que caracteriza o acontecimento não é um fato no tempo. Ou seja, não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes no tempo. O que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza”.

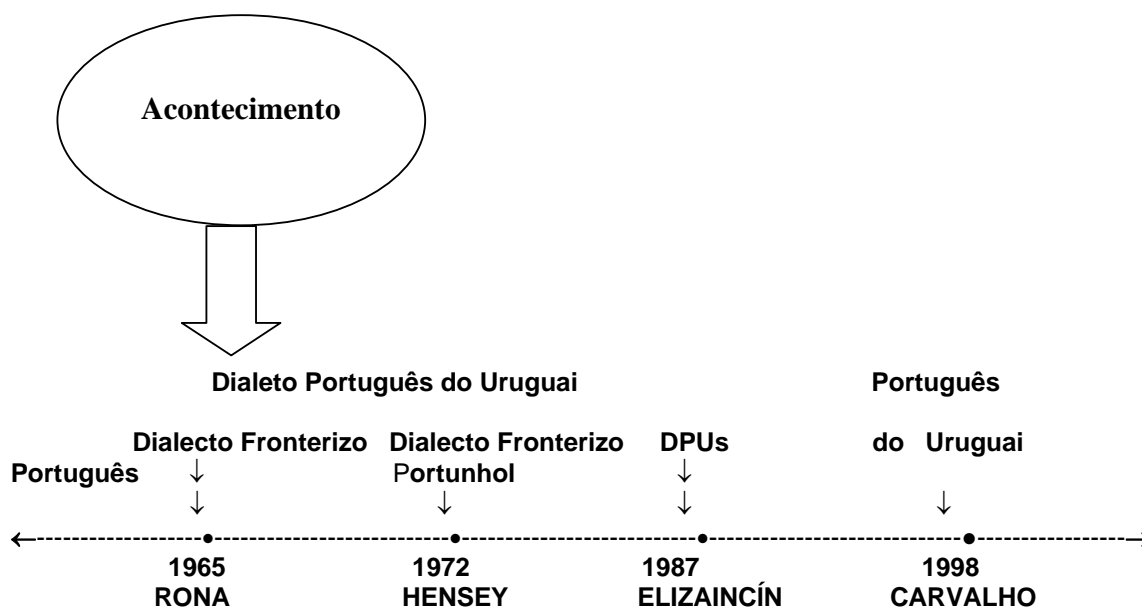
Como Acontecimento, a obra *Dialecto Fronterizo en el Norte del Uruguay*, marca o começo de um percurso temporal na produção de saberes, que é cronológico. Porém, sobre ele o Acontecimento Enunciativo cria uma outra ordem, que tem uma historicidade não determinada pelo cronológico, mas costurada no plano das idéias.

A seguir, descrevo como se construiu essa tradição de estudos lingüísticos. Apresento o percurso segundo as datas de divulgação e a publicação dos principais estudos e pesquisas em relação às línguas em contato na fronteira, partindo do seu marco fundacional, que foram os trabalhos iniciados, em 1957, por Rona e publicados em 1963 e 1965.

Na seqüência, vieram os estudos de Hensey (1972), logo os de Elizaincín, Behares & Barrios (1987) e, por último, o de Carvalho (1998). Esses trabalhos tomaram basicamente três designações; todas tratam do fenômeno do cruzamento das línguas na fronteira Brasil-Uruguaí: “Dialecto Fronterizo”; “Portunhol”; “Dialectos Portugueses del Uruguay – DPUs.”

Retomando a localização dos estudos no horizonte de projeção, situamos agora a produção de conhecimentos bem como a alternância e as remissões das designações atribuídas ao resultado do cruzamento das línguas, dadas pelos pesquisadores.

Para ilustrar:



A designação *Dialecto Fronterizo* é o ponto de partida para as demais designações que são atribuídas à mistura das línguas portuguesa e espanhola. Há uma sucessividade de procedimentos de reescrituração na qual se têm especificações, generalizações ou remissões. A designação é um mecanismo semântico que afeta diretamente a política que ordena hierarquicamente os lugares de cada língua e o modo como se relacionam entre si, conforme os sentidos que a elas se atribuem no discurso acadêmico.

O Locutor-Acadêmico, ao abordar a mistura das línguas e ao dar a ela um outro nome, pode evidenciar ou apagar o que é parte do cruzamento. Pode remeter, por exemplo, à constituição desse cruzamento, como em “Portunhol”, mesmo quando o domínio de uma das línguas esteja significado graficamente, como em “Dialectos Portugueses del Uruguay”, ou em designações mais associadas ao aspecto diatópico, como em “Fronterizo”.

Nesse sentido, a representação espacial feita por Rona (1963/1965), distribuindo os limites territoriais dos *Fronterizos*, remete às línguas dominantes em cada zona mapeada. Porém, ambos *Fronterizos*, “portugués e castellano”, que descrevem as variedades desse cruzamento de línguas, funcionam como predicções do “Dialecto Mixto”, que foi a primeira designação dada por Rona (1963). A predicção é um mecanismo semântico de atribuição de sentidos. Ao ser desmembrado nessas variedades, o *Dialecto Fronterizo* significa dentro dele outras práticas lingüísticas.

A remissão sistemática à língua portuguesa, tanto no processo de designação das práticas do contato como no reconhecimento de que ela também é uma língua do território uruguaio, ocorre por dois fatores: ao fato de o português se manter como uma das línguas da região, de forma hegemônica. E, pela identificação do seu funcionamento morfossintático e fonético-fonológico enquanto língua matriz de um dialeto, de uma outra língua praticada pelos falantes.

Considerando tais fatores, ao se analisar a nomeação dada à(s) prática(s) lingüística(s) resultantes da mistura das línguas, repetidas, substituídas ou acrescidas tem-se na designação uma atribuição de sentidos políticos. Isso nos permite interpretar como o fator político funciona quando constitui uma hierarquia para as línguas da fronteira, determinando sua organização e distribuição, bem como compreendê-los através das relações existentes entre as duas dominantes em contato com as demais práticas surgidas do cruzamento, com as quais dividem um espaço enunciativo fora dos seus domínios geopolíticos nacionais, no qual funcionam em uma relação de litígio ou de convivência.

4.2 A designação das línguas da fronteira

Na fronteira, se perguntamos quais línguas se falam ali, provavelmente os falantes atribuirão nomes às suas práticas lingüísticas como Português, Brasileiro, Brasileiro ou Espanhol, Castelhana, e ainda, Fronterizo, Portunhol ou DPUs. A partir do que significam politicamente essas designações para o discurso acadêmico, organiza-se uma distribuição para as línguas da fronteira. E o sentido político de cada uma delas se constitui pela ordem hierárquica que configura o conjunto dessas línguas.

A designação, como categoria semântica, apresenta-se na língua através de expressões nominais e constituem seus sentidos no espaço de enunciação das línguas projetado pelo discurso acadêmico, a exemplo da predicação dos *Fronterizos*, que instruem semanticamente um dos mapas lingüísticos feitos por Rona (1965). Os sentidos políticos, nesse caso, são aqueles atribuídos pela perspectiva de um Locutor-Acadêmico ou de um Locutor-Falante. O primeiro, ao representar o discurso do saber lingüístico; o segundo, ao significar sua relação de falante com as línguas que pratica.

Para exemplificar a primeira situação, Elizaincín, Behares & Barrios (1987, p.12), ao abordarem o cruzamento das línguas da fronteira, retomam designações, denominadas por eles como oriundas de “formas populares”, como “carimbão”, “brasileiro” e “basaño.” Já o “portuñol” seria uma designação mais neutra e dada por indivíduos mais cultos. E, por último, o “fronterizo”, designação dada por Rona (1963/1965) e oportunamente retomada por Hensey (1969/1972).

Embora Rona (1965, p.7) faça menção ao uso do termo *Fronterizo*, pois “los mismos habitantes de esta región llaman *dialecto fronterizo*,” ele confere a esse termo uma nova significação, quando o toma para nomear seu objeto de pesquisa e o relaciona com outras variedades que se produzem em fronteiras em que essas línguas também se encontram e se mesclam.

Já Hensey (1969/1972) utiliza “Portunhol”, “Fronterizo” e “Português do Uruguai” como sinônimos. Todos, de um modo ou de outro, remetem ao fenômeno do cruzamento das línguas portuguesa e espanhola nas zonas de fronteira do Brasil com o Uruguai. Entram, ainda, no grupo de designações, os “DPUs – Dialectos Portugueses del Uruguay”, definidos e nomeados por Elizaincín, Behares & Barrios (1987).

Ao titular a obra *Nos falemo brasileiro. Dialectos Portugueses en Uruguay*, os pesquisadores retomam uma expressão popular para significar a concomitância das línguas, reproduzindo, no enunciado do título, um fala de fronteiroço, de um falante que também atribui nomes para a língua da fronteira, tal como no primeiro segmento do título *Nos falemo brasileiro*.

No entanto, na seqüência, especifica-se essa fala em uma nova designação, validada pelo saber acadêmico que a legitima como fato lingüístico. E a legitimação do conhecimento, posteriormente, revalida-se por um processo, em curso, de incorporação dessas designações por parte dos falantes para a mistura de línguas, que uns chamam de “Fronterizo”, outros de “Portunhol” e outros de “DPUs.”

Hace ya algún tiempo hemos comenzado a usar el término DPU, sigla de “Dialectos Portugueses del Uruguay” (...) El término “dialecto” se justifica por ser, quizás, el más neutro de todos y el que menos nos compromete (en el estado actual de nuestros conocimientos) acerca del *status* de estas formas. (Elizaincín, Behares & Barrios, 1987, p. 13).

A referência a “brasileiro” e o uso da preposição *en*, diferentemente de dizer Dialectos Portugueses *del* Uruguay, produz aí um sentido de apagamento do conflito na relação das línguas, que é político. O sentido de propriedade desse português é a persistência da associação do sentimento de nacionalidade com a língua dos fronteiroços que, na sua maioria, são brasileiros ou descendentes de luso-brasileiros. Embora, no discurso acadêmico, eles ocupem um lugar de

informante, eles se significam como sujeito, por dizer na língua uma posição de como é o seu estado de estar entre línguas.

A oscilação no uso da preposição *en* e *del*, na designação da prática do cruzamento, é a mesma instabilidade que a descrição do sistema dessa prática apresenta, de acordo com esses lingüistas. Isso coloca em constante conflito o reconhecimento da presença do português como base dos dialetos e como dever ou não incorporar o português como uma das línguas da nação ou apenas atribuir-lhe um “estar *no* Uruguai”, tal como vimos no título da obra, significando não mais um pertencimento a algo, mas o lugar no qual também é praticada. Mas, ao reaparecer no corpo do texto, já significa aí uma prática lingüística exclusiva do território uruguaio, inserindo-se, portanto, no grupo de línguas do país.

Outro sentido político que se constitui no EspaçoDe Enunciação Fronteriço, projetado pelo locutor-acadêmico, é o do litígio que se dá na disputa dos espaços, às vezes muito fluido pelas condições próprias do que é “habitar la frontera” (Camblong, 1989). Há um *status* colocado para cada língua, que determina o grau de reconhecimento, inclusive, institucional das práticas lingüísticas fronteiriças. É importante ressaltar que o português não está dito como uma língua de uma nação dentro de outra nação. Ou seja, a língua falada no Brasil também se fala “no Uruguai”, mas uma língua da qual se formou uma variedade e que o discurso acadêmico incorporou como parte das línguas “*do Uruguai*”. Evidentemente, porque também o Estado produz um discurso político de incorporação dos filhos de imigrantes brasileiros.

Passada quase duas décadas de utilização da sigla DPUs e outras designações como *Portuñol* e *Brasilero*, ainda assim elas têm sentidos de uma antinacionalidade para o conservadorismo político dos discursos nacionalistas.

[...] es un hecho incuestionable que la promoción del español transformó la región de monolingüe portuguesa para bilingüe español/DPU, y que estos últimos han resultado fuertemente estigmatizados no sólo por quedar marginados de la educación, sino básicamente por un discurso recurrente que insiste en identificar

“uruguayo” como “hablante de español”, y en repetir que el portuñol es una mezcla espúrea que debe ser substituída por un “español verdadero.” (Barrios, 2004)

Assim como Rona (1965) se refere ao *Fronterizo* como um nome que os falantes já atribuíam à mistura de línguas que se praticavam na região da fronteira e, depois de Elizaincín, Behares & Barrios (1987) retomarem no título de seu trabalho uma fala que ilustraria, então, este DPU, a existência de outra prática lingüística na fronteira é reconhecida pela sua relação com as línguas nacionais, mesmo quando ela é designada por locutores diferentes. E o Acontecimento no qual se enunciavam línguas nacionais já não é o mesmo, porque o Espaço de Enunciação Fronteiriço se constituiu, então, pela entrada das práticas lingüísticas fronteiriças.

Rona (1965) procede do mesmo modo quando designa o Espanhol, língua nacional do Uruguai, de Castelhana, dizendo ter tomando essa designação dos próprios falantes. No entanto, Castellano é sabidamente uma designação que os sul-rio-grandenses atribuem tanto para a procedência, ou seja, para identificar uruguaios e argentinos indistintamente, como também por ser um sinônimo de espanhol, da língua falada por eles. É provável que, para a população brasileira residente em terras uruguaias, falante de português e também de *Fronterizo*, composta por gaúchos na sua maioria, o termo “Castelhana” se aplique com o mesmo sentido.

“Castelhana” ou “Castelhanos” remete aos indivíduos que estão do outro lado da fronteira brasileira. O nome tem, ainda, um caráter pejorativo, o de inimigo. “Castelhana” é ambíguo – reescreve memórias de litígio, de conflito, mas também de identidade. Um exemplo de como os dois sentidos circulam, especialmente, no português gaúcho, encontramos no verbete “castelhana”, descrito por Romaguera Córrea (1898), na obra *Vocabulário sul-rio-grandense*.

[..] oriental. O filho da República Oriental e também da Argentina. É, porém, mais empregado em relação aos primeiros, com os quais também os espanhóis,

quando eram possuidores daquele país, andaram sempre em luta com os portugueses e brasileiros e especialmente os rio-grandenses que, com intenção deprimente, empregam este vocábulo, derivado do nome de Castela. É uma herança que recebemos dos nossos antepassados, os portugueses, quando em contínuas lutas e rivalidades com os filhos do reino de Castela e com toda a Espanha, apelidavam de *castelhanos*²⁶ aos espanhóis em geral. (Spalding, 1960, p. 109).

A definição do verbete é uma síntese histórica não da palavra, mas da sua memória. Embora mantenha uma relação com o passado europeu, o uso de “Castelhano” como sinônimo de Espanhol é bem mais para marcar as nacionalidades portuguesa e espanhola na América. Nesse sentido, “Castelhano” não remete ao nome original do vernáculo romance que se oficializou como língua de um país. Nas fronteiras persistiu o sentido político da nacionalidade.

O *Fronterizo* significa para os seus praticantes como o marcador de uma posição política, de estar entre as línguas. Essa designação traz para dentro do espaço enunciativo significações constituídas e afetadas por fatores extralingüísticos, marcando uma diferenciação em relação ao resto da nação, como se na Fronteira, por sua natureza instável, houvesse um processo identitário em curso.

Em relação ao “Portunhol”, os sentidos podem ser outros, pois tem sido recorrente nos discursos acadêmicos, como os da Lingüística Aplicada, definir um processo intermediário de aprendizagem do espanhol por aprendizes brasileiros. Porém, é uma designação para qual não cabe o inverso. O “Portunhol” designa uma prática lingüística deficitária, uma passagem entre uma língua e outra, por isso nem uma língua nem outra. Nesse caso, não está significada por se constituir em uma relação entre línguas tal como ocorre com as línguas da fronteira (Sturza, 2004).

²⁶ Esta acepção relacionada à identidade de argentinos e uruguaios continua nos verbetes dos dicionários atuais. (Grifo meu)

No discurso acadêmico sobre o resultado do cruzamento das línguas, essa prática de linguagem se insere no quadro das línguas da fronteira; está definida pelo resultado do cruzamento das línguas portuguesa e espanhola e funciona com esse sentido para os falantes e para os pesquisadores.

O uso da designação “Portunhol”, em qualquer dos casos, é variável e pouco preciso. Mesmo assim significa um lugar de determinação e de domínio do português no produto da mistura. É o seu sentido político, pois tem sua designação constituída por um dizer a respeito de um estágio de aprendizagem do espanhol por parte dos falantes de português. Por outro lado, também diz e significa a própria prática lingüística no qual o português tem domínio constitutivo.

As designações retomadas nos discursos acadêmicos, e é disso que trataremos especialmente neste capítulo, significadas a partir do ponto de vista de um Locutor-Acadêmico, têm sentidos políticos afetados por fatores de orientação teórica, ideologias, posições político-científicas. Designar as práticas lingüísticas fronteiriças já é em si mesmo um ato político.

4.3 Dois lugares do dizer: o verbal e o mapa

4.3.1 No mapa: um dialeto e duas designações

Para proceder à interpretação dos sentidos políticos das designações no discurso do lingüista e da conseqüente organização das línguas que nele se configura, tomarei os textos como modo entrada para análise. Seleccionarei os enunciados nas suas duas formas de apresentação: o verbal e o mapa. Ambas as textualidades são complementares na medida em que os enunciados que as constituem têm as designações reescrituradas, dizendo e significando as línguas de distintos modos.

Para interpretar os sentidos dessa distribuição, parte-se da hipótese de que o processo designativo, projetado pelos dizeres do discurso acadêmico, configura

a distribuição das práticas, determinando os seus sentidos políticos. Os sentidos se constituem por uma rede de remissões que determinam um lugar para cada língua e como elas se relacionam entre si. Vamos tomar aqui, para análise, a obra de Rona. Seu discurso acadêmico projeta um quadro de distribuição para as línguas da fronteira.

Nos enunciados, as designações funcionam semanticamente através dos mecanismos da reescrituração, com uma remissão constante às línguas e às suas relações. As expressões nominais, que configuram o funcionamento morfossintático das designações, apresentam-se como nomes para essas línguas.

Já no seu funcionamento semântico, os nomes estão constituídos de sentidos tanto por se referirem ao português como ao espanhol, nos diferentes modos em que eles estão ditos nos enunciados, incluindo as variedades que formam a terceira língua da fronteira: o *Fronterizo*. O funcionamento semântico das expressões nominais relativas às línguas está afetado por um dizer sobre as línguas, no qual o cruzamento lingüístico na fronteira é designado, e esse é o objeto de minha análise.

Os operadores enunciativos da reescrituração, como a substituição, a repetição, a definição, o acréscimo, entre outros, constituem os sentidos das designações que são atribuídas ao resultado do cruzamento das línguas portuguesa e espanhola.

Exemplos:

a) *Cuando empezamos a estudiar el español hablado en el Uruguay, no esperábamos en ningún momento encontrar un dialecto portugués en el territorio de nuestro país;*

b) *apenas podíamos informar de la mera existencia de un dialecto mixto, com base aparentemente portuguesa.*

c) El “Dialecto Fronterizo” es el resultado de la mezcla del castellano hablado en el Uruguay y del portugués hablado en la parte meridional del Rio Grande do Sul.

Nos enunciados acima, vimos como, por meio de um procedimento de reescrituração, o mecanismo da definição opera no discurso do autor: de un dialecto portugués; logo substituído por un dialecto mixto, con base aparentemente portuguesa. Por fim, recebe o nome de “Dialecto Fronterizo”, a partir do qual se dá todo o processo designativo das práticas lingüísticas fronteiriças ao longo da história dos estudos lingüísticos sobre o cruzamento das línguas nas zonas de fronteira.

Além disso, há aqui outros recursos argumentativos, como a especificação do dialeto misto que está relacionada à sua constituição pelo português, em con base aparentemente portuguesa e português hablado en la parte meridional del Rio Grande do Sul. Neste “mixto”, está dito que o cruzamento se constitui por um lugar de domínio político do português.

Outro mecanismo é a substituição. Tem-se, sucessivamente, *dialecto portugués* remetendo a *dialecto mixto* e, na seqüência, a *Dialecto Fronterizo*. Todas essas expressões nominais significam os modos de presença do português que, politicamente, vai organizando um lugar na hierarquia das línguas, por este domínio na formação do, então, *Dialecto Fronterizo*.

Desse modo, o discurso do lingüista coloca para as zonas fronteiriças a existência de uma assimetria na relação das línguas, quando atribui um sentido político de dominação do português na constituição do cruzamento, mesmo quando ele está reescriturado nos enunciados como “mixto” ou “fronterizo”.

Referir-se ao português com outro nome produz um outro sentido para o português. Como no exemplo anterior, o português que aí se fala não é apenas um português brasileiro, mas um português brasileiro do Rio Grande do Sul (Rona, 1965).

Tomaremos agora o mapa. No seu título aparece uma expressão referencial que contém o nome *Dialecto Fronterizo* que, através de um procedimento próprio do modo de enunciar em mapas, correlaciona outras expressões referenciais às regiões a que remetem. E nessa medida vemos que *Dialecto Fronterizo* é reescrito pela enunciação de *Fronterizo Portugués* e *Fronterizo Castellano*. Uma terceira referenciação é feita por uma expressão meramente espacial, *Zona de San Carlos*.

O mapa como texto também está projetando um Espaço de Enunciação Fronteiriço, no qual o português é a língua focada. Influenciando (*Fronterizo Castellano*), sendo a base (*Fronterizo Portugués*) ou por remeter ao português procedente da imigração lusa, anterior à que ocorreu na fronteira (*Zona de San Carlos*).

Para Guimarães (2002, p. 60), o “mapa como texto” não é a narrativa de um fato ou, neste caso, a descrição dos departamentos fronteiriços nos quais as línguas e as suas variedades são praticadas. Aqui ele é um modo distinto da linguagem funcionar, o mapa é “uma instrução semântica” que orienta como é possível encontrar algo.

Se considerarmos as legendas utilizadas como indicação interpretativa do mapa dialetal, vamos ver que as práticas lingüísticas se interpenetram nas zonas geográficas, ainda que não coincidam totalmente. A contigüidade das línguas em espaços geográficos bilíngües havia sido mencionada por Rona (1965) quando propôs uma divisão das zonas dialetais da América menos alinhada às fronteiras nacionais.

As práticas de contato identificadas por Rona - *Fronterizo Portugués* e *Fronterizo Castellano*, de acordo com distribuição projetada pelo seu discurso, entram na hierarquia das línguas de Fronteira como línguas minoritárias, são *hablas locales* (Rona, 1963). Essa distribuição gráfica segue, em princípio, a linha geográfica que separa os Departamentos. Nesse caso, então, o sentido das

designações está afetado por um modo do Estado se fazer presente na configuração das línguas da fronteira uruguaia.

Na distribuição do *Fronterizo Portugués*, essa prática só pode ser significada como dominante e hegemônica ao significar uma geografia como espaço da enunciação das línguas. E a variedade está circunscrita à área de presença étnica e sócio-econômica brasileira, mas fora do seu sentido como língua do Estado. Nessa faixa de domínio, ela é dominante enquanto língua materna dos brasileiros que vivem nessa zona.

Já o *Fronterizo Castellano* está dizendo que a língua matriz é o espanhol. Ele é *Fronterizo* porque o português é parte constitutiva dessa variedade. Aí foi significada pelo outro elemento par, *Fronterizo Portugués*. Ambas se correlacionam e se distribuem em coexistência com as línguas nacionais.

A chamada *Zona de San Carlos* significa outras condições históricas sobre a relação português/espanhol neste espaço. Trata-se de uma zona de presença de imigrantes lusos vindos para a região antes da entrada de brasileiros no norte do Uruguai. É um outro modo de o português entrar no espaço enunciativo do espanhol além dos limites fronteiriços.

Nesse sentido, cabe retomar a definição do verbete “Castellano”, citado anteriormente, em que se reproduzem as condições históricas da relação entre essas línguas. Há uma memória que traz para a enunciação um passado das línguas, suas vinculações com a Europa e, portanto, com as línguas dos colonizadores.

Da mesma maneira, o espanhol ou o castelhano (sinônimo utilizado por Rona e que marca uma relação de identidade com os falantes) constituem uma outra variedade, também incluída nesta distribuição das línguas. Nessa variedade, o português entra com a língua fornecedora de empréstimos.

É interessante observar que esses modos de dizer *Dialecto Fronterizo*, *Fronterizo Portugués* e *Fronterizo Castellano*, funcionam, no seu conjunto, como um modo de significar Fronterizo entre o português e o castelhano, num processo

em que *Fronterizo*, mesmo aparecendo como o determinado dos sintagmas *Fronterizo Portugués* e *Fronterizo Castellano*, determinam semanticamente português e castellano. Isto se constitui pela elipse de Dialecto nas reescrituras que o especificam (*Fronterizo Portugués* e *Fronterizo Castellano*). (Figura 5).

Em outras condições de funcionamento enunciativo, poderíamos, por exemplo, pensar sobre algo como “Português da Fronteira” e “Castellano da Fronteira”. São paráfrases que reportam a um modo de dizer sobre as línguas, determinando-as pelo valor da variedade no âmbito das línguas nacionais.

No Rio Grande do Sul, um dos recortes feitos por Bisol (1988), em relação às características do falar do gaúcho, faz significar o português da região da fronteira por sua relação com o espanhol rio-platense (variedade do espanhol argentino e uruguaio). Por outro lado, o espanhol da fronteira recebe este nome de “Castellano” por incorporação de um nome que lhe foi atribuído pelos falantes luso-brasileiros, demarcando aí os limites da nacionalidade, pela recuperação de uma memória histórica da língua.

Nos enunciados do mapa se determina uma ordem de distribuição para as línguas da fronteira, que também se projeta a partir do discurso acadêmico de Rona. Sobrepondo o verbal e o mapa, configura-se um quadro no qual se desenha uma política de línguas para a região.

No mapa, o desmembramento dos *Fronterizos*, especifica a diversidade das práticas lingüísticas. Tal modo de distribuição é retomado, no verbal, relacionado às condições históricas da maior presença de uma ou outra língua nacional: o português ou o espanhol. Porém, a designação de *Fronterizo Castellano* e *Fronterizo Portugués* é o que define o “Dialecto” resultante da extensão da presença dessas línguas na constituição da prática lingüística do cruzamento.

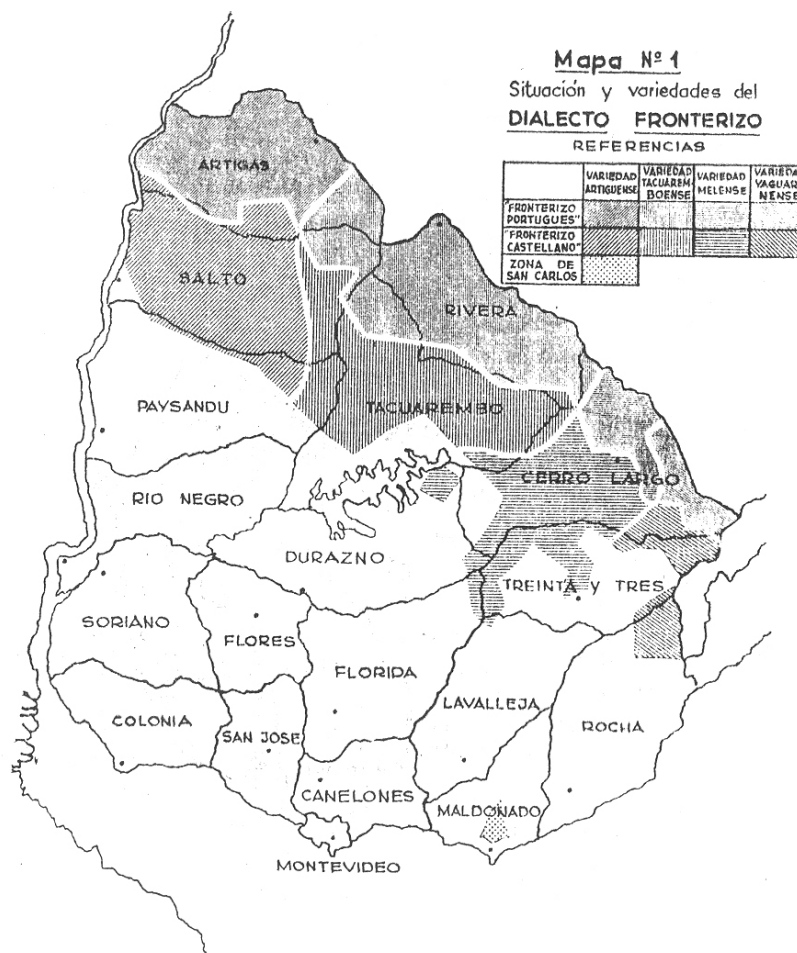


FIGURA 5 – Mapa do “Dialecto Fronterizo”. Rona (1965)

Pela distribuição que é construída semanticamente no discurso acadêmico, as línguas se recobrem de outros sentidos, constituídos dentro dessas relações. Elas determinam uma configuração organizacional que decorre de três condições, dadas pelo próprio objeto de análise: o discurso acadêmico projeta um Espaço de Enunciação Fronteiriço; a escolha metodológica do autor infere sentidos sobre o processo de designação da variedade do cruzamento; ambas as condições anteriores estão afetadas pela orientação teórica do autor. E todas as três são significadas em cada designação que é dada às práticas.

Ao propor uma identificação diatópica do *Dialecto Fronterizo*, por isso a necessidade de mapeá-lo, Rona (1965) descreve as zonas dos *Fronterizos* coincidindo com o movimento de expansão da língua portuguesa para dentro do território uruguaio até iniciar a zona de contenção pela presença da língua do Estado, o espanhol.

Como vemos no mapa, as zonas das línguas não coincidem bem com o corte geopolítico, pois são zonas de intepenetração social entre as fronteiras, nas quais as línguas praticadas se colocam como fator de rompimento dos limites geopolíticos. E nem sempre elas são as línguas do Estado.

Essa proposição de Rona (1965), de identificar dois *fronterizos*, como variedade dialetal de uma língua fronteiriça geral – o *Dialecto Fronterizo*, leva-nos a concluir que, primeiro, é para indicar a língua base, sendo que está restrita à maior ou menor proximidade da língua nacional da qual se originam. Segundo, manter o nome *Fronterizo* permite que ele continue persistindo em um objeto de pesquisa aplicável para outras zonas de fronteira, o que de fato acontece, ao abordá-lo em outras investigações que realiza na fronteira Brasil-Argentina.

Se o mapa é uma instrução semântica, ele aqui descreve e inscreve essas designações, reportando aos sentidos que também se repetem no texto. Mesmo que, no decorrer do texto, a reescrituração se apresente de forma variada, pelos recursos enunciativos em funcionamento, é justamente a diversidade que possibilita que os sentidos das designações se constituam em um conjunto de dizeres. E o mapa entra como mais um artefato do conhecimento que Rona produziu na construção de um saber lingüístico.

4.3.2 Designando um outro português

De todas as designações das práticas lingüísticas fronteiriças, a de *Fronterizo* nos interessa, sobretudo, porque ela remete à constituição de um objeto de construção conceitual de Rona, e se funda em um Acontecimento de

Enunciação particular e fundador. O *Dialecto Fronterizo* é, então, um conceito para este Espaço de Enunciação Fronteiriço, que inaugura uma nova história das idéias lingüísticas, a de um discurso sobre as línguas em contato.

O ato de nomear e designar de Rona (1965) tem repercursões políticas, tanto para o quadro de produção científica na área da lingüística rio-platense como para a construção de dizeres, sejam eles conceitos, especificação do objeto, formulação de princípios, novos procedimentos. A sua prática acadêmica constrói um conjunto de saberes sobre a questão das línguas em contato e marca um espaço na história da lingüística latino-americana.

A designação de *Dialecto Fronterizo* coloca em curso uma sucessão de outras designações que vão variar de acordo com as vertentes epistemológicas nas quais se orientam os pesquisadores, entre eles os já citados Hensey (1969), Elizaincín, Barrios & Behares (1987) e Carvalho (1998).

Carvalho (2004, p. 145), que tem o trabalho mais recente de descrição e análise das práticas lingüísticas fronteiriças, sobretudo em relação ao português praticado no Uruguai, propõe uma perspectiva de estudo sobre o *Português do Uruguai*, que considera a variabilidade desse português como um processo interno da própria gramática da língua, tal como acontece no português do Brasil.

Essa proposta retira do debate as práticas lingüísticas como o *Fronterizo* ou DPUs enquanto resultantes do cruzamento das línguas, deslocando o foco inaugural de Rona sobre línguas em contato. Centra-se no português do Uruguai no qual descreve mudanças lingüísticas que seriam internas e próprias de situações de línguas que se mesclam. Nesse caso, têm influência do espanhol e resultam na formação de um dialecto do português rural.

A característica do “contínuo dialectal entre o PUR e o PBU²⁷ substitui a dicotomia entre fronteiriço e português, ao demonstrar que o repertório lingüístico dos riverenses contém características de ambas variedades, e o uso de uma ou

²⁷ As siglas são, respectivamente, PUR – Português Uruguaio Rural e PBU – Português Brasileiro Urbano.

outra não é categórico, mas condicionado por fatores extralingüísticos” (Carvalho, 2004, p. 145).

Renomear as práticas lingüísticas fronteiriças é não só atribuir-lhes novos sentidos, mas também significá-las em um outro Acontecimento. É o aparecimento de saberes lingüísticos diferentes daqueles que se produziram com a obra fundadora de Rona (1965). No entanto, ele se constitui de uma memória que reporta ao conhecimento lingüístico praticado pelo lingüista. Isso quer dizer que o discurso fundador se retoma nas novas práticas de saberes lingüísticos sobre a questão do português no Uruguai. Em relação à discursividade sobre as línguas da fronteira, há, então, um movimento nos horizontes de projeção e de retrospectção.

Por essa razão, retornarei a esse ponto a fim de analisar como os discursos acadêmicos, no eixo diacrônico da produção de conhecimentos lingüísticos, redizem a problemática da mistura das línguas e a significam politicamente ao estarem afetadas por uma historicidade distinta daquela na qual se produziu a obra de Rona. Se nos colocarmos hoje relativamente ao percurso dos estudos lingüísticos até o momento e considerarmos a designação *Dialecto Fronterizo* como ponto de partida, pelo fato de ser ela fundadora do discurso da Lingüística Fronteriza, nos movimentamos em um horizonte de retrospectção.

Desse modo, todo o movimento em direção ao passado ou como projeção de um futuro, que configura a temporalidade do Acontecimento, pode ser realizado sobre o percurso dos estudos lingüísticos sobre a situação das línguas em contato na fronteira Brasil–Uruguai. Dependendo de onde se queira fazer o corte, esses horizontes vão ter direcionalidades distintas.

Com esse sentido, vou selecionar enunciados em que a designação da variedade do cruzamento está constituída também pelas condições histórico-geográficas, étnicas e sociais. No espaço de enunciação, as designações enunciam as línguas e as reescreveram nas diferentes expressões nominais que as

significam pela diversidade, configurando o conjunto das línguas da fronteira. Aí há uma política de línguas.

Na seqüência, vou reproduzir fragmentos do texto de Rona, de 1965. Embora não seja o primeiro texto de divulgação do seu trabalho, é a obra na qual, pela primeira vez, ele nomeia a variedade do cruzamento entre o português e o espanhol, praticada na fronteira Brasil-Uruguai, como *Fronterizo*. Além disso, essa é a versão final do seu trabalho, quando já havia concluído parte da sua pesquisa, descrevendo e analisando a estrutura do sistema fonêmico do *Dialecto Fronterizo*. Ao analisar o sistema fônico desse dialeto, Rona (1965, p. 27) afirma que ele é um sistema resultante da mistura do português e do espanhol, sendo “un sistema nuevo”, que daria então existência ao *Fronterizo*.

Quando parte para a análise dos seus dados, enfatiza “examinemos, pues, los factores que intervienen en la formación de este sistema Fronterizo. Nos referimos, naturalmente, *al Fronterizo Português*”. Aqui ele deixa claro que, como prática lingüística fronteira, o *Dialecto Fronterizo* resulta das mudanças que ocorreram no português e no espanhol. E esse já não corresponde a nenhum dos sistemas dessas línguas. É outra língua.

Selecionei os enunciados do texto, recortando-os sempre e quando aparecem referências ao português e ao dialeto, uma vez que o português está presente (estes elementos estão marcados). Considerarei o espanhol por ser também constitutivo do Espaço de Enunciação Fronteira no qual as línguas da fronteira se enunciam. Esse espaço é determinado pela perspectiva de um locutor-acadêmico. Ele é quem atribui um sentido político, no funcionamento enunciativo, que diz qual é a hierarquia que organiza a distribuição das línguas, como elas se relacionam e quais sentidos políticos têm sua distribuição nas relações entre as línguas e as nações, nas regiões fronteiriças do Brasil com os países da bacia do rio da Prata.

Para descrição e análise desse aspecto, como já dissemos antes, tomaremos a noção de Reescrituação de Guimarães (2005), para quem a

“Reescrituração é o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si. Este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado”.

Cada vez que o português aparece nos enunciados recortados do texto, por exemplo, ao referir a língua, ele é determinado e modalizado por seu funcionamento morfossintático e semântico, em expressões como *un dialecto portuguê*s, *un dialecto evidentemente portuguê*s, *del portugués hablado en la parte meridional del Río Grande del Sur, evidentemente portugués, al menos principalmente portuguê*s, *los elementos portugueses también*.

A língua portuguesa se nomeia de diferentes maneiras e se predica algo sobre ela tanto quanto se modaliza o modo como ela significa sua presença na constituição de uma outra língua da fronteira. Como essa prática já existe como dialeto, ela vai, ao longo das suas aparições no texto, construindo uma semântica para o conjunto das designações.

Há nos enunciados do texto recursos enunciativos que operam como uma reaparição da língua portuguesa, sobretudo por estar identificada como a língua base do *Dialecto Fronterizo*. Em um enunciado, ela aparece, por exemplo, como “portuguesismos”: “En la tercera zona” – decíamos – que se habla castellano, con gran cantidad de *portuguesismos*, sobre todo léxicos, pero también algunos morfológicos. En cambio, la fonética ya es puramente castellana, y la palabras tomadas del *portugués* están adaptadas al sistema general del castellano” (p. 7).

A palavra *Portuguesismos* não está aqui apenas substituindo o *Fronterizo Portugués*, tal como apresenta o mapa. Ela está colocada no Espaço de Enunciação dizendo uma outra forma da língua portuguesa estar presente no espaço enunciativo do espanhol. Aqui substitui e, ao mesmo tempo, acresce um novo sentido para a hierarquia que as línguas tomam no quadro que vai se desenhando.

A substituição de *portuguê*s por *portuguesismos* significa uma condição arcaizante da língua portuguesa em coexistência com o espanhol, por suas raízes

lusas. Este “ismo” pode ser relacionado a uma idéia de conservação de uma prática dos antigos ocupantes lusos em território uruguaio, antes mesmo dos brasileiros, quando o território era um espaço geográfico vazio entre os domínios do reino de Portugal e Espanha na América.

Outro mecanismo de funcionamento semântico da designação remetida ao português é o acréscimo, significando uma especificação, como *portugués hablado en la parte meridional del Río Grande del Sur* para trazer aqui uma inclusão de um português que é uma variedade da língua nacional.

Este *Dialecto Fronterizo* é, então, o cruzamento de uma variedade do português (Rio Grande do Sul) com uma língua nacional (o espanhol), o que acrescenta uma remissão ao geográfico e ao histórico. Sendo assim, designar especificamente as práticas do cruzamento é, antes de tudo, significar o funcionamento das línguas dominantes sobre o funcionamento das práticas lingüísticas cotidianas, não-formais.

Agruparei os fragmentos, considerando essas três práticas lingüísticas. No entanto, devo ressaltar que elas podem estar presentes em um mesmo enunciado. Nesse caso, destacarei a que é no momento objeto de análise e também procederei a uma análise do conjunto.

A distribuição das línguas, segundo a hierarquia das relações entre as práticas lingüísticas, projetadas no discurso acadêmico de Rona, está organizada pelas duas línguas nacionais – português e espanhol (ou “castellano”) e o *Dialecto Fronterizo* (que se subdivide em dois, conforme a língua matriz da sua formação).

A partir das reescrituras do *Dialecto Fronterizo*, pode-se configurar um lugar para a língua da fronteira, que é tecida na materialidade lingüística por mecanismos semânticos, assim como suas variantes, *fronterizo portugués* e *fronterizo castellano*, que também se enunciam como designações e compartilham o mesmo Espaço de Enunciação Fronteriço com as línguas nacionais, que aí também se enunciam.

A reescrituração desses sintagmas nominais faz com que as designações reapareçam em diferentes enunciados, criando uma rede de significações fundamentais para constituir os sentidos políticos das línguas da fronteira.

Assim, a reescrituração verbal nos dá o funcionamento semântico das designações, através de mecanismos como:

1- Reportar ao cruzamento das línguas

Por substituição

1.1- “En 1958, en comunicación presentada al I Congreso Brasileño de Dialectología y Etnografía, apenas podíamos informar la mera existencia de *un dialecto mixto*, con base aparentemente portuguesa.” (p.5).

Por definição

1.2 – “El *Dialecto Fronterizo* es el resultado de la mezcla del castellano hablado en el Uruguay y del portugués hablado en la parte meridional del Río Grande del Sur.” (p.5).

2 - Remeter ao português

Por especificação de Dialeto Fronterizo por SN contendo português como determinante:

2.1 – “Cuando empezamos estudiar el español hablado en el Uruguay, no esperábamos en ningún momento encontrar *un dialecto portugués* en el territorio de nuestro país.” (p. 5).

2.2 – “...en el *fronterizo portugués* predominan los rasgos fónicos portugueses y, en el *fronterizo castellano*, los del español.” (p.18).

2.3 - “Se trata en consecuencia, de *un dialecto evidentemente portugués* con influencia castellana.” (p.7).

3- Remeter às variedades do cruzamento

Por enumeração a propósito de Dialeto Fronterizo

3.1 – “...en el *fronterizo portugués* predominan los rasgos fónicos portugueses y, en el *fronterizo castellano*, los del español. Sin embargo, *ambos fronterizos* tienen en común el constituir um sistema único transmitido, en vez de la dualidad sistema transmitido/sistema adquirido que se da en los individuos bilíngües.” (p.18).

3.2 – “...hemos trabado mejor conocimiento con las particularidades de estas zonas lingüísticas y, por conseguinte, hablamos ahora de *dos dialectos fronterizos distintos*.” (p.7).

3.3 – “..las influencias léxicas, morfológicas y sintácticas portuguesas, aunque numerosas, no llegan a predominar. Aquí pues, estamos frente a *un dialecto del castellano, con influencia portuguesa*”. (p.8)

3.4 – “Se trata en consecuencia, de *un dialecto evidentemente portugués* con influencia castellana.” (p.7).

4 - Remeter ao português e ao espanhol

Por definição

4.1 – “De la segunda zona decíamos que correspondia a lo que “ los mismos habitantes de esta región llaman *dialecto fronterizo*. *Consiste este en una mezcla de portugués y español, pero que no es ni portugués ni español* y resulta ininteligible tanto para los brasileños como para los uruguayos.” ²⁸ Esto es, que en la cada hablada hay trozos enteros que resultan incomprensibles para los *lusos-hablantes e hispano-hablantes* que no conocen el *fronterizo*.” (p.7).

Por substituição

4.2 – “En la tercera zona” – decíamos – que se habla *castellano*, con gran cantidad de *portuguesismos*, sobre todo léxicos, pero también algunos morfológicos. En cambio, la fonética ya es puramente castellana, y la palabras tomadas del *portugués* están adaptadas al sistema general del *castellano*.” (p. 7).

5 - Predicar algo às práticas lingüísticas da fronteira

Por acréscimo a uma designação, com valor predicativo

5.1 – “En 1958, en comunicación presentada al I Congreso Brasileño de Dialectología y Etnografía, apenas podíamos informar la mera existencia de un dialecto mixto, *con base aparentemente portuguesa*.” (p.5).

²⁸ Esta afirmação Rona (1965:7) retoma do texto publicado em 1963.

5.2 – “El Dialecto Fronterizo es el resultado de la mezcla del castellano hablado en el Uruguay y *del portugués hablado en la parte meridional del Río Grande del Sur.*” (p. 5).

5.3 – “El primero, que corresponde a la que denominábamos “segunda zona”, tiene un sistema fonológico, si no total, *al menos principalmente portugués* y un léxico en el cual predominan *los elementos portugueses también*. Se trata, en consecuencia, de un dialecto *evidentemente portugués con influencia castellana.*” (p.7).

5.4 – “El Dialecto Fronterizo es el resultado de la mezcla *del castellano hablado en el Uruguay* y del portugués hablado en la parte meridional del Río Grande del Sur.” (p.5).

5.5 – “Se trata en consecuencia, de un dialecto evidentemente *portugués con influencia castellana.*” (p.7).

Tanto no texto como no mapa, reescribir é retomar *Dialecto Fronterizo* como um fenômeno típico de zonas fronteiriças em que há o contato lingüístico, significando o lugar do objeto de investigação científica. Mas é também a atribuição de lugares para essas línguas, nem sempre coincidentes com os recortes geográficos.

Nesse sentido, Rona (1965, p. 8) afirma: “En consecuencia la verdadera frontera lingüística entre el español y el portugués se encuentra, en el Uruguay, en el límite entre estos dos “dialectos fronterizos”, esto es, en la línea blanca aproximadamente paralela a la frontera política y que separa los dos tipos de rayado”.

O cruzamento das línguas – como o “mixto”, a “mezcla”, indica aí apenas o contato. Caracteriza a direção dos influxos de uma língua que domina a outra,

resultando na formação de um dialeto no qual a língua matriz é uma segunda língua. “Se trata, en consecuencia, de un dialecto *evidentemente portugués* con influencia castellana”.

Este “mixto”, no item 5.1, identifica, em princípio, a própria incerteza quanto à formação do dialeto, refere-se ao modo como as línguas se cruzam. O *aparentemente* vai sendo deslocado à medida que a análise dos dados recolhidos pelo lingüista identifica a base do *Dialecto Fronterizo* como *evidentemente portuguesa*.

Se o *dialecto mixto* é substituído por *Dialecto Fronterizo*, quando esse dialeto recebe, então, um nome, também a base de tal dialeto vai sendo especificada, ao deixar de ser *aparentemente* para ser *evidentemente*. Essas modalizações determinam, na discursividade, a constituição do sentido político que se origina no reconhecimento do domínio do português no processo do cruzamento. No entanto, a atribuição de um nome como *Fronterizo* não só remete ao geográfico como também significa o apagamento dos nomes das línguas dais quais se constitui, nem mesmo se tem aí alguma referência ao processo, como em “mixto”.

No texto verbal, as afirmações se constituem pelo crescente afinamento do objeto de investigação e da especificidade do objeto para a produção do conhecimento lingüístico sobre as línguas em contato nas zonas fronteiriças do Brasil com o Uruguai.

No enunciado 5.3, *un dialecto evidentemente portugués con influencia castellana*, coloca-se o português como a língua receptora das influências. Ela aqui está significada como uma língua da região que, mesmo não sendo o idioma nacional, ainda assim é uma língua do Uruguai. Isso ocorre por sua extensão e domínio entre as práticas aí existentes. Se retomarmos o mapa, o *Fronterizo Portugués* – tal como no enunciado 3.1, recortado do texto, significa a ocupação luso-brasileira em todos os departamentos fronteiriços ao longo da fronteira do Uruguai com Brasil. Pela língua o Brasil está dentro do Uruguai.

O *Fronterizo Portugués* como o *Fronterizo Castellano* são designados por Rona por corresponderem a: Fronteiriço Português → base portuguesa → influência espanhola; Fronteiriço Castelhanu → base espanhola → influência portuguesa, portanto *dos dialectos fronterizos distintos*. Porém, se levarmos em conta que a língua portuguesa continua aí, significada nos dois fronteiriços, é porque está incluída neste quadro das línguas da fronteira. É a língua que domina e organiza as demais práticas.

Segundo essa posição da Lingüística sobre as relações das línguas e seguindo a perspectiva assumida pelo locutor-acadêmico, ao dar nomes a essas práticas, dividindo-as, o Espaço de Enunciação Fronteiriço se caracteriza por dar um lugar privilegiado ao português, independente de tomá-lo como a língua nacional do país vizinho. Isso implica descrever o lugar de outras línguas portuguesas.

Há, assim, que considerar dois princípios que determinariam, então, uma ordem hierárquica para a distribuição das línguas, a unidade e a diversidade. A unidade está significada pela manutenção da relação das línguas nacionais e seus Estados. Por exemplo, a separação das zonas de influência das línguas nacionais, descritas no mapa, no qual a fronteira lingüística tende a estar colada à fronteira política. Entende-se que a fronteira política de influência da língua portuguesa corresponde à zona de fixação das comunidades luso-brasileiras e de grande hegemonia da língua portuguesa.

Por outro lado, a diversidade está determinada pela relação das práticas locais e as zonas fronteiriças. Nesse último caso, no texto há uma remissão (enunciado 5.2) a um português que tem heterogeneidade. E a língua que passa sobre as fronteiras territoriais é este outro português: *portugués hablado en la parte meridional del Río Grande del Sur*.

Tanto a unidade como a diversidade implicam uma relação de poder entre as línguas. Há, pois, práticas lingüísticas mais privilegiadas e outras

estigmatizadas²⁹. No caso do *Dialecto Fronterizo*, no próprio discurso acadêmico, atribui-se a ele um lugar de conseqüência, de resultado que está determinado pelas zonas de influência das línguas dominantes, ainda que, para os falantes como os das zonas rurais, conforme descrevem Elizaincín, Barrios & Behares (1987), a única língua praticada seja, justamente, uma língua minoritária em relação à língua nacional.

O que muda na política de línguas projetada por uma perspectiva discursiva é que há outras relações entre as línguas praticadas que tem sentidos constituídos nesses dizeres sobre elas. E que somente podem ser enunciados em um Espaço de Enunciação muito específico, que é este das línguas de fronteira. O discurso do investigador projeta um novo olhar sobre o funcionamento das línguas.

A perspectiva do discurso científico é que coloca as línguas nesta ordem. Está formulada a partir da questão das línguas em contato nas fronteiras, que se colocam como constitutivas de um “problema fronterizo”.

4.4 Sentidos políticos e distribuição das línguas da fronteira

Nos enunciados a seguir, recortados do texto de Rona, nos quais estamos analisando o sentido da designação *Dialecto Fronterizo*, as práticas lingüísticas fronteiriças são também significadas pelo modo como o locutor-acadêmico organizou seus dizeres. Os três aspectos destacados remetem a uma ordem do dizer.

²⁹ Neste sentido, Barrios (2004) realiza um trabalho de atitudes lingüísticas em relação a essas práticas e de como o nacionalismo uruguaio trata das chamadas línguas minoritárias.

1 - Designação e Definição

1.a) “ El Dialecto Fronterizo [es el resultado de la mezcla del castellano hablado en el Uruguay y del portugués hablado en la parte meridional del Río Grande del Sur].” (p.5).

1.b) “Consiste este en [una mezcla de portugués y español, pero que no es ni portugués ni español y resulta ininteligible tanto para brasileños como para los uruguayos].” (p.7).

1.c) “Se trata en consecuencia, de [un dialecto evidentemente portugués con influencia castellana].” (p.7).

Nos três enunciados, encontramos uma reescrituração de *Dialecto Fronterizo* por definição. As expressões nominais destacadas nos enunciados significam a definição da prática lingüística do contato pelo estado das línguas, quer dizer, pela conseqüência da situação na qual se encontram e se relacionam, se cruzando ou se misturando. Tem-se a identificação do objeto parcialmente designado, primeiramente nomeado segundo a língua base que estrutura esta variedade do contato, que é uma língua da região.

Nos três enunciados, a definição especifica quais línguas estão em relação. Em 1.a, a definição fala da relação entre o espanhol, língua nacional do Uruguai e de uma variedade do português; em 1.b, a definição é mais genérica, pois fala da relação entre o português e o espanhol.

No enunciado 1.c, está dita e significada uma distribuição política das línguas em uma relação que tomou o português como dominante. Em qualquer um dos três casos rompe-se, parcialmente com a crença de que o Uruguai era um estado monolíngüe. Este reconhecimento implica inserir, no quadro das línguas praticadas no país, uma língua (o espanhol) e uma variedade (o português do Rio

Grande do Sul) de uma língua nacional com o qual este Estado manteve litígios sobre os territórios fronteiriços.

Tomemos agora um outro modo de determinação do sentido de *Dialecto Fronterizo*. Considerem os enunciados a seguir, levando em conta a caracterização que aí se faz.

2 - Designação e Descrição (História)

2.a) “Cuando estudiamos los orígenes de los actuales dialectos fronterizos, debe tenerse en cuenta que no se trata de una influencia del portugués sobre el castellano (ya que no había aquí población hispánica antes de la llegada y establecimiento de los brasileños), sino, al revés, *de la influencia del castellano sobre una base portuguesa.*” (p.8).

2.b) “La formación del “Dialecto Fronterizo” se debe, pues a *la superposición de hábitos lingüísticos portugueses y castellanos.*” (p.11).

Quando se refere à formação do *Dialecto Fronterizo*, a descrição histórica é colocada como uma natural consequência da relação das línguas. Em 2.a, a palavra “influencia” (ou seja, do português sobre o espanhol) significa aqui a dominação de uma língua sobre a outra. Já em 2.b, a formação já não é significada como assimétrica quanto ao grau de influências. Se há superposição de hábitos lingüísticos é porque uma língua cedeu espaço para a outra.

Na organização geral do texto de Rona, o seu discurso científico vai especificando e precisando as características do *Dialecto Fronterizo*. Em 2.a, observamos a hipótese inicial de que em tal zona fronteiriça se praticava um espanhol influenciado pelo português, é substituída pelo reconhecimento da presença massiva da língua portuguesa tal como é particularizada no enunciado 2.b, significando que a dominância do português caracteriza o *Dialecto Fronterizo*.

Afirmar “la influencia del castellano sobre una base portuguesa” é dizer que a formação do dialeto está determinada pela língua portuguesa, projetando-lhe outros sentidos para este português brasileiro, que se constitui em uma língua de fronteira ao compartilhar espaços enunciativos fronteiriços, fora da sua esfera como língua nacional.

Além disso, é uma variedade do português que entra em contato com outra língua nacional, fora do âmbito geopolítico do Estado Brasileiro. Este outro português, como vimos anteriormente, entra no domínio das línguas do Uruguai. Esta variedade do português do Rio Grande do Sul retoma uma memória, a da história de formação da sociedade fronteiriça.

Ainda como modo de melhor caracterizar a designação de *Dialecto Fronterizo*, podemos observar o modo como o autor fala de sua distribuição no espaço. Tomemos os enunciados a seguir.

3- Designação e Descrição (da Distribuição Geográfica)

3.a) “...las isoglosas portuguesas, portadas por los colonos, llegan hasta el límite meridional de la zona de frontera, separándola del resto del Uruguay.. En cambio, las isoglosas castellanas, ya sea pertenecientes a pobladores uruguayos del Sur, o bien acarreadas por la influencia del Estado, llegan hasta la frontera política, separando así del Brasil la franja fronteriza. Por lo tanto, toda la franja fronteriza está comprendida, al mismo tiempo, en un sistema de isoglosas portugués y en otro castellano.” (p.12).

3.b) “No se trata de elegir entre hablar en portugués o hablar castellano. Se trata más bien de un doble juego de posibilidades que están simultaneamente a disposición de cada hablante, y entre las cuales puede elegir, en el discurso, ya unas ya otras.” (p.12).

Como vimos, pelas análises da designação, feitas até aqui, há um espaço geográfico ocupado lingüisticamente pela língua portuguesa. Nos mapas, o zoneamento significa uma remissão das designações dos dialetos através da operação semântica da reescrituração. A apresentação gráfica reporta à organização das línguas projetada no verbal.

No conjunto das designações, *Dialecto Fronterizo*, *Fronterizo Portugués*, *Fronterizo Castellano*, *DPU*s (*Dialectos Portugueses del Uruguay*) a nação brasileira se insere pela língua e pelas práticas lingüísticas dos brasileiros. É uma representação da nação brasileira que mantém a sua língua nacional. Na materialidade lingüística, o português ocupa espaços enunciativos do espanhol, com ele constituindo um espaço de enunciação no qual os limites dos domínios são determinados pela base da prática lingüística que se forma na contigüidade dos contatos entre as línguas.

Vamos agora à questão da distribuição no espaço. No enunciado 3.a, *las isoglosas portuguesas*, reporta ao lugar do falante, *portadas por los colonos*. E são identificadas por uma distribuição geográfica. Ou seja, pertence a uma zona de colonização luso-brasileira. Os critérios de distribuição seguem uma linha de ocupação social e outra política.

O interessante é que aqui o conflito se significa pela sua constância. Colocando o português como uma língua de dentro do país, logo como uma sua segunda língua, neste espaço pensado como de domínio exclusivo do espanhol. E, ao mesmo tempo, também como uma língua estrangeira. Em resumo, a língua portuguesa se distribui por dois estatutos: como segunda língua, lugar que o falante lhe atribui (como se vê em 3.b), e língua estrangeira, lugar que o Estado lhe atribui.

Esse fato vai possibilitar que, posteriormente, outros autores como Hensey (1972) e Elizaincín, Behares & Barrios (1987) e mesmo Carvalho (1998) designem este dialeto por esta base *evidentemente* portuguesa, chamando-o de *Portugués del Uruguay* (ou *Dialectos – DPU*s). O sentido político da presença da língua

portuguesa é pensando, então, a partir da apropriação da língua portuguesa não só por parte do Estado Uruguaio como também pela comunidade acadêmica que produz conhecimento sobre o assunto. Com este sentido político, ela é a língua dos luso-brasileiros com nacionalidade uruguaia.

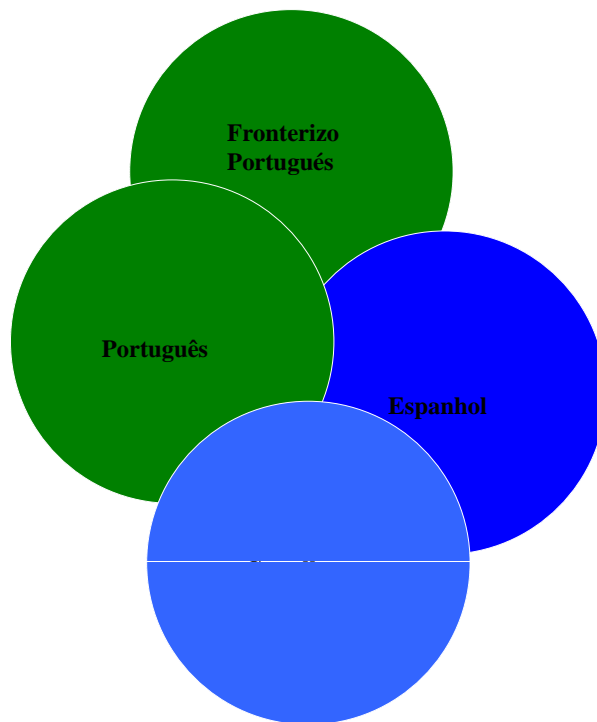
A interpretação das designações, legendadas no mapa, consideradas como enunciados, assim como os outros modos de significar essas mesmas designações nos enunciados recortados do texto, permitiram que se configurasse, no plano das idéias, um quadro de distribuição das línguas da fronteira, projetado pelo discurso deste locutor-acadêmico, que representamos a seguir.

No plano discursivo as relações entre as línguas se constituem afetadas pelo ponto de vista de um locutor-acadêmico, que organiza distintamente a maneira como estão distribuídas essas línguas no plano narrativo dos discursos sobre as línguas.

Quando estamos considerando o espaço de enunciação, essa organização tem a temporalidade que é própria do Acontecimento. Ela recupera uma memória do dizer, por exemplo, significando esta constância da língua portuguesa como a língua à qual todas as demais se reportam.

Nesse sentido, os significados políticos se reforçam pela exterioridade da língua, pelo que está fora e afeta. No Espaço de Enunciação Fronteiriço o português é dominante, ou como língua matriz de formação dos dialetos do contato, ou por manter-se hegemônica política e economicamente como a língua de prestígio da sociedade fronteiriça.

Embora tenha diminuído este lugar de domínio pela política de inclusão do “castelhano” nas esferas do Estado, freando-se os espaços de circulação da língua portuguesa, ainda assim a presença do português se dá de dois modos: no caso dos bilíngües, que dominam o espanhol e o português e, no caso dos monolíngües, que dominam apenas o dialeto português.



A situação de bilingüismo dos falantes fronteiriços já descritas pelos pesquisadores se representa no espaço de enunciação, como nos exemplos que destaquei no Capítulo 3. O locutor-falante enuncia nas duas línguas e sobre as línguas.

E, segundo Rona (1965), o falante não se posiciona como alguém que escolhe a língua que pratica. Isto comprova como os falantes absorvem a língua, estão constituídos por ela. A possibilidade de se mover entre elas é dada por este espaço enunciação fronteiriço.

Como afirma Rona (1965, p.12), “no se trata de elegir entre hablar portugués o hablar en castellano. Se trata más bien de un doble juego de posibilidades que están simultáneamente a disposición de cada hablante, y entre las cuales puede elegir, en el discurso, ya unas, ya otras.”

Na perspectiva desse Locutor-Acadêmico a distribuição das línguas apresenta uma organização determinada por essas possibilidades. Ainda que exista uma faixa de interpenetração contínua entre as línguas, aí onde elas se relacionam, elas permanecem, ao mesmo tempo, contidas pela sua vinculação com o Estado, como línguas nacionais. A entrada do Espanhol na fronteira, como o idioma nacional, lhe dá um lugar paralelo ao português como língua da nacionalidade. Os dialetos gravitam entre as duas línguas nacionais e vão construindo uma rede de relações lingüísticas, que constituem, por fim, um conjunto de práticas lingüísticas fronteiriças.

O litígio é dos Estados, por isso as línguas nacionais disputam o lugar do dizer. As demais práticas têm os sentidos políticos que os falantes lhes dão e que são outros. A língua do Estado nem sempre é a língua do povo. E as línguas designadas no discurso significam este movimento típico das relações fronteiriças, que se constituem no encontro do que é o mesmo, mas que é contido pelo que lhe é diferente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, que está inserido na História das Idéias Lingüísticas, é, antes de tudo, uma história da língua portuguesa do Brasil fora dos seus limites territoriais. A presença do português no Uruguai se deu por um processo de ocupação lingüística, em conseqüência de um processo imigratório nas fronteiras entre Brasil e Uruguai. Considerando essas condições, a presença do português no território uruguaio está afetada pelas determinações sociopolíticas que definiram como a língua de domínio na zona da fronteira do Brasil e Uruguai. Institui-se, assim, como uma língua de poder.

Embora tenha sido deslocada desse lugar de poder, em conseqüência do projeto de alfabetização implementado pelo Uruguai, no final do século XIX, a língua portuguesa seguiu se mantendo como uma língua de referência para a população fronteiriça do norte uruguaio, sobretudo por ser reconhecida como uma segunda língua dos fronteiriços e por se manter como língua materna dos descendentes de imigrantes luso-brasileiros. Além disso, é a língua matriz de uma outra prática lingüística, resultado do contato com o espanhol, praticada por descendentes desses imigrantes e por populações fronteiriças pouco letradas, inclusive, sendo a única língua praticada por esses grupos.

A intervenção do Estado uruguaio modificou a relação das línguas. Sendo assim, a unidade da língua de ocupação – o português – é afetada pela inserção da língua escolar – o espanhol – que também é a língua do Estado. O contato entre essas línguas se instaura como parte do cotidiano das comunidades fronteiriças e logo se dá o cruzamento entre elas.

Como resultado, essas novas práticas lingüísticas começam a circular com mais freqüência. O Espaço de Enunciação Fronteiriço vai ser modificado pela maior circulação das práticas de linguagem, denominadas pelos pesquisadores como *Dialectos: Fronterizo ou DPUs*. Portanto, as línguas passam a se organizar

determinadas pelas relações entre as línguas da fronteira. E suas relações se orientam pela diversidade.

Nesse sentido, há uma política de línguas que deriva de uma ação do Estado, determinando a instauração de uma política de línguas que se organiza pelo discurso sobre as contínuas e intensas relações entre as duas línguas nacionais. O Estado uruguaio, ao obrigar a alfabetização de toda população do Uruguai, incluindo os brasileiros residentes nas suas fronteiras, no idioma nacional, o espanhol, promoveu a ascensão das práticas lingüísticas constituídas no contato entre o português e o espanhol.

Uma outra política de línguas se configura a partir do ponto de vista do locutor-acadêmico, de quem produz conhecimento lingüístico sobre as línguas em contato, a exemplo do texto pioneiro de Rona. Essa política atribui um lugar às línguas de fronteira, que está dito e significado no discurso acadêmico.

A narrativa do percurso da produção do conhecimento lingüístico sobre as práticas lingüísticas fronteiriças mostra também como a própria disciplinarização dos estudos, na chamada Lingüística Fronteriza instituiu uma regularidade nas pesquisas sobre a questão do cruzamento das línguas portuguesa e espanhola.

Por essa razão, a discursividade que se constitui nos produtos de conhecimento lingüístico também organiza uma ordem para a distribuição das línguas da fronteira segundo o modo como elas se relacionam no Espaço de Enunciação Fronteiriço.

No caso das línguas portuguesa e espanhola, a política de línguas projetada pelo discurso acadêmico faz significar a heterogeneidade lingüística da qual se constituem quando elas se enunciam no Espaço de Enunciação Fronteiriço. Nele, elas têm outros sentidos políticos, porque não reportam aos meus sentidos constituídos nos espaços de enunciação quando funcionam como línguas da nação.

No plano das idéias, a organização das línguas é, então, significada pelo discurso de quem pratica esse conhecimento. O pioneirismo de José Pedro Rona não está exatamente no formalizar uma questão centrada no contato de línguas nas zonas de fronteira do Brasil com o Uruguai, mas está na fundação de um debate, muitas vezes disperso e imperceptível, que é o de designar uma prática lingüística em uso, ainda sem descrição e análise e, portanto, sem o reconhecimento e a legitimidade do dizer científico.

O gesto de dar um nome para com ele designar uma prática lingüística fronteiriça, como *Dialecto Fronterizo*, significa, neste plano das idéias, a insistência sobre um objeto de investigação sobre o qual produz saberes lingüísticos. A discursividade fundada por Rona dá conteúdo para a Lingüística Fronteriza e define uma política de línguas configurada na materialidade do seu discurso, no seu modo de enunciar sobre as línguas da fronteira.

A designação de *Dialecto Fronterizo* para esse cruzamento funda uma sucessividade de projeções de sentidos políticos para as práticas lingüísticas fronteiriças, que vão aparecer como um novo Acontecimento. No entanto, como Acontecimento fundador sobre o cruzamento das línguas, materializado nas textualidades da obra *Dialecto Fronterizo en el Norte del Uruguay*, é também um discurso fundador da designação.

Se considerarmos que a história dessas línguas é feita a partir da perspectiva de um locutor-acadêmico, que se posiciona na língua espanhola, o português é a língua que entra no espaço de enunciação como o objeto de pesquisa, dividindo o espaço com a língua que se fala, em que se realiza a discursividade. Logo, as línguas se enunciam diferentemente no discurso acadêmico.

A língua do *dizer sobre* não é a língua sobre a qual se diz algo. Isso determina que as posições do dizer acadêmico, embora coloquem as línguas em um mesmo estatuto, não dá a elas a mesma representatividade, porque a língua do saber acadêmico é a língua que legitima um conhecimento; a outra está dita

como a língua da qual se produz conhecimento. E assim se faz, porque seu lugar como objeto deriva de seu lugar como intrusa, como ameaça ao ideal de monolingüismo dos Estados nacionais, em que se atribui à língua uma relação simbólica com a idéia de nacionalidade.

A hegemonia da língua portuguesa é também significada pelo lugar hierárquico no domínio e na determinação sobre o modo de distribuição das línguas, segundo o que se projetou no discurso das textulidades produzidas como conhecimento por Rona. Em contrapartida ao lugar político do português, o espanhol como a língua dos saberes lingüísticos ocupa, hegemonicamente, outro espaço. São esses sentidos políticos que constituem uma História das Idéias Lingüísticas sobre o cruzamento das línguas nas zonas de fronteira.

As idéias lingüísticas significadas no discurso acadêmico, ao tratar das línguas pelo fato lingüístico do contato, retira do debate a caracterização das línguas vinculada à unidade nacional ou ao modo em que ocorre o seu processo de aquisição por parte dos falantes fronteiriços. Não há, assim, na perspectiva política das relações entre línguas e falantes, uma língua nacional, ou uma língua matern, ou uma segunda língua. No conjunto, todas são Línguas de Fronteira.

BIBLIOGRAFIA

- ACHARD, Pierre. (1989). Um ideal monolíngüe In: VERMES, Geneviève & BOUTET, Josiane (Orgs.). *Multilingüismo*. Campinas-SP: Ed. Unicamp, p. 31-55.
- AUROUX, Sylvain. (1992). *Revolução tecnológica da gramatização*. Campinas-SP: Ed. Unicamp.
- BARRIOS, Graciela *et al.* (1993). Planificación y políticas lingüísticas en Uruguay. IZTAPALAPA. Revista de Ciências Sociais y Humanidades. Ed. UAM: México, n. 29, v.13, p.177-190.
- BARRIOS, Graciela. (2002). Políticas lingüísticas en el Uruguay: estándares vs. dialectos en la región fronteriza uruguayo-brasileña. Boletim da ABRALIN, n. 24, p.65-82.
- BARRIOS, Graciela. (2004). Políticas lingüísticas y grupos minoritarios en el Uruguay. *Revista de Estudios de Sociolingüística*. Vigo - Espanha (no prelo).
- BEHARES, Luis. (1996). Historia y discurso sobre educación en zonas de frontera. In: _____. *Fronteiras, Educação, Integração*. Santa Maria-RS: Ed. Pallotti, p.25-34.
- BENVENISTE, Émile. (1989). *Problemas de lingüística geral II*. Traduzido por Eduardo Guimarães. Campinas-SP: Pontes.
- BERTOLOTTI, CAVIGLIA, COLL & FERNANDEZ. (2005). *Documentos para la historia del portugués en el Uruguay*. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República.
- BISOL, Leda. (1988). A vogal pré-tônica e a diversidade dialetal. *Ilha do Desterro: Sociolingüística*. Florianópolis, UFSC, n. 20, p. 9-18.
- BUNSE, Heinrich. (1969). *Estudos de dialetologia no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edições Faculdade de Filosofia/UFGRS.
- CADIOT, Pierre. As misturas de língua. In: In: VERMES, Geneviève & BOUTET, Josiane (Orgs.). *Multilingüismo*. Campinas-SP: Ed. Unicamp, p. 139-153.

- CALVET, Louis-Jean. (2002). *Sociolingüística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola.
- CAMBLONG, Ana Maria. (2002). *Habitar la Frontera: un viaje perpetuo a lo paradójico*. Lima-Peru. V Congreso Latinoamericano de Educación Intercultural Bilíngüe. 6 a 9 de agosto de 2002.
- CAMBLONG, Ana Maria & SÁNCHEZ, Luisa Beatriz. (1977). *El lenguaje: patrimonio nacional*. Trabajo de Investigación n. 1. Fundación Humberto T. Perez, Posadas-Misiones-Argentina.
- CARVALHO, Ana Maria. (2003). Rumo a uma definição do português uruguaio. *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana (RILI)*. Madri: Editorial Vervuert, v. 1, n. 2, p.125-149.
- CARVALHO, Ana Maria. (1998). *The social distribution of Uruguyan Portuguese in a bilingual border town*. Tese de doutorado. Berkeley: University California.
- CHASTEEN, John Charles. (2003). *Fronreira rebelde*. Porto Alegre: Movimento.
- CICCOLELLA, José Pablo. (2002). Desconstrução/reconstrução do território no âmbito dos processos de globalização e integração: os casos do Mercosul e do Corredor Andino. In: *Território, globalização e fragmentação*. 5. ed. Santos-São Paulo: Editora HUCITEC/ANPUR.
- CUNHA, Celso. (1972). *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FENAME/MEC.
- DELESALLE, Simone & CHEVALIER, Jean-Claude. (1986). *La linguistique, la grammaire et l'école (1750-1914)*. Paris: Armand Colin. (versão traduzida).
- DEL VALLE, José. (2004). *La representación ideológica de las lenguas: cuestiones teóricas y metodológicas*. Porto Alegre, 14 a 19 de novembro.
- DIAS, Luiz Francisco. (1996). *Os sentidos da língua nacional: as bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil*. Campinas-SP: Pontes.
- DUCROT, O. (1988). Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: _____. *O dizer e o dito*. Campinas-SP: Pontes.
- ELIZAINCÍN, Adolfo. (1979). *Algunas precisiones sobre los dialectos portugueses del Uruguay*. Montevideo-Uruguai: División de Publicaciones y Ediciones/ Universidad de la República - Montevideo.

- ELIZAINCÍN, Adolfo, BEHARES, Luis & BARRIOS, Graciela. (1987). *Nos falemo brasileiro*: dialectos portugueses en Uruguay. Montevideu: Editorial Amesur.
- ELIZAINCÍN, Adolfo. (1996). As pesquisas nas áreas de fronteira Brasil/Uruguai: histórico. In: *Fronteiras, Educação, Integração*. Santa Maria-RS: Editora Pallotti, p.13-24.
- ELIZAINCÍN, Adolfo. (1996). La sociolingüística en Argentina, Paraguay y Uruguay. *International Journal of the Sociology of Language*, Mouton of Gruyter, Berlin-New York, n. 117, p.1-9.
- ELIZAINCÍN, Adolfo. (2002). *Testimonios sobre la peculiaridad lingüística fronteriza Uruguayo-Brasileña*. Homenaje a Humberto Lopes Morales. Montevideo.
- FALCON, Francisco José Calazans. (1997). História das idéias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Ed. Campus, p. 91-126.
- GOLIN, Tau. (2002) *A Fronteira*: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre: L&PM.
- GUIMARÃES, Eduardo. (2001). Políticas de línguas na América Latina. *Relatos*, HIL/UNICAMP jun., n. 7, p. 5-11.
- GUIMARÃES, Eduardo. (2002). *Semântica do acontecimento*. São Paulo: Pontes.
- GUIMARÃES, Eduardo. (2004). *História da semântica*. São Paulo: Pontes.
- GUIMARÃES, Eduardo. (2004). Civilização na lingüística brasileira no século XX. *Matraga*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 89-104.
- GUIMARÃES, Eduardo & ORLANDI, Eni. (1996). *Língua e cidadania*: o português no Brasil. Campinas: Pontes.
- HENSEY, Frederick Gerald. (1965). Considerações metodológicas na análise da influência castelhana no português. *Revista Veritas*, Porto Alegre: Ed. PUC/RS, p.142-154.
- _____. (1969). Sociolinguismo da fronteira sul. *Letras de Hoje*, Porto Alegre: Ed. PUC/RS, p.107-111.

- _____. (1972). *The sociolinguistics of the Brazilian–Uruguyan border*. Paris: Mouton/ The Hague.
- HOBBSAWM, Eric J. (2002). *Nações e nacionalismo desde 1780*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LIPSKI, John. (1996). *El Español de América*. Madrid: Cátedra.
- MACHADO, Lia O. (1998). Limites, fronteiras e redes. In: STROHAECKER, T. M *et al. Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: [AGB](#), p.41-49.
< www.ufrj.br/instituto>.
- MAIA, Ivone. (2002). Intercâmbios lingüísticos de fronteira: incidência no falar dos alunos do curso de português da U.NA.M. *Perspectiva*, Erechim: v. 26, n. 6, p. 95-101, dez.
- MASINA, Lea. (2002). A gauchesca brasileira: revisão crítica do regionalismo. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). *Fronteiras culturais*. Porto Alegre: Ateliê Editorial, p. 93-105.
- MIGNOLO, Walter. (2003). *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Humanitas/UFMG.
- MILÁN, José Guillermo, SAWARIS, Gerri & WELTER, Milton Luís. (1996). El camino recorrido: lingüistas y educadores en la frontera Brasil-Uruguay. In: BEHARES, Luis & TRINDADE, Aldema (Orgs.). *Fronteiras, Educação, Integração*. Santa Maria-RS: Pallotti.
- NEUMANN, Eduardo. (2004). Uma fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – séc. XVIII. In: *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p.25-46.
- ORLANDI, Eni. (2001). *Discurso fundador: a formação da identidade do país e a constituição da identidade nacional*. 2. ed. Campinas-SP: Pontes.
- ORLANDI, Eni (Org.). (2001). *História das idéias lingüísticas*. Campinas-SP: Pontes.
- OSÓRIO, Helen. Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro - 1760 -1825, In: GRIJÓ, Luis Alberto *et al* (Orgs.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p. 75-90.

- PÊCHEUX, Michel. (1990) Delimitações, inversões, deslocamentos. *Caderno de estudos lingüísticos*, Campinas, jul./dez.,v. 19, p. 7-24.
- PRADO & SOUZA. (2002). O Brasil e suas representações na fronteira platin. In: RECKZIEGEL, Ana Luisa & FÉLIX, Loiva Otero (Orgs.). *RS – 200 anos: definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo-RS: ED. UPF.
- Proposta de reestruturação do Programa de desenvolvimento da Faixa de Fronteira. (2005) Instituto de Cooperação para a Agricultura. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Programa para Faixa de Fronteira - Brasília
- PURANEN, Pasi. (1999) *Las actitudes lingüísticas y el prestigio del portuñol en la ciudad de Rivera*. Finlândia: Universidade de Helsinki.
- RONA, José Pedro (1963). Portuguesismos no Uruguay. La Frontera Lingüística entre el Portugués y el Español en el Norte del Uruguay. *Revista Veritas*. Porto Alegre: Ed. PUC/RS, v. 3, p. 201-218.
- RONA, José Pedro. (1965). *El Dialecto Fronterizo en el Norte del Uruguay*. Montevideu: Librería Adolfo Lunardi.
- ROCCA, Pablo. (2003). *Poesía y política en el siglo XIX. (un problema de fronteras)*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental.
- SOUZA, Susana Bleil & PRADO, Fabrício Pereira. (2004). Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ, Luiz Alberto *et al* (Orgs.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p.121-145.
- SANTOS, Milton, DE SOUZA, Maria Adélia & SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). (2002). *Território, globalização e fragmentação*. 5. ed. São Paulo: Ed. HUCITEC/ANPUR.
- SANTOS, Milton. (2002). O retorno do território. In: *Território, globalização e fragmentação*. 5. ed. São Paulo: Editora HUCITEC/ANPUR, p.15-20.
- SPALDING, Walter. (1964). *Vocabulário sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Globo.
- STURZA, Eliana. (1994) *O espanhol da escola e o espanhol do cotidiano: um estudo de caso na fronteira Brasil-Argentina*. Dissertação de Mestrado: UFSM.
- STURZA, Eliana. (2004). Fronteiras e práticas lingüísticas: um olhar sobre o portunhol. *Revista RIL/II*, v. 1, n. 3, p.151-160.

TRINDADE, Aldema, BEHARES, Luis & FONSECA, Miriane. (1995). *Educação e linguagem em áreas da fronteira Brasil-Uruguaí*. Santa Maria/RS: Pallotti.

ZIMMERMANN, Klaus. (2003). Lingüísticas parciales, nacionales y transnacionales: construcción y transgresión de fronteras. *Revista Lexis*, XXVII. 1-2, p. 503-527.